



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO**

MARCELA CRISTINA BARBOSA GARCIA

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES CURRICULARES DE
EXTENSÃO NA UFT**

Palmas, TO

2024

Marcela Cristina Barbosa Garcia

AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: algumas considerações sobre indicadores de avaliação das ações curriculares de extensão na UFT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Linha de Pesquisa 2: Métodos e técnicas de ensinar e aprender na educação básica

Orientador Dr. José Carlos da Silveira Freire

Palmas, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G216a Garcia, Marcela Cristina Barbosa.

Avaliação da Extensão Universitária: algumas considerações sobre indicadores de avaliação das ações curriculares de extensão na UFT. / Marcela Cristina Barbosa Garcia. – Palmas, TO, 2024.

122 f.

Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Educação, 2024.

Orientador: José Carlos da Silveira Freire

1. Extensão universitária. 2. Curricularização da extensão. 3. Avaliação e indicadores. 4. Políticas institucionais de extensão. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCELA CRISTINA BARBOSA GARCIA

AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: algumas considerações sobre indicadores de avaliação das ações curriculares de extensão na UFT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Dr. JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA FREIRE (PPGCE/UFT)

Orientador e Presidente da Banca

Dr. PAULO FERNANDO DE MELO MARTINS - PPGCE/UFT

Avaliador Interno

Dra. REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA – PPGCult/UFNT

Avaliadora Externa

Palmas – TO, 2025

Ao meu orientador, José Carlos, pela paciência, orientação e dedicação ao longo de todo o processo. À minha chefe, Niléia, pelo apoio e confiança, e aos meus familiares e amigos, pelo carinho, incentivo e presença constante. Em especial, aos meus amigos Marlon e Maria Santana, pela amizade e apoio incondicional. Este trabalho é resultado do apoio e amor de todos vocês.

A extensão universitária é uma via de mão dupla entre a universidade e a sociedade, proporcionando o reencontro entre os saberes acadêmicos e populares. (Moacir Gadotti)

RESUMO

O presente relatório de pesquisa investiga a avaliação da extensão universitária na Universidade Federal do Tocantins (UFT), com foco nos indicadores utilizados para mensurar sua qualidade e impacto. A pesquisa parte da obrigatoriedade da curricularização da extensão, destacando desafios na definição de critérios objetivos para sua avaliação. O objetivo é identificar e analisar os indicadores de avaliação das ações curriculares de extensão na UFT, propondo diretrizes para sua melhoria. Adota-se uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e revisão bibliográfica, com o intuito de compreender como a instituição conduz esse processo e quais lacunas ainda precisam ser preenchidas. Os resultados evidenciam a ausência de um sistema estruturado de avaliação, a necessidade de padronização dos critérios utilizados e a importância da capacitação dos envolvidos. A análise da Resolução Consep nº 14/2020 e do Guia de Creditação da Extensão na UFT demonstra avanços institucionais, mas também revela desafios na implementação e efetividade das diretrizes propostas. Como contribuição, a dissertação propõe um conjunto de indicadores que considera tanto o impacto acadêmico quanto o social das ações extensionistas, reforçando a necessidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Conclui-se que a consolidação da avaliação da extensão na UFT depende do aprimoramento dos processos institucionais, do desenvolvimento de um modelo avaliativo mais estruturado e da valorização da extensão como dimensão fundamental do ensino superior.

Palavras-chaves: Extensão universitária. Avaliação. Indicadores. Curricularização. Universidade Federal do Tocantins.

ABSTRACT

The present research report investigates the evaluation of university extension at the Federal University of Tocantins (UFT), focusing on the indicators used to measure its quality and impact. The research is based on the mandatory curricularization of extension, highlighting challenges in defining objective evaluation criteria. The objective is to identify and analyze the evaluation indicators of curricular extension activities at UFT, proposing guidelines for their improvement. A qualitative approach is adopted, based on document analysis and bibliographic review, to understand how the institution conducts this process and what gaps still need to be addressed. The results highlight the absence of a structured evaluation system, the need for standardization of criteria, and the importance of training those involved. The analysis of Consep Resolution No. 14/2020 and the Extension Credit Guide at UFT demonstrates institutional advances but also reveals challenges in implementing and ensuring the effectiveness of the proposed guidelines. As a contribution, the present research report proposes a set of indicators that consider both the academic and social impact of extension activities, reinforcing the need for integration between teaching, research, and extension. It is concluded that consolidating extension evaluation at UFT depends on improving institutional processes, developing a more structured evaluation model, and valuing extension as a fundamental dimension of higher education.

Key-words: University extension. Evaluation. Indicators. Curricularization. Federal University of Tocantins..

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Áreas de extensão	25
Figura 2 - Exemplo de organização modalidades na extensão universitária	27
Figura 3 - Calendário de extensão da Proex/UFT	34
Figura 4 - Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista	38
Figura 5 - Logo do IX Seminário de Extensão e Cultura da Proex/UFT	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Visão do conceito de extensão universitária	24
Quadro 2 - Pesquisas alcançadas que envolvem a temática da extensão	28
Quadro 3 - Instituições do sistema público de ensino superior brasileiro 2014 e IES membros do FORPROEX	31
Quadro 4 - Princípios norteadores das atividades de extensão da UFT	41
Quadro 5 - Objetivos do plano nacional de extensão universitária	50
Quadro 6 - Dimensões da avaliação da extensão na UFT	52
Quadro 7 - Aspectos da avaliação da extensão na UFT	62
Quadro 8 - Informações sobre a curricularização da extensão universitária	66
Quadro 9 - Principais pontos da resolução nº 14 CONSEPE/UFT	84
Quadro 10 - Proposição de indicadores para avaliação das ações curriculares da extensão	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGPE Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação
UFT Universidade Federal do Tocantins

CNE - Conselho Nacional de Educação

USP - Universidade de São Paulo

PNE - Plano Nacional de Extensão Universitária

CONSEPE - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão

PROEX - Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação

ACEs - Ações Curriculares de Extensão

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

MEC - Ministério da Educação

IES - Instituições de Ensino Superior

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação

Superior Brasileira

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

GPU - Gestão de Projetos Universitários

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PROTIC - Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

NDE - Núcleo docente Estruturante

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Questões da Pesquisa	13
1.2 Problema da Pesquisa	14
1.3. Justificativa	15
1.4. Objetivos	15
1.4.1. Objetivo Geral	15
1.4.2. Objetivos Específicos	15
1.5. Organização Estudo	15
1.6 Metodologia	19
1.6.1 Natureza da Pesquisa	19
1.6.2 Método de Abordagem	20
1.6.3 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental	21
2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: conceito e historicidade	22
2.1 Conceito de Extensão Universitária	22
2.2 Histórico Da Extensão Universitária No Brasil	33
2.3 Diretrizes Para Ações de Extensão Universitária	37
2.4 Princípios Norteadores das Atividades Extensionistas	41
2.5 Plano Nacional da Extensão Universitária	46
3 AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	53
3.1 Conceito de Avaliação da Extensão Universitária	53
3.2 Avaliação de Programas e Projetos de Extensão	59
4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	64
4.1 Conceito e Historicidade	64
4.2 A institucionalização da curricularização da extensão na UFT	68
4.3 O Guia de Creditação da Extensão na UFT	75
4.4 A Resolução Conseepe nº 14/2020	81
5 INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO NA UFT	84
5.1. Iniciativas de uma política de avaliação da curricularização da extensão na UFT	84
5.2. Indicativos para uma avaliação das ações curriculares da extensão	90
5.3 Proposição de indicadores	93
6. GUIA DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO	97
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui uma das três dimensões fundamentais do ensino superior brasileiro, ao lado do ensino e da pesquisa. No entanto, sua avaliação e integração curricular ainda representam desafios significativos para as universidades. Com a recente obrigatoriedade da curricularização da extensão, tornou-se imperativo desenvolver critérios e indicadores claros que permitam mensurar sua qualidade e impacto. A ausência de diretrizes sistematizadas pode comprometer não apenas a eficácia das ações extensionistas, mas também sua contribuição para a formação cidadã e o desenvolvimento social.

No contexto da Universidade Federal do Tocantins (UFT), observa-se que, apesar da existência de iniciativas extensionistas relevantes, ainda há dificuldades na definição de parâmetros objetivos para avaliar essas ações. A falta de um sistema estruturado de avaliação pode gerar inconsistências na aplicação da curricularização da extensão, dificultando sua articulação com o ensino e a pesquisa. Assim, compreender como a UFT conduz esse processo e quais são os desafios enfrentados torna-se essencial para aprimorar as práticas institucionais de extensão.

A importância da avaliação da extensão universitária reside no fato de que ela permite a aferição do impacto das ações sobre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Sem critérios bem estabelecidos, torna-se difícil assegurar que a extensão cumpra seu papel transformador e se consolide como um vetor de desenvolvimento social e humano. Dessa forma, o presente estudo busca investigar a existência de indicadores de avaliação das ações curriculares de extensão na UFT, além de identificar possíveis lacunas e propor diretrizes para a implementação de um modelo mais eficiente e coerente com as necessidades institucionais.

1.1. Questões da Pesquisa

A definição de indicadores de avaliação para as ações curriculares de extensão é essencial para garantir a qualidade e a efetividade dessas práticas no ensino superior. No contexto da UFT, compreender se existem indicadores específicos e como eles são utilizados possibilita uma análise mais aprofundada sobre a institucionalização da extensão e sua

integração com o ensino e a pesquisa. Além disso, a investigação busca identificar os desafios na implementação desses critérios avaliativos, verificando sua adequação às diretrizes nacionais e às demandas sociais atendidas pela universidade. Dessa forma, a pesquisa contribui para a construção de um modelo avaliativo mais consistente, que fortaleça o papel da extensão universitária como dimensão fundamental da formação acadêmica e do compromisso social da UFT.

Para aprofundar essa análise, outras questões derivadas incluem:

- Como a avaliação da extensão universitária é tratada na literatura acadêmica?
- Quais são os desafios enfrentados na implementação da curricularização da extensão na UFT?
- Quais os critérios utilizados para medir o impacto social e acadêmico das ações extensionistas?
- Como os resultados da avaliação podem contribuir para o aprimoramento das políticas institucionais de extensão na UFT?

1.2 Problema da Pesquisa

Neste contexto, o problema deste trabalho envolve como a extensão universitária, enquanto uma das dimensões fundamentais das universidades brasileiras, enfrenta desafios relacionados à sua avaliação, especialmente no contexto da curricularização, que exige integração com o ensino e a pesquisa. Esse questionamento envolve um recorte na UFT, onde, apesar de existirem iniciativas extensionistas relevantes, persiste a dificuldade em estabelecer indicadores claros e sistemáticos para medir a qualidade e o impacto dessas ações. Essa lacuna compromete tanto a eficiência das práticas extensionistas quanto a sua contribuição para a formação cidadã e a transformação social. Assim, a questão que orientou a pesquisa foi: Se existem e quais são os indicadores de avaliação das ações curriculares de extensão na UFT?

1.3. Justificativa

A escolha deste tema surge tanto de motivações pessoais quanto acadêmicas. No âmbito pessoal, a experiência da pesquisadora com a extensão universitária, enquanto servidora pública e técnica administrativa em educação junto ao Câmpus de Gurupi, da Universidade Federal do Tocantins, revelou seu papel transformador no desenvolvimento humano e social, ao conectar a universidade às demandas concretas da sociedade. Essa vivência inspira o desejo de contribuir com a valorização e institucionalização dessa dimensão acadêmica, sobretudo em uma instituição como a UFT, que desempenha papel estratégico na formação de cidadãos comprometidos com a transformação social na região amazônica.

Do ponto de vista acadêmico, a relevância deste estudo está na necessidade de aprimorar a avaliação das ações de extensão, considerando a recente curricularização dessa dimensão no ensino superior brasileiro. Tal processo demanda diretrizes claras e indicadores bem definidos que garantam a integração efetiva entre extensão, ensino e pesquisa, assegurando que a extensão universitária cumpra sua função social e educativa. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento das políticas institucionais de extensão na UFT, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam orientar ações futuras e fomentar debates acadêmicos sobre a qualidade e eficácia das práticas extensionistas.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo Geral

Apreender os indicadores de avaliação propostos pela UFT na sistemática de avaliação das ações curriculares de extensão.

1.4.2. Objetivos Específicos

1.5. Organização Estudo

Este estudo foi organizado para proporcionar uma apresentação clara e progressiva de seus principais componentes, guiando o leitor por uma sequência lógica, começando pela contextualização do tema e seguida pela explicação detalhada dos procedimentos adotados. A estrutura culmina nas conclusões e discussões derivadas dos dados investigados, com cada capítulo abordando uma dimensão específica da pesquisa e garantindo uma construção coesa e fundamentada.

Na primeira parte do trabalho, intitulada Extensão Universitária no Brasil: Conceito e Historicidade, a extensão universitária é discutida como uma das três dimensões essenciais da educação superior, ao lado do ensino e da pesquisa. Esse conceito remonta à indissociabilidade dessas práticas, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que define a universidade como um espaço de produção e disseminação do conhecimento, com um forte compromisso social e político. Nesse contexto, a extensão universitária reflete a missão da universidade ao estabelecer uma relação direta entre o saber acadêmico e as demandas da sociedade.

A extensão universitária é entendida como um processo político, educativo, cultural e científico realizado pelas universidades. Ela visa à troca de saberes entre o ambiente acadêmico e as comunidades externas, envolvendo atividades que proporcionam a integração dos saberes acadêmicos com as realidades locais. Essa prática favorece a formação integral dos estudantes e contribui para a transformação social, materializando-se por meio de cursos, projetos, serviços, assessorias e outras formas de interação com a sociedade. A prática extensionista vai além da simples aplicação de conhecimento acadêmico, pressupondo uma troca mútua entre a universidade e as comunidades, caracterizando um processo colaborativo em que ambas as partes aprendem e se beneficiam. Dessa forma, a extensão contribui para a formação de cidadãos críticos e para a resolução de problemas sociais, culturais e ambientais.

O movimento extensionista no Brasil tem raízes profundas, ligadas à história da educação superior no país. Nos primeiros anos do século XX, as universidades brasileiras estavam essencialmente focadas no ensino acadêmico. No entanto, a partir da década de 1930, com a criação da Universidade de São Paulo (USP) e outras instituições de ensino superior, começa a emergir a ideia de que a universidade deveria se envolver mais ativamente com as questões sociais e culturais da sociedade. Durante o período de 1940 a 1960, a extensão universitária ganha relevância com a criação de diversos programas voltados para a comunidade, como as primeiras ações de assistência a comunidades rurais e programas de alfabetização. Porém, é a partir da década de 1980 que a extensão universitária passa a ser reconhecida formalmente como uma dimensão do ensino superior, com a inclusão de sua prática na legislação educacional e em políticas públicas voltadas para a educação superior no Brasil.

A Política Nacional de Extensão Universitária, estabelecida para orientar as universidades, busca integrar suas atividades de extensão com as necessidades da sociedade.

As diretrizes dessa política abrangem desde a elaboração de projetos até a avaliação das ações realizadas, com foco na democratização do conhecimento, equidade e justiça social. A gestão democrática e participativa dos projetos de extensão é um princípio essencial, promovendo a participação ativa de docentes, discentes e membros da comunidade. A construção de parcerias com organizações sociais e órgãos públicos fortalece o impacto das ações, ampliando sua capacidade de transformação social. Os princípios norteadores da extensão universitária envolvem valores como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a participação social, a inclusão, a responsabilidade social e o compromisso com a sustentabilidade. A extensão deve priorizar a inclusão de grupos marginalizados e promover mudanças que melhorem as condições de vida da população.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE), instituído em 2001, visa fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras. O plano orienta a criação de políticas públicas voltadas para a promoção da extensão, enfatizando a importância de uma avaliação contínua das atividades de extensão. Essa avaliação permite identificar resultados alcançados e melhorias necessárias, garantindo que os projetos e programas atendam às demandas da sociedade.

Na segunda parte do trabalho, Avaliação da Extensão Universitária, é abordado o processo fundamental de avaliar a extensão universitária para garantir a qualidade e relevância das ações realizadas pelas universidades. A avaliação visa medir o impacto dos projetos e programas de extensão na sociedade, na comunidade acadêmica e nos próprios estudantes.

A avaliação da extensão universitária envolve um processo de análise e julgamento das atividades extensionistas para verificar sua eficácia, eficiência e impacto. A avaliação deve ser realizada em diferentes momentos, desde a elaboração do projeto até a conclusão das atividades, incluindo a coleta de dados sobre os resultados, os processos envolvidos e a percepção dos participantes. Esse processo deve ser participativo, envolvendo todos os atores sociais, como docentes, discentes, gestores e a comunidade externa, e deve ser contínuo, permitindo ajustes e melhorias nas ações ao longo da execução.

A avaliação de programas e projetos de extensão universitária deve considerar critérios como a relevância social da proposta, a adequação das metodologias utilizadas, os resultados alcançados, a sustentabilidade das ações e o grau de participação da comunidade. O uso de indicadores específicos permite medir esses aspectos de forma objetiva e sistemática,

incluindo a análise dos impactos das atividades na formação dos estudantes e no desenvolvimento de competências essenciais para a formação cidadã e profissional.

Na terceira parte do trabalho, Curricularização da Extensão Universitária, discute-se a integração das atividades extensionistas nos currículos dos cursos de graduação, com o objetivo de tornar a extensão uma prática sistemática dentro da formação acadêmica dos estudantes. Esse fenômeno recente no Brasil vem ganhando força nas últimas décadas, com a inserção formal das ações de extensão no currículo dos cursos de graduação, incluindo a definição de cargas horárias, objetivos pedagógicos e avaliação sistemática.

Na Universidade Federal do Tocantins (UFT), a curricularização da extensão tem sido implementada para garantir que as práticas extensionistas sejam integradas aos cursos de graduação. A institucionalização desse processo envolve a criação de estruturas específicas para a gestão das atividades de extensão, a definição de diretrizes pedagógicas e a avaliação contínua dos resultados.

Na quarta parte do trabalho, Indicadores de Avaliação das Ações Curriculares de Extensão na UFT, são discutidas as políticas de avaliação das ações de extensão curricularizadas na UFT, com o objetivo de monitorar a eficácia das atividades e garantir que atendam aos objetivos pedagógicos e sociais propostos. As políticas envolvem a definição de indicadores de avaliação e a capacitação das equipes envolvidas na execução dos projetos. A avaliação contínua das ações permite realizar ajustes para garantir sua efetividade.

É apresentada uma análise detalhada da Resolução nº 14/2020 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que regulamenta as ações de extensão como componente curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. A resolução estabelece diretrizes essenciais para integrar as atividades extensionistas ao processo formativo dos estudantes, promovendo uma abordagem mais interdisciplinar e alinhada com as necessidades sociais. Além disso, são discutidos os desafios na implementação e a efetividade das diretrizes propostas, com foco na contribuição da resolução para a consolidação de uma educação superior mais integrada e responsável socialmente.

O trabalho apresenta o "Guia de Creditação da Extensão na UFT", um documento essencial para a implementação da extensão como componente curricular nos cursos de graduação da universidade. Desenvolvido em parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão,

Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) e a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), o guia visa fornecer orientações claras e práticas para a integração das Ações Curriculares de Extensão (ACEs) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Este documento, fruto de um esforço coletivo, reflete a busca da UFT por uma educação que articula ensino, pesquisa e extensão, reforçando o compromisso da universidade com a formação integral dos estudantes e com o fortalecimento de sua atuação social. A análise do guia permite compreender a estruturação desse processo, as modalidades de extensão, as etapas para a operacionalização da creditação e as formas de avaliação, assegurando que as ações extensionistas sejam efetivamente incorporadas ao currículo de forma organizada e transformadora.

Por fim, na quinta parte do trabalho, Guia de Avaliação das Ações Curriculares de Extensão, compartilha-se orientações sobre os cursos de graduação da UFT sobre a curricularização da extensão e a avaliação das atividades extensionistas. Com a obrigatoriedade de dedicar no mínimo 10% da carga horária total do curso a essas atividades, a extensão visa integrar a práxis pedagógica, promovendo a transformação social e o desenvolvimento sustentável das comunidades. A avaliação das ações extensionistas busca verificar o alinhamento curricular, medir o impacto social, avaliar o engajamento de estudantes e docentes, e identificar áreas de melhoria. A PROEX é responsável pela implementação e avaliação das ações, garantindo sua eficácia e relevância. Esse mesmo material está disponível ao final do trabalho, de forma mais didática, como Anexo.

1.6 Metodologia

1.6.1 Natureza da Pesquisa

Nessa perspectiva, o trabalho segue metodologia qualitativa (Marconi e Lakatos, 2003), com análise de documentos que envolvem a avaliação da extensão no âmbito da Proex/UFT, com análise de dados (Bardin, 2011) que buscam perceber como a instituição tocantinense de educação superior está inserida em um processo mais geral de avaliação da Extensão, ou seja, de forma integrada com as outras dimensões acadêmicas: o Ensino e a Pesquisa. Afinal, a Extensão é uma das dimensões acadêmicas que pode assegurar a própria realização do que há de melhor em uma Universidade.

A pesquisa é de natureza qualitativa, focando na análise detalhada de documentos e práticas relacionadas à extensão universitária. Ou seja, segue caminhos epistemológicos de uma educação como um bem público, para cuja construção a extensão universitária

constitui-se como dimensão essencial. Definem que ao avaliar com qualidade uma prática extensionista, garante-se sua valorização e institucionalização com eficácia e eficiência, conduzindo à discussão da efetividade de suas diversas ações. Conceito ressaltado por Dias Sobrinho (2004), ao definir a avaliação como “um fenômeno complexo, considerando não apenas seus objetos e métodos, mas sobretudo no que se relaciona com a intencionalidade filosófica e política imprimida às suas práticas” (p. 6).

1.6.2 Método de Abordagem

Utiliza uma abordagem descritiva e exploratória, com análise documental e dados qualitativos para compreender como a Proex/UFT lida com a avaliação da extensão e suas interações com o ensino e a pesquisa (Severino, 2017). De modo que, na promoção deste debate, optou-se por um universo regional e estadual, sobre a extensão universitária no âmbito da região que é alcançada pela Proex/UFT, ou seja, em seus cinco campi: Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional. Espaços de referência de um processo técnico, mas, antes de tudo, político com vários programas e projetos e extensão. Escolha que conecta-se ao objetivo de selecionar uma instituição de ensino superior, aqui a UFT, por considerar que ela faz parte de um processo contínuo, qualitativo e quantitativo, que busca nortear políticas, redirecionar rumos e democratizar informações (PDI/UFT, 2021).

A metodologia envolveu duas abordagens complementares, uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental. E nesta parte do trabalho apresentamos a descrição detalhada de cada uma delas, bem como os passos metodológicos adotados. De modo que com a pesquisa bibliográfica fundamentamos teoricamente a implementação e avaliação das estratégias de extensão universitária, utilizando obras, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos acadêmicos que encontramos em nossa pesquisa. Ou seja, nosso objetivo é compreender o conceito de extensão, as diferentes estratégias empregadas em universidades, e os critérios de avaliação usados em experiências semelhantes.

Neste caminho, tivemos um levantamento de referências (Severino, 2017), buscadas em publicações e bases de dados como a Scientific Electronic Library Online (Scielo), Google Scholar, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ERIC (Educational Resources Information Centre), entre outras, utilizando descritores como "extensão universitária", "avaliação de programas de extensão", "políticas de extensão", e "ensino superior no Brasil".

1.6.3 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental

Destacamos na seleção de fontes que utilizamos critérios de relevância (Severino, 2017), publicação recente (preferencialmente dos últimos 10 anos), e rigor metodológico. Além de uma análise crítica da literatura, as obras selecionadas foram analisadas de forma crítica, com conceitos chave e os resultados de pesquisas anteriores que possam subsidiar a análise e as conclusões da dissertação (Marconi e Lakatos, 2003). A síntese teórica foi realizada com os estudos mais relevantes, na qual identificamos lacunas na literatura e justificamos a necessidade da pesquisa.

A pesquisa documental serviu para complementar a bibliográfica ao utilizarmos documentos institucionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT), relacionados aos programas de extensão. Essa abordagem permitiu obter dados concretos sobre como as estratégias de extensão são implementadas e avaliadas no contexto específico da UFT (Marconi e Lakatos, 2003).

A primeira etapa da pesquisa documental foi a coleta e identificação dos documentos oficiais, como relatórios institucionais, planos de desenvolvimento acadêmico, portarias e regulamentos internos sobre a extensão universitária na UFT, a maioria deles alcançados no site oficial da UFT (Marconi e Lakatos, 2003 e Severino, 2017)). Além disso, foram analisados dados de editais de programas de extensão, pareceres de comissões e avaliações anteriores realizadas pela universidade. Contudo, na parte da coleta de dados buscamos, também, em fontes internas da universidade, como a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), e documentos disponibilizados pela coordenação dos programas de extensão.

Diante dos documentos alcançados, passamos para a classificação e organização de acordo com sua natureza (normativos, avaliativos, administrativos), e também os categorizamos por períodos específicos para facilitar a análise longitudinal das estratégias de extensão (Bardin, 2011 e Severino, 2017)). De modo que a análise documental foi baseada em uma abordagem qualitativa, com destaque para os aspectos de implementação, desafios, indicadores de sucesso e formas de avaliação adotadas pela UFT.

Vale destacar que na delimitação do objeto de estudo, o foco da pesquisa versou sobre as estratégias de extensão implantadas pela Universidade Federal do Tocantins, com ênfase em programas que envolvem diretamente a comunidade acadêmica e externa (Marconi e Lakatos, 2003). Ao passo que resolvemos utilizar como critérios de inclusão e exclusão,

resolvemos incluir apenas documentos institucionais que tratam diretamente das estratégias de extensão; e na exclusão, os documentos não disponíveis publicamente ou sem relevância específica ao tema.

Na parte de análise de dados, os dados coletados nas pesquisas bibliográfica e documental foram cruzados, de modo que avaliamos se as estratégias adotadas pela UFT estão alinhadas com a literatura acadêmica, além de identificar possíveis pontos de melhoria e eficácia. Um procedimento que exigiu a técnica de triangulação de dados para corroborar os achados das duas abordagens metodológicas. Essa triangulação permitiu uma visão mais robusta sobre a eficácia das estratégias de extensão e sobre a coerência da práxis pedagógica (Bardin, 2011).

Os resultados estão organizados nos capítulos deste trabalho, para tratar da avaliação nacional da extensão universitária; e para compartilhar publicações que envolvem a institucionalização da extensão nas universidades. Para isso, faz-se um estudo comparativo entre 2013 e 2024, com citações de publicações que integram coleções de livros, revistas e anais de eventos científicos que discutem a Extensão Universitária (Marconi e Lakatos, 2003). Além de buscar e divulgar aqui, documentos da Proex/UFT que servem de referencial teórico para quem busca entender, como acontece a promoção do debate em torno da avaliação da extensão universitária, no âmbito da UFT.

Por fim, a combinação das pesquisas bibliográfica e documental proporcionou uma base teórica sólida e uma análise detalhada das práticas de extensão na UFT, foi possível avaliar tanto a implementação quanto a eficácia dessas estratégias em termos de impacto acadêmico e social.

2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: conceito e historicidade

2.1 Conceito de Extensão Universitária

A extensão universitária é um dos pilares fundamentais das instituições de ensino superior, junto com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2010). Ela se refere às atividades que promovem a interação entre a universidade e a sociedade, permitindo a troca de conhecimentos e experiências. De modo que seu objetivo principal é aplicar os conhecimentos acadêmicos de forma que possam contribuir com o desenvolvimento social, cultural, econômico e tecnológico da comunidade externa à universidade.

Sobre isso, encontrou-se que as atividades podem incluir projetos sociais, culturais, de saúde, ambientais, tecnológicos e educacionais, entre outros. Ao mesmo tempo em que a extensão universitária consegue responder às demandas sociais e promover a inclusão e a transformação social. Além disso, as práticas extensionistas também oferecem aos alunos da universidade a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula em situações práticas, o que enriquece a formação e fortalece o desenvolvimento da consciência social e da cidadania. Ao passo que, reforçando a execução de políticas públicas, a UFT consegue assumir o papel de protagonista sem “descharacterizar o papel da universidade” (Michelotto, 1999, p. 135) e da extensão.

Nessa perspectiva, conforme afirma Demo, este relatório técnico busca colaborar com reflexões de uma extensão que “quer responder ao desafio da qualidade política na formação universitária”. De modo que se torna um estudo de caso, pois faz essa reflexão com base em documentos da Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal do Tocantins (Proex/UFT) e, firma-se neste espaço universitário para investigar como são mediados a qualidade política a razão de ser da formação universitária, tendo em vista que a extensão não pode ser residual, eventual, acessória e/ou voluntária (Demo, 2001).

Sobre isso, na tabela apresentada a seguir sintetizamos o que encontramos sobre uma visão ampla sobre o conceito de Extensão Universitária, abordando seus principais aspectos. Destacamos que consideramos a extensão universitária como um processo essencial que promove a interação entre o ensino, a pesquisa e a sociedade, com o objetivo de gerar impactos transformadores. No quadro 1, são destacados elementos como a definição e os objetivos da extensão, além dos benefícios tanto para os estudantes quanto para a sociedade. Também são mencionados os princípios norteadores, as modalidades de atuação, as áreas de impacto e a metodologia utilizada, ressaltando a importância da abordagem interdisciplinar e participativa.

Quadro 1: Visão do conceito de Extensão Universitária

Aspecto	Descrição
Definição	A Extensão Universitária é o processo que integra o ensino e a pesquisa com as demandas e saberes da sociedade.
Objetivo	Promover a interação transformadora entre a universidade e a sociedade, gerando impacto social, cultural e econômico.

Princípios	Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interdisciplinaridade; impacto social; inclusão.
Benefícios para os Estudantes	Desenvolvimento de habilidades práticas, formação cidadã, ampliação da visão social e aplicação do conhecimento acadêmico.
Benefícios para a Sociedade	Melhoria das condições sociais, desenvolvimento comunitário, acesso a tecnologias e inovações acadêmicas.
Modalidades	Projetos comunitários, cursos e oficinas, eventos culturais, programas de saúde, assessoria técnica, entre outros.
Exemplos de Áreas de Atuação	Educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento econômico, inclusão social.
Metodologia	Parceria com comunidades, abordagem participativa, diagnóstico local, diálogo entre saberes acadêmicos e populares.
Impacto Esperado	Redução de desigualdades sociais, empoderamento de grupos marginalizados, disseminação de conhecimento e inovação.

Fonte: Resultados da pesquisa bibliográfica da autora (2024)

Essa conexão da universidade com a sociedade, cria um espaço de aprendizado mútuo e promove o desenvolvimento e bem-estar da comunidade ao desempenhar a integração das instituições de ensino superior (IES) na busca por respostas às necessidades sociais e promover o desenvolvimento local e regional. Afinal, para iniciar suas atividades, as IES devem apresentar em sua organização acadêmica como será sua autonomia para oferecer serviços de educação superior, como cursos de graduação, pós-graduação e entre eles as atividades de extensão.

Tais referenciais apontam que a extensão universitária deve ser orientada por princípios éticos e políticos, para que consiga contribuir para a transformação social e o desenvolvimento humano (Gadotti, 2017). Ao mesmo tempo em que, para isso, ela seja enraizada nas demandas e necessidades da comunidade, com projetos que promovam o diálogo e a cooperação entre a universidade e a sociedade (Brasil, 2004). Práticas educativas que envolvem a missão pública da Universidade de promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade, e a afirmação da autonomia e da identidade institucional.

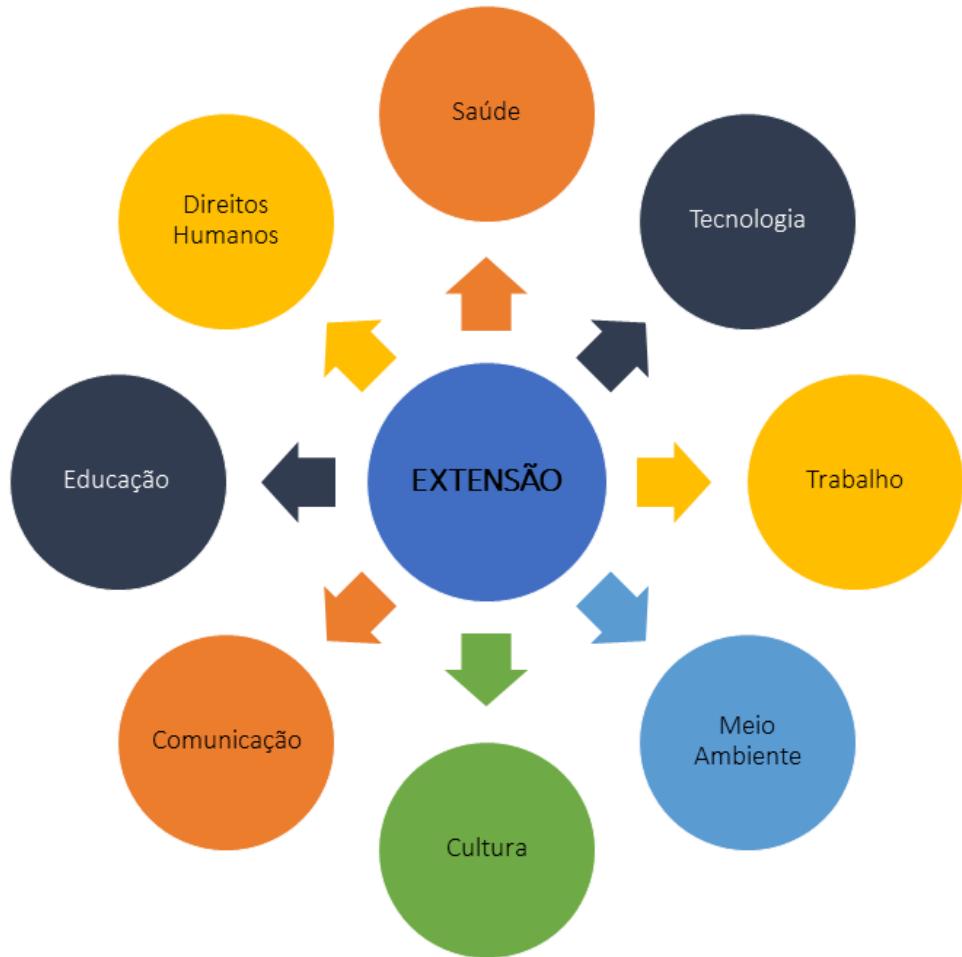
Contudo, esse processo de entrega de projetos que envolvem as classificações e práticas extensionistas, de acordo com a quantidade e especificidade dos cursos oferecidos, encontra desafios atuais e ainda carece de processos de avaliação eficientes que possam, com

dados, fortalecer sua relevância social e eficiência, surge a demanda por processos de avaliação estruturados. Ou seja, ritos processuais que sigam as três vias: a diagnóstica, a processual e a somativa de resultados e metas, indo além do entendimento de que esses processos são circulares e não apenas lineares.

Dias Sobrinho e Ristoff (2002), divulgam que essas práticas carecem de uma avaliação democrática, que consiga em seu contexto vislumbrar uma “Universidade Cidadã”. Para isso, os autores propõem uma reflexão sobre a avaliação no contexto universitário, e destacam que as práticas avaliativas carecem de envolvimento das comunidades onde a Universidade atua, para que haja a cidadania e a democracia no rito avaliativo. Essa visão converge com Gadotti (2017), e outros autores, ao abordar uma relação entre extensão e educação popular, ao passo que essa ligação é ressaltada no processo de avaliação nacional das universidades (Brasil, 2004).

Um dos mediadores desse processo é o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públcas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia em diversas áreas (Figura 1). Essa mediação é realizada por meio da Comissão Permanente de Avaliação (CPAE), que em seus resultados recentes identificou a necessidade de investir na capacitação das equipes das IES para implementar seus próprios processos de avaliação.

Figura 1: Áreas da Extensão



Fonte: <https://proex.ufca.edu.br/areas-da-extensao/>

Ao seguir a proposta de colaborar neste processo os resultados selecionados para este trabalho discute os desafios e avanços na avaliação da extensão universitária no Brasil, e percebe-se um destaque para as iniciativas do FORPROEX, especialmente em sua recente proposta de capacitação e avaliação de impacto de programas de extensão universitária. Uma das medidas que objetivam apoiar as IES no desenvolvimento de programas ou projetos de curricularização da extensão e ampliar a contribuição para a implementação de políticas públicas embasadas em dados qualitativos e quantitativos com ênfase na inclusão social.

Diante do histórico da avaliação na extensão universitária no Brasil percebe-se que houve uma evolução ao longo das últimas décadas, com marcos significativos como o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) e a Política Nacional de Extensão Universitária

(2012). Além da própria criação do FORPROEX e da produção de volumes na Coleção Extensão Universitária que são referenciadas neste trabalho e contribuem para o desenvolvimento teórico e prático da área nas IES do Brasil e de outros países.

Tais documentos compartilham os Projetos de Capacitação e Avaliação, que podem ser alcançados na página do Ministério da Educação (MEC) e reúnem material de apoio para IES e outros interessados em melhorar as condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão das instituições de educação superior públicas e estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes. Uma das ações que aconteceram na parceria do Ministério da Educação com o Ministério das Cidades no âmbito da extensão universitária que envolve os quadros das administrações públicas na capacidade para lidar com sistemas de informações e insumos que possam empregar as ferramentas do Sistema Nacional de Informações das Cidades (Brasil, 2009).

Essa capacitação das equipes das IES envolveu a oferta de treinamentos e cursos para servidores e gestores das Instituições de Ensino Superior e alcançou o objetivo de desenvolver habilidades e atualizar conhecimentos para melhorar a gestão e execução de atividades acadêmicas, com foco na extensão. E ainda, no caso da extensão universitária, isso incluiu o aprender a planejar, implementar e avaliar projetos de forma eficaz, assegurando que atendam às necessidades da sociedade e estejam alinhados com as políticas institucionais.

Entre os resultados da avaliação estão os impactos das ações para a sociedade local, um processo que foi realizado para medir os resultados e efeitos das ações extensionistas por meio de análise de indicadores qualitativos e quantitativos, que passaram a oferecer um panorama sobre a eficácia das ações e sua contribuição para a sociedade. Além disso, tais indicadores passaram a ser usados no processo de curricularização da extensão, em abordagem de disseminação de conhecimento sobre o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Figura 2). Tendo em vista que, enquanto processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, a extensão promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Figura 2: Exemplo de organização de modalidades na extensão universitária



Fonte: <https://ulbra-to.br/2022/12/07/Extensao>

Tais resultados estão em publicações do MEC que abordam desde aspectos teóricos e metodologias práticas de avaliação. De modo que essas publicações são referências para o que é posto nos capítulos seguintes deste trabalho como sugestão de uso para uma avaliação nas práticas extensionistas no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Ou seja, um exemplo de como essas iniciativas têm contribuído para a construção de um referencial teórico consolidado que podem ser utilizados em processos locais e regionais das IES.

Na visão de Martino (2018) para a construção de um Estado da Arte, os textos apresentados até aqui discutem em seus universos e modos, a importância da extensão universitária e da avaliação democrática no contexto acadêmico. E para reforçar essa perspectiva, foi realizado um levantamento de pesquisas que alcançam essa dinâmica no âmbito das universidades da Região Norte, e os resultados, apresentados na Quadro 2, destacam a apresentação de casos práticos bem-sucedidos de extensão em instituições, que servem de inspiração para outras interessadas em fortalecer essa área. Ao passo que seguir

esse caminho foi a escolha para descrever e compreender como a UFT colabora na construção de uma universidade inclusiva, participativa e comprometida com a sociedade.

Quadro 2: Pesquisas alcançadas que envolvem a temática da Extensão

Título	Autor(es)	Ano
Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP.	LUCAS, Angela Christina et al.	2023
Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades.	SILVA, Alessandra Maria da et al.	2020
Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica.	RIOS, David Ramos da Silva; SOUSA, Daniel Andrade Barreto de; CAPUTO, Maria Constantina.	2019
Desafios da gestão coletiva da atividade na docência universitária.	NASCIMENTO, Elvia Lane Araújo do; VIEIRA, Sarita Brazão; ARAÚJO, Anísio José da Silva.	2012
Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso.	ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; ROCHA, Maria Silvia Pinto De Moura Librandi Da	2010
Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias.	BARTNIK, Fabiana Marques Pereira; SILVA, Itamar Mendes da.	2009

Fonte: Base da SciELO - Brasil (Organizado pela autora, 2024)

Ainda nesta linha, cabe destacar que existem desafios inadiáveis para a Extensão Universitária, pois, apesar dos avanços, persistem desafios significativos, como a necessidade de maior integração com o ensino e a pesquisa, a inclusão social e a resposta a questões contemporâneas que afetam a sociedade. Além disso, nota-se nos documentos que a institucionalização da extensão e a implementação de processos contínuos de avaliação ainda carecem de mais investimentos para superar esses desafios.

Segundo, para superar os desafios enfrentados pelas IES, é essencial que haja um aumento significativo nos investimentos, pois sem recursos adequados, torna-se difícil implementar melhorias nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Sobre isso, os investimentos envolvem recursos para capacitar equipes, aprimorar infraestruturas, desenvolver novos projetos e ampliar o alcance das iniciativas universitárias. Além disso, é percebido que o financiamento aliado a uma avaliação adequada pode garantir a continuidade e a qualidade das atividades acadêmicas para que as IES possam cumprir sua missão de forma efetiva e abrangente.

Os diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista foram encontrados na publicação de Rios, Sousa e Caputo (2019), ao discutirem a importância da interdisciplinaridade e da interprofissionalidade no processo de formação em saúde. Eles são alguns dos autores que envolvem a compreensão de que não é possível concretizar uma visão ampla da saúde nos moldes do conhecimento disciplinar e uniprofissional. De modo que, ainda segundo os autores, essa conexão entre as atividades de extensão possuem o potencial de transformar o processo formativo dos sujeitos envolvidos, seja em seus aspectos profissionais ou pessoais.

Ao se discutir os avanços e desafios na avaliação da extensão universitária no Brasil, destacam-se, neste trabalho, as iniciativas do FORPROEX e da CPAE (Quadro 3). Mas, é sabido de outras ações que podem ser referências nesta linha do tempo, pois também alcançaram progressos importantes. Uma delas são as próprias construções locais, como as que aconteceram no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão da UFT, com capacitação das equipes das e a avaliação de impacto de projetos, um caminho percorrido e dissertado nos próximos capítulos que podem colaborar com processos e práticas sistemáticas dentro das IES, em políticas claras de diretrizes que integrem a avaliação como um componente essencial e contínuo da extensão.

**Quadro 3: Instituições do Sistema Públíco de Ensino Superior Brasileiro 2014 e IES
membros FORPROEX**

Organização da Instituições de Ensino Superior (IES)	Nº IES Públicas*	Nº IES membros do FORPROEX**	Representatividade das IES do FORPROEX (%)
Universidades	111	100	90%
Centros Universitários e Faculdades	147	6	4%
Institutos Federais e Centros Federais Tecnológicos	40	16	40%
Total	298	122	41%

Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/documentos/Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf

Além disso, foi identificado que é fundamental promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na extensão universitária, pois são essas pessoas que desempenham um papel crucial no desenvolvimento e na aplicação de metodologias de avaliação eficazes. A formação contínua dos profissionais contribui para a melhoria das práticas avaliativas, garantindo que as ações extensionistas sejam realizadas de forma mais eficiente e com maior impacto social. Como apontam Fehlberg, Silva e Valle (2014), a implementação dessas metodologias exige, portanto, um compromisso institucional robusto, que vá além da aplicação de avaliações, mas que também assegure a transparência e a prestação de contas em todos os processos envolvidos.

Essa institucionalização plena da avaliação requer um alinhamento claro entre as metas da universidade e as necessidades da sociedade, com o intuito de aprimorar as práticas extensionistas e fortalecer a relação entre ambos. Ao garantir que os resultados das avaliações sejam utilizados de forma estratégica para promover melhorias contínuas, a universidade cumpre seu papel social de contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade. Conforme destacam Fehlberg, Silva e Valle (2014), o compromisso institucional com a transparência e a utilização dos resultados das avaliações é essencial para que a extensão universitária cumpra sua função transformadora e integradora.

As conclusões deste estudo, dentro do contexto analisado, estão estruturadas com base em uma visão contínua, que considera a avaliação da extensão universitária como um elemento fundamental para garantir a excelência acadêmica e a relevância social das universidades. Nesse sentido, a avaliação não deve ser vista apenas como um mecanismo de controle, mas como uma ferramenta que possibilita o aprimoramento das práticas

extensionistas e seu impacto nas comunidades. Conforme destacado pelo FORPROEX (2006), a integração entre ensino, pesquisa e extensão é essencial para que as universidades cumpram sua função social e acadêmica de maneira eficaz e transformadora.

Dentre as recomendações para o futuro, é considerado imperativo que as Instituições de Ensino Superior (IES) continuem investindo na capacitação dos profissionais envolvidos, no desenvolvimento de indicadores de avaliação e na sistematização dos processos avaliativos. A criação de uma cultura de avaliação contínua e transparente é vital para garantir a relevância e a eficácia da extensão universitária, permitindo que as ações extensionistas sejam ajustadas e aprimoradas conforme as necessidades da sociedade. Como destaca o FORPROEX (2006), a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aliada à flexibilização curricular, contribui para o fortalecimento da extensão universitária e sua adequação às exigências sociais e acadêmicas contemporâneas.

Além disso, as práticas de extensão universitária devem ser alinhadas às necessidades da comunidade e aos objetivos institucionais, a fim de garantir que os projetos sejam não apenas relevantes, mas também sustentáveis ao longo do tempo. Esse alinhamento é fundamental para assegurar que as ações extensionistas atendam às demandas locais, promovendo o desenvolvimento social e o fortalecimento das relações entre a universidade e a sociedade. Como apontam Oliveira e Goulart (2015), ao fortalecer esses aspectos, a Política de Extensão não só reforça o papel social das instituições de ensino superior, mas também potencializa o impacto positivo das suas ações na sociedade, contribuindo para o bem-estar coletivo.

Sabendo da importância da extensão universitária, as conclusões deste estudo reforçam o papel essencial da formulação de políticas públicas que apoiem e viabilizem essa prática no Brasil, promovendo uma educação superior mais inclusiva e alinhada às necessidades da população. Oliveira e Goulart (2015) enfatizam que a integração entre a universidade e as demandas sociais é crucial para uma educação superior mais conectada com a realidade e capaz de gerar transformações significativas, tanto no contexto acadêmico quanto na sociedade como um todo.

Por fim, uma das principais contribuições para a Política de Extensão é a implementação de práticas que garantem uma integração efetiva entre a universidade e a sociedade. Nesse contexto, é essencial que as contribuições para essa política incluam a definição de diretrizes claras para a avaliação e gestão das atividades extensionistas,

assegurando a transparência e a eficácia dessas ações. Além disso, a promoção de capacitação contínua para as equipes envolvidas é crucial para garantir a qualidade e a inovação das práticas extensionistas, tornando-as mais alinhadas às necessidades sociais. Como destaca Castro (2004), a efetividade dessas práticas depende de um compromisso institucional com a gestão estratégica e com a constante atualização dos profissionais.

Ademais, a criação de mecanismos de feedback que possibilitem a melhoria contínua das ações extensionistas também se configura como um aspecto fundamental para o sucesso da Política de Extensão. Esses mecanismos permitem a avaliação constante das práticas realizadas, possibilitando ajustes e aprimoramentos conforme os resultados obtidos. Segundo Castro (2004), a produção de conhecimentos emancipadores, que é um dos pilares da extensão universitária, está intimamente ligada à capacidade da universidade de ajustar suas ações de maneira crítica e reflexiva, considerando sempre as demandas e expectativas da comunidade.

2.2 Histórico Da Extensão Universitária No Brasil

A avaliação da extensão universitária no Brasil tem sido objeto de estudo e discussão desde a criação do FORPROEX. O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado em 1999, foi um marco importante na consolidação do conceito de extensão, definido como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A partir de então, o FORPROEX tem promovido a publicação de diversos volumes da Coleção Extensão Universitária, que documentam as experiências, teorias e metodologias desenvolvidas para fortalecer a prática extensionista. O terceiro volume da coleção, por exemplo, elaborado pelo GT Avaliação da Extensão em 1999, foi fundamental para orientar as universidades na construção de seus processos de avaliação, apresentando indicadores e dimensões que poderiam ser adotados por cada instituição conforme suas necessidades e contextos específicos.

Ainda neste caminho, entre os trabalhos alcançados no processo de construção do Estado da Arte, o de Lucas et al (2023), chama atenção para a emergência curricularização da extensão universitária, e expressar que trata-se de em um marco legal recente, que “vem reforçando o caráter indutor da extensão por mudanças concretas na pesquisa e no ensino tradicionais, coloca uma série de desafios para que as instituições de ensino superior (IES) se adaptem a essa nova realidade” (Lucas et al, 2023, p. 3). Essa conexão com o presente

trabalho reforça o que pode ser chamado de iniciativas de integração entre práticas pedagógicas e extensionistas. Ou seja, convergem para os desafios da curricularização da extensão que possam aprimorar práticas pedagógicas condizentes com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

No âmbito da UFT, a Pró-reitoria de Extensão (Proex) divulga em suas redes sociais e outros meios de comunicação, um calendário das atividades de extensão (Figura 3). Que tem como objetivo listar as atividades de extensão que ocorrem nos Câmpus para que as comunidades acadêmicas e externas possam ter conhecimento antecipadamente das ações que serão desenvolvidas ao longo do mês.

Figura 3: Calendário de atividades de extensão da Proex/UFT



Fonte: <https://www.uft.edu.br/noticias/proex-lanca-calendario-quinzenal-das-atividades-de-extensao>

Tais processos de avaliação, segundo Gadotti (2017), são fundamentais para orientar a expansão da oferta de ensino superior, aprimorar a eficácia institucional, garantir a qualidade do ensino e promover o aprofundamento dos compromissos sociais das instituições. Ou seja, encontra-se nas publicações reflexões sobre o papel e a importância da extensão universitária. Ao mesmo tempo em que Gadotti (2017) argumenta que a extensão deve ser entendida como uma atividade integrante e essencial da função da universidade na sociedade.

O objetivo principal desse projeto era preparar os gestores e técnicos das Pró-Reitorias de Extensão para desenvolverem processos internos de avaliação que não apenas atendessem às demandas institucionais, mas também contribuíssem para a melhoria contínua das ações extensionistas. Conceitos que estão presentes no pensamento de Freire (1997) quando apresenta que o “pensar crítico” implica o diálogo, que é, também, o único capaz de gerá-lo. Sem ele, não há comunicação e, sem esta, não há educação. A educação é um diálogo” (Freire, 1997, p. 154).

O Diagnóstico da Extensão Universitária foi outra iniciativa crucial, destinada a mapear o estado da extensão nas universidades brasileiras. Para isso, foi aplicado um questionário aos gestores das Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares das IES. O questionário incluiu perguntas sobre a estrutura organizacional das ações de extensão, as áreas temáticas abordadas, a integração com ensino e pesquisa, e os mecanismos de financiamento.

Ao fazer conexões dos resultados alcançados neste trabalho educação preconizada por Freire (2006), quando afirma que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” (Freire, 2006, p. 36). De modo que os resultados dessa pesquisa forneceram uma visão abrangente das práticas e desafios enfrentados pelas universidades na execução de suas atividades extensionistas. Além disso, os dados coletados serviram como base para o desenvolvimento de estratégias de melhoria e políticas públicas voltadas para o fortalecimento da extensão universitária.

A Avaliação de Impacto do ProExt 2009/2010 foi um dos projetos mais importantes realizados pelo FORPROEX. Com o objetivo de medir os resultados e impactos das ações financiadas pelo programa, a avaliação considerou uma série de indicadores qualitativos e quantitativos. Entre eles, destacam-se o alcance social das ações, a contribuição para o desenvolvimento local e regional, e a melhoria das condições de vida das comunidades atendidas.

A primeira etapa desta avaliação, realizada em 2012, revelou que o ProExt foi fundamental para promover a articulação entre universidade e sociedade, permitindo que as universidades desempenhassem um papel ativo na resolução de problemas sociais. No entanto, também foram identificadas áreas que necessitavam de aprimoramento, como a

necessidade de maior articulação entre as ações de extensão e as demais funções da universidade.

A produção e disseminação de conhecimento sobre extensão universitária têm sido uma prioridade para o FORPROEX e a CPAE. A Coleção Extensão Universitária, que já conta com oito volumes, é um exemplo significativo desse esforço. Cada volume aborda diferentes aspectos da extensão, desde a sua fundamentação teórica até a aplicação prática e metodológica. Essa disseminação é capaz de expressar multiplicidade de pensamentos, às vezes conflitantes" (FORPROEX, 2006, p. 41). Tendo em vista que os conhecimentos presentes no espaço acadêmico estão recortados em disciplinas e metodologias específicas, mas ao mesmo tempo inseridos em um todo maior, que possibilita a "estruturação dos problemas sociais e do desenvolvimento regional e local" (p. 41) em uma perspectiva sistêmica e interdisciplinar.

Além dos volumes mencionados anteriormente, outros destaques incluem o estudo "Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: uma Visão da Extensão" e "Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: Estudo Comparativo 1993-2004". Estas publicações não apenas documentam as práticas extensionistas, mas também fornecem diretrizes e sugestões para a implementação e melhoria dessas ações nas universidades.

Apesar dos avanços, a extensão universitária no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais é a necessidade de institucionalização da extensão, garantindo que ela seja reconhecida como uma função essencial e integrada ao ensino e à pesquisa. Além disso, é fundamental que as universidades desenvolvam processos contínuos e sistematizados de avaliação, que permitam monitorar e aperfeiçoar suas ações extensionistas. Ou, nas palavras de Freire (2002):

é não só interessante mas profundamente importante que os estudantes percebam as diferenças dos fatos, as posições às vezes antagônicas entre professores na apreciação dos problemas e no equacionamento de soluções. Mas é fundamental que percebam o respeito e a lealdade com que um professor analisa e critica as posturas dos outros. (Freire, 2002, p. 10).

Em conclusão desta parte, notamos o desafio importante da inclusão social, pois as universidades devem assegurar que suas ações de extensão sejam acessíveis e relevantes para todas as camadas da sociedade, especialmente para as populações mais vulneráveis. Isso

requer uma abordagem inclusiva e colaborativa, que envolve a comunidade na identificação de necessidades e na construção de soluções.

2.3 Diretrizes Para Ações de Extensão Universitária

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, tem como principal objetivo promover a avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, buscando sempre a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil (BRASIL, 2004).

Este marco legal é fundamental no contexto deste estudo, pois estabelece os parâmetros e diretrizes para a avaliação das instituições de ensino superior, servindo como uma base sólida para o desenvolvimento e aprimoramento da educação superior no país. De acordo com Maciel (2010), o SINAES é uma ferramenta essencial para garantir que as instituições atendam aos padrões de qualidade exigidos, alinhando os processos avaliativos às necessidades educacionais da sociedade.

A importância do SINAES se reflete na sua capacidade de promover a transparência e a sistematização das avaliações, permitindo que as instituições de ensino superior se alinhem a critérios de qualidade que atendem tanto aos aspectos acadêmicos quanto sociais. Maciel (2010) destaca que, ao estabelecer essa estrutura de avaliação, a Lei nº 10.861/2004 também contribui para o fortalecimento das políticas de extensão universitária, permitindo que as ações extensionistas sejam avaliadas e melhoradas constantemente, garantindo que cumpram seu papel na promoção do desenvolvimento social e educacional no Brasil.

Essa discussão perpassa, recentemente, pela curricularização da extensão ao destacar as práticas extensionistas como oportunidades de envolver a comunidade acadêmica em desafios enfrentados pela sociedade. Ao passo que a curricularização é apresentada como uma estratégia para integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, pois promovem uma formação mais completa e comprometida com a realidade social (Lucas, 2023). Ao passo que no contexto de universo e delineamento da pesquisa, busca-se envolver análises de práticas acadêmicas e a articulação com a comunidade.

Consideramos neste trabalho uma perspectiva mais abrangente para compreender a interdisciplinaridade dentro das diretrizes para ações de extensão, Figura 4, de modo que, concordamos com Rios, Sousa e Caputo (2019) quando promovem os diálogos

interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista e apresentam uma representação esquemática do fazer interdisciplinar com base no conceito de interdisciplinaridade adotado neste trabalho (Figura 4). Tendo em vista que os campos disciplinares conseguem interagir entre as diferentes áreas do conhecimento e esse cruzamento de saberes evidencia como as contribuições provenientes de diversas disciplinas podem convergir para a solução de problemas complexos.

Figura 4: Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista



Fonte: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Y5JFvLzLD3H8sWGLHgc9ZJz/#ModalFigf01>

A extensão universitária desempenha um papel fundamental no cumprimento da missão social das instituições de ensino superior, promovendo a interação entre a universidade e a sociedade, além de contribuir para a formação de cidadãos críticos e engajados. Analisamos os desafios e avanços na avaliação da extensão universitária no Brasil, destacando as iniciativas promovidas pelo FORPROEX, com ênfase em aspectos como a capacitação das equipes das Instituições de Ensino Superior (IES), o diagnóstico das práticas extensionistas e a avaliação de impacto do ProExt 2009/2010. Como aponta Neto (2011), a extensão universitária deve ser um meio pelo qual as universidades se conectam diretamente com as demandas sociais, não apenas no aspecto acadêmico, mas também na construção de soluções práticas para a comunidade.

Além disso, a avaliação da extensão universitária, como discutido neste estudo, é essencial para a melhoria contínua das práticas extensionistas e para o alinhamento das ações da universidade com as necessidades da sociedade. Neto (2011) sublinha que a capacitação das equipes envolvidas e a realização de diagnósticos eficazes das ações são elementos chave para a promoção de uma extensão universitária de impacto, capaz de gerar benefícios duradouros para as comunidades e fortalecer a relação entre a universidade e o seu entorno social. A análise do ProExt 2009/2010 oferece um panorama importante sobre os avanços e desafios na avaliação da extensão, sendo um ponto de partida para futuras melhorias nas políticas de extensão universitária.

A partir dos projetos desenvolvidos, observou-se que a capacitação das equipes é um fator essencial para a construção de processos internos de avaliação eficazes. Os cursos e materiais didáticos fornecidos pelo FORPROEX desempenharam um papel crucial na preparação de gestores e técnicos das Pró-Reitorias de Extensão, permitindo-lhes desenvolver metodologias de avaliação que atendem às necessidades específicas de suas instituições. Segundo Vieira (2013), essas iniciativas formam parte de uma estratégia maior voltada para a institucionalização da avaliação da extensão universitária, garantindo sua integração contínua e indissociável aos processos de ensino e pesquisa.

Esse foco na capacitação e na formação de equipes qualificadas reflete a necessidade de uma abordagem mais sistemática e estruturada na avaliação da extensão universitária, promovendo a melhoria contínua das práticas extensionistas. Vieira (2013) destaca que, ao fortalecer esses processos internos, as instituições conseguem assegurar que a extensão não seja apenas uma atividade paralela, mas sim um componente fundamental e integrado da missão universitária, alinhando-se aos princípios constitucionais e às exigências de uma educação mais inclusiva e socialmente responsável.

O Diagnóstico da Extensão Universitária proporcionou uma visão abrangente das práticas e desafios enfrentados pelas universidades brasileiras, revelando a diversidade de abordagens e áreas temáticas abordadas. Já a Avaliação de Impacto do ProExt 2009/2010 destacou o papel transformador da extensão universitária, ao promover a articulação entre universidade e sociedade e contribuir para o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas.

Apesar dos avanços alcançados, os desafios para a extensão universitária no Brasil ainda são consideráveis. A institucionalização da extensão, a promoção da inclusão social e o

estabelecimento de processos contínuos e sistematizados de avaliação continuam sendo questões prioritárias. De acordo com Tünnermann (2008), esses aspectos exigem uma atenção constante e um compromisso das instituições de ensino superior para garantir a eficácia e a relevância das ações extensionistas, que devem ser orientadas por práticas avaliativas consistentes e bem estruturadas.

Além disso, é crucial que as universidades sigam produzindo e disseminando conhecimento sobre a extensão universitária, criando um ambiente de troca de experiências e boas práticas. Tünnermann (2008) enfatiza a importância de compartilhar essas iniciativas bem-sucedidas, pois elas servem como modelos para outras instituições, contribuindo para o fortalecimento da extensão universitária em todo o Brasil. Esse processo de troca e aprendizado mútuo é essencial para aprimorar a qualidade e o impacto social das ações extensionistas nas universidades.

Em relação às recomendações para o futuro, é essencial que o FORPROEX e as Instituições de Ensino Superior (IES) continuem investindo na capacitação e formação contínua das equipes, a fim de garantir que os profissionais estejam sempre atualizados com as melhores práticas e metodologias de avaliação. Como aponta Paula (2013), a formação contínua das equipes é um fator fundamental para o sucesso das ações de extensão, pois assegura que os envolvidos estejam preparados para enfrentar os desafios e promover resultados eficazes.

Além disso, é necessário fortalecer a articulação com a sociedade, promovendo ações extensionistas que sejam verdadeiramente transformadoras e que atendam às necessidades específicas das comunidades locais. Segundo Paula (2013), as universidades devem estabelecer uma relação mais estreita com a sociedade, para que as ações extensionistas não apenas atendam a questões acadêmicas, mas também contribuam diretamente para a melhoria das condições locais, gerando benefícios concretos para a população.

Concluímos que a avaliação da extensão universitária é um processo contínuo e evolutivo, que exige constante adaptação às especificidades de cada instituição e contexto. Embora os avanços alcançados até o momento sejam promissores, como ressalta Serva (2020), é fundamental que as universidades mantenham um esforço contínuo para superar os desafios existentes. Isso é necessário para consolidar a extensão como um pilar essencial da educação superior no Brasil, garantindo que suas práticas se integrem de maneira eficaz aos currículos e às necessidades da sociedade.

É evidente que a avaliação da extensão universitária deve ser um processo dinâmico, em constante aperfeiçoamento, conforme as particularidades de cada contexto educacional. Serva (2020) destaca que a curricularização da extensão representa um passo significativo nesse processo, permitindo uma melhor integração entre ensino, pesquisa e extensão, e assegurando que a extensão universitária desempenhe um papel cada vez mais relevante na formação dos estudantes e no desenvolvimento social.

2.4 Princípios Norteadores das Atividades Extensionistas

Nesta parte do trabalho compartilhamos como a extensão universitária é uma prática fundamental no âmbito acadêmico, com princípios que integram o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, promovendo um diálogo ativo entre a universidade e a sociedade (FORPROEX, 2006). Caminhos que percorremos em pesquisa bibliográfica, resumida na quadro 4, ao seguir a visão de Morin (1991) quando às ideias de natureza, vida, habitat e organização que envolvem o contexto do Brasil, em atividades extensionistas ancoradas em princípios norteadores que possam consolidar a UFT como um agente transformador e promotor do desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental.

Quadro 4: Princípios norteadores das atividades de extensão na UFT

Princípio Norteador	Descrição
Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	Integra ensino, pesquisa e extensão como pilares indissociáveis na formação acadêmica.
Interdisciplinaridade	Promove a interação entre diferentes áreas do conhecimento para abordar problemas sociais complexos.
Impacto e Transformação Social	Visa transformar a sociedade, especialmente atendendo às necessidades das comunidades mais vulneráveis.
Compromisso com a Formação Cidadã	Fomenta a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel social.
Dialogicidade	Estabelece uma troca contínua e horizontal entre o saber acadêmico e os saberes populares.
Inclusão e Diversidade	Promove a equidade e o respeito à diversidade, atendendo grupos historicamente marginalizados.
Sustentabilidade	Busca o desenvolvimento sustentável, integrando aspectos sociais, econômicos e ambientais nas atividades.

Fonte: Resultados da pesquisa bibliográfica da autora (2024)

Ao observarmos o que é divulgado pelo Forproex (2006) encontramos que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um dos mais importantes no contexto universitário. Além disso, Michelotto (1999), enfatiza que a Universidade Pública Brasileira passa por um processo de democratização pela extensão e por isso não deve ser vista como uma atividade isolada, mas como parte integral da formação acadêmica e científica dos estudantes.

Esse princípio assegura que a prática extensionista complementa e reforça o ensino e a pesquisa, promovendo uma formação integral e cidadã dos discentes. Ao passo que é preciso evitar o risco de uma “descaracterização do papel da universidade” (Michelotto, 1999, p. 135) para que a extensão consiga ir além da utilização dos estudantes como mão de obra barata em ações desvinculadas de sua formação e alcance o objetivo de aplicação prática do conhecimento produzido na academia, retornando à sociedade de forma transformadora. Os documentos apontam para essa preocupação com os futuros profissionais, atuais universitários da UFT. Caminho recomendado por Maciel (2010, p. 17):

se cada estudante dedicasse pelo menos um ano de seus estudos em atividades sociais, seria possível, por meio da extensão universitária, a cada ano, envolver mais de um milhão de estudantes em atividades socialmente engajadas que contribuiriam para a melhoria do Brasil. Tal contingente [...] resultaria em uma impressionante contribuição na oferta de serviços públicos (educação, saúde, moradia) nos municípios do interior do país, transformando a educação superior em um verdadeiro vetor de melhoria da qualidade de vida da população. Maciel (2010, p. 17).

Ao seguirmos Morin (1991), em suas recomendações para a “organização”, percebemos que as atividades extensionistas na UFT, buscam ser conduzidas de forma interdisciplinar, promovendo a integração de diferentes áreas do conhecimento. Essa complexidade dos problemas sociais, é enfatizada por Maciel (2010) quando ele analisa a Política Nacional de Extensão e divulga perspectivas para a universidade brasileira.

A interdisciplinaridade, quando aplicada à extensão universitária, fortalece a capacidade da universidade em oferecer respostas adequadas aos problemas sociais e ambientais de grande relevância. A curricularização da extensão, conforme proposto neste trabalho, visa explorar sua potencialidade para gerar impactos transformadores, ao envolver diferentes áreas do conhecimento em soluções integradas. Como afirmam Vaitzman, Rodrigues e Paes-Sousa (2006), essa abordagem permite um engajamento mais profundo com

os problemas da sociedade, contribuindo para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Segundo a linha do Forproex (2006), outro princípio fundamental é o impacto social. A instituição apresenta que a extensão universitária deve estar voltada para a transformação das realidades locais, regionais e nacionais, promovendo melhorias nas condições de vida da população. Recomendação presentes nos documentos da unidade da UFT, com atividades extensionistas têm o compromisso de criar ações que impactem diretamente a sociedade, especialmente os grupos mais vulneráveis. Além disso, esse princípio orienta a universidade a se engajar com a comunidade de maneira crítica e reflexiva, buscando soluções para problemas reais (Vargas, Peres e Diaz, 2019).

Trevisan e Bellen (2008) enfatizam que as atividades de extensão também devem promover o desenvolvimento de uma consciência cidadã dos estudantes. Percebemos essa realidade enquanto analisamos os documentos da UFT ao demonstrarem evidências de um contato com diferentes realidades sociais, econômicas e culturais. Preocupação que, seguindo Vargas, Peres e Diaz, 2019, pode possibilitar a formação de indivíduos mais críticos, sensíveis às questões sociais e comprometidos com a justiça social. Ou seja, na visão deste trabalho de colaborar com avaliação de programas em suas concepções e práticas, divulga-se o princípio do compromisso com a formação cidadã reforça a importância de a universidade formar não apenas profissionais técnicos, mas também agentes de transformação social (Worthen, Sanders e Fitzpatrick, 2004).

Diante da diversidade de sujeitos, a dialogicidade é outro princípio que preconiza o diálogo entre a universidade e a sociedade como uma via de mão dupla (Freire, 2006). Ao passo que na UFT a extensão é vista como uma troca contínua entre os saberes acadêmicos e populares, com atividades, foco desta pesquisa, de interação com as comunidades deve ser pautada pela escuta ativa, pelo respeito à diversidade cultural e pela valorização dos saberes locais (Bartnik e Silva, 2009). Isso garante que as ações extensionistas sejam contextualizadas e atendam às reais necessidades da população.

Ao selecionar produções que envolvem a palavra-chave “avaliação de práticas de extensão universitárias”, o trabalho de Nascimento, Vieira e Araújo (2012), consegue divulgar questões relativas à gestão coletiva da atividade docente de uma instituição federal de ensino superior. Os autores convergem para as evidências da avaliação externa, realizada pelo

Ministério da Educação (MEC), e colaboram com a compreensão de que quando existe o engajamento profissional nas atividades de pesquisa e extensão, a organização se consolida na manutenção de laços de cooperação entre os docentes, com saúde e segurança no trabalho.

Caminho seguido por Bartnik e Silva (2009), quando avaliam ações extensionistas em universidades católicas e comunitárias conseguem divulgar compreensões e análises de como as Universidades podem realizar as avaliações de suas ações extensionistas. Ao passo que as abordagens dos autores é uma referência para o que se propõe neste trabalho, tendo em vista que a avaliação segue o mesmo compromisso social de mostrar-se como um instrumento pedagógico de observação e mensuração de efeitos concretos das ações que se estendem à sociedade, assim como é demonstrado por Reimer e Zagonel (2014), ao refletirem sobre o cotidiano da docência em universidades.

Neste percurso, chega-se à compreensão de que as atividades de extensão desempenham um papel crucial na promoção da inclusão social e no respeito à diversidade, ao considerar as diversas realidades enfrentadas pela população brasileira, como destacam as diretrizes do Forproex (2006). A extensão universitária, nesse sentido, busca não apenas levar o conhecimento acadêmico às comunidades, mas também integrar diferentes grupos sociais, garantindo o acesso e a participação de todos.

No contexto do campus universitário, a implementação e o acompanhamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) são fundamentais, pois procuram medir a qualidade do ensino superior oferecido pelas instituições. Como aponta Sousa (2010), o SINAES tem o potencial de avaliar de forma abrangente não apenas a formação acadêmica, mas também o impacto das ações extensionistas, que devem ser vistas como parte indissociável do processo educacional, promovendo a melhoria contínua e o alcance social do ensino superior.

A avaliação contínua e sistemática permite identificar pontos fortes e áreas de melhoria, ou seja, ações efetivas para o aprimoramento constante da instituição e dos cursos oferecidos, além de contribuir para o desenvolvimento acadêmico e social da comunidade universitária. De modo que, assim como apontado no trabalho de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), a extensão consegue atuar como um espaço que promove a equidade, oferecendo oportunidades para grupos historicamente marginalizados.

A sustentabilidade aparece nesta parte do trabalho diante do fato da universidade se tornar “espaço acadêmico onde se exercitem teorias e práticas transformadoras da Sociedade e do Estado [...] com educadores afeitos à investigação e aos questionamentos

quanto aos rumos da sociedade, que adotam e criam novas práticas pedagógicas, uma nova organização curricular permeável às transformações em curso, interdisciplinar, privilegiando a articulação teoria-prática na formação integral do estudante e [...] uma nova perspectiva curricular na qual é inevitável a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão enquanto eixo de formação do estudante [...] (Forproex, 2006, p. 43-44).

Fato que envolve a sustentabilidade como um princípio orientador das ações extensionistas no contexto contemporâneo (Freire, 1997). As atividades devem buscar o desenvolvimento sustentável, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Outros, não diretamente envolvidos, são beneficiados, tendo em vista que quando o conteúdo desenvolvido pela e na ação se incorpora aos conteúdos de aulas e é socializado em debates e produtos, a extensão universitária consegue lidar com temas como desenvolvimento comunitário, educação ambiental e responsabilidade social.

Os conceitos de justiça e sustentabilidade são refletidos nas práticas adotadas pela UFT, que buscam garantir a preservação do meio ambiente para as futuras gerações. Sen (2010) destaca a importância de adotar políticas e práticas que considerem não apenas as necessidades do presente, mas também o bem-estar das gerações futuras, promovendo uma justiça social que envolva a proteção ambiental e o uso responsável dos recursos naturais.

Dessa forma, as iniciativas da UFT em promover práticas sustentáveis estão alinhadas com a ideia de justiça defendida por Sen (2010), ao integrar a preocupação com o meio ambiente no desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades atuais sem comprometer o futuro. A universidade, portanto, desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, comprometida com a sustentabilidade ambiental.

Em conclusão desta parte, continuamos com Freire (1997) em suas orientações sobre política e educação em apresentar conceitos que fundamentam os princípios norteadores das atividades extensionistas que refletem o papel transformador da universidade na sociedade. Além disso, autores internacionais, como Ball (1994), defendem o integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma interdisciplinar e voltada para a transformação social, a

universidade se torna um espaço privilegiado para a promoção da cidadania, inclusão e sustentabilidade.

Como destaca Maciel (2010), atividades extensionistas fundamentadas em princípios sólidos podem ter um impacto significativo no desenvolvimento social, econômico e ambiental, pois elas estabelecem um elo entre a universidade e as necessidades reais da sociedade. Nesse sentido, as práticas de extensão tornam-se instrumentos poderosos para responder a desafios locais, promovendo mudanças que atendem a demandas sociais emergentes.

Esse potencial transformador das atividades extensionistas é amplificado quando essas ações se baseiam em um conceito de extensão bem estruturado, como evidenciado por Rocha (2001), que enfatiza a importância de uma abordagem integrada na construção do conceito de extensão universitária na América Latina. Ao adotar esse enfoque, as universidades conseguem não apenas gerar conhecimento, mas também aplicá-lo de forma concreta para o benefício das comunidades ao seu redor.

2.5 Plano Nacional da Extensão Universitária

O Plano Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2006) é uma iniciativa que visa integrar a universidade à sociedade por meio da extensão, consolidando-a como ferramenta indispensável para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Através da extensão, a universidade se torna um espaço de produção de conhecimento e transformação social, rompendo barreiras entre academia e população (Santos, 1989). Nesta parte do trabalho ressaltamos os fundamentos do Plano Nacional de Extensão Universitária, apresentando seu histórico, princípios e metas, e refletindo sobre seu papel na criação de uma universidade cidadã, no viés da extensão universitária que acontece na UFT.

Vale destacar que na sociedade contemporânea, a legitimidade da universidade depende da sua capacidade de integrar ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável, como defende Boaventura de Souza Santos (Santos, 1989). Ou seja, a extensão universitária, portanto, emerge como um pilar essencial para a transformação social, indo além do assistencialismo e inserindo-se como processo ativo na formação de profissionais cidadãos (Gadotti, 2017).

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, é um documento estratégico que visa estreitar a relação entre a universidade e a sociedade, promovendo, assim, a justiça social e a democracia. Essa proposta está diretamente alinhada com os objetivos de transformar o ensino superior em um agente ativo na resolução de problemas sociais, facilitando a integração da academia com as demandas reais da população (Forproex, 2006).

Além disso, o Observatório do PNE oferece uma ferramenta valiosa para monitorar o progresso das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, destacando, por exemplo, a porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na educação superior. Esse tipo de indicador é fundamental para avaliar as políticas públicas educacionais e sua efetividade, sendo um recurso importante para garantir a implementação bem-sucedida de projetos que envolvem a extensão universitária e sua contribuição para a sociedade (Observatório do PNE, 2018).

Neste caminho, vale realocar a parte histórica de que a extensão universitária no Brasil tem suas raízes nos movimentos estudantis das décadas de 1950 e 1960, que visavam aproximar a universidade das demandas populares. Informações que são referenciadas por De Souza Zoccoli (2009), com destaque para a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, nos anos 1980, quando o conceito de extensão passou a ser formalizado, ganhando maior relevância institucional.

A pesquisa revelou que a elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária representou um marco significativo nesse processo, ao estabelecer diretrizes que orientam a atuação das universidades na promoção da cidadania. Essas diretrizes têm impacto direto na Universidade Federal do Tocantins (UFT), refletindo-se em seus documentos normativos e nas atividades de extensão que visam integrar a academia à sociedade, cumprindo um papel importante na formação cidadã (Oliveira & Goulart, 2015).

Essas práticas de extensão, impulsionadas pelo Plano Nacional, buscam fomentar a participação ativa dos acadêmicos e da comunidade, contribuindo para a transformação social e o fortalecimento da relação universidade-sociedade. A UFT, ao seguir essas diretrizes, contribui para a construção de uma educação superior mais inclusiva e comprometida com os desafios e necessidades locais, alinhando-se aos objetivos da política nacional de extensão universitária (Oliveira & Goulart, 2015).

A própria UFT possui documentos normativos, como, por exemplo, a Resolução que dispõe sobre a aprovação da Política de Extensão da Universidade Federal do Tocantins (Brasil, 2020), que seguem, por sua vez, a Extensão na Educação Superior Brasileira (Brasil, 2006), o que demonstra o amadurecimento das ideias sobre extensão, na qual a universidade tocantinense deixou de tratar a extensão como uma atividade assistencialista, passando a percebê-la como um processo que articula ensino e pesquisa (Brasil, 2020).

Na Universidade Federal do Tocantins (UFT), a extensão universitária tem se consolidado como um processo de mão dupla, no qual o intercâmbio de saberes entre a universidade e a sociedade contribui para o enriquecimento mútuo. Esse modelo de interação tem se mostrado eficaz ao gerar conhecimento relevante, voltado para a superação das desigualdades sociais, uma vez que possibilita a transformação de ambos os contextos, acadêmico e social, por meio de práticas extensionistas que atendem a necessidades locais (Nogueira, 2001).

A capacidade da UFT de implementar esse modelo demonstra a importância da extensão universitária não apenas como uma ferramenta acadêmica, mas como um meio de promover a inclusão social e o desenvolvimento comunitário. Ao estabelecer esse tipo de troca, a universidade contribuiativamente para a construção de soluções que favorecem a equidade e o enfrentamento das desigualdades sociais, reafirmando o papel da extensão como um eixo central na educação superior (Nogueira, 2001).

Segundo o Plano (Brasil, 2006), a extensão não se limita à disseminação de conhecimentos e serviços, mas envolve a participação ativa da população no processo de construção do conhecimento. Portanto, a produção de saberes através da extensão é democratizada, e a comunidade se torna sujeito do conhecimento, não mais mero espectador. Notamos que essa concepção, defendida por Freire (2006), é um desafio que professores e técnicos buscam e que carecem, como já mencionamos, de um referencial, processo é fundamental para o fortalecimento da sociedade civil e para a construção de uma universidade comprometida com a justiça social.

É importante salientar ainda que a própria lógica da extensão universitária é um elemento vital para que a universidade cumpra sua responsabilidade social. Ao passo que as avaliações de práticas extensionistas devem ir além de números, que contribuem para criar padrões, mas podem enveredar para estereótipos. Daí, a necessidade, que Maciel (2010), aponta em seu trabalho da academia não só compartilhar o conhecimento que gera, mas

também recolher novas ideias, críticas e aprendizados da sociedade, promovendo um ciclo contínuo de renovação. Ou seja, seguir o propósito referendado pelo Forproex (2006) e garantir um processo de avaliação qualitativo que consiga alcançar a sistematização dessas ações, como apontam os teóricos e estudiosos, são essenciais para garantir que a extensão continue sendo um espaço de transformação e impacto social.

Primeiramente, o conhecimento dos princípios que regem o Plano Nacional de Extensão Universitária inclui a necessidade de a universidade estar voltada para as prioridades locais, regionais e nacionais, reconhecendo que o saber acadêmico deve ser sensível aos problemas e demandas sociais (Brasil, 2006 e Brasil, 2020). Neste contexto, as demais expectativas envoltas para a universidade devem promover a participação ativa dos movimentos sociais e outras possibilidades de participação social que consigam, nas palavras de Santos (1989) superar as condições de desigualdade e exclusão presentes no Brasil.

Oscar Jara, em seu livro “Sistematização de Experiências:: Uma proposta enraizada na história Latino Americana” (Jara, 2021), destaca a importância da sistematização como uma ferramenta para a qualificação das ações de extensão. Ele apresenta a sistematização como ferramenta que permite organizar, refletir e aprender com as experiências vividas, gerando novos conhecimentos que contribuem para a transformação social. Nas palavras de Jara, “é preciso sistematizar as experiências” (p. 32) para que o conhecimento gerado não se perca, mas sim, enriqueça o processo de ensino e a prática acadêmica.

Os resultados que foram sistematizados neste trabalho envolvem essas concepções, organizados na Quadro 5, nota-se os principais objetivos do Plano em reafirmar a extensão como um processo acadêmico indispensável, assegurar a relação bidirecional entre universidade e sociedade e priorizar práticas voltadas para atender às necessidades sociais emergentes, como saúde, educação, habitação e geração de renda. Além disso, o Plano visa estimular atividades interdisciplinares e promover o uso de tecnologias que ampliem o acesso ao conhecimento e melhorem a qualidade da educação.

Quadro 5: Objetivos do Plano Nacional de Extensão Universitária

Objetivo	Descrição
Reafirmar a Extensão como Processo Acadêmico Indispensável	Destacar a importância da extensão universitária como parte essencial do processo acadêmico.

Assegurar a Relação Bidirecional entre Universidade e Sociedade	Garantir que haja uma interação contínua e recíproca entre a universidade e os setores da sociedade.
Priorizar Práticas Voltadas para Necessidades Sociais Emergentes	Focar em áreas como saúde, educação, habitação e geração de renda para atender às demandas sociais emergentes.
Estimular Atividades Interdisciplinares	Promover projetos e ações que integrem diferentes áreas do conhecimento e promovam a colaboração interdisciplinar.
Promover o Uso de Tecnologias para Ampliar o Acesso ao Conhecimento	Incentivar a utilização de tecnologias que facilitem o acesso ao conhecimento e melhorem a qualidade da educação.

Fonte: Brasil, 2006. Quadro construído pela autora (2024).

O pressuposto que orientou a análise do quadro 5 apresenta os principais objetivos do Plano Nacional de Extensão Universitária, de modo que destacamos a importância da extensão como um componente essencial do processo acadêmico e promovendo uma relação bidirecional entre universidade e sociedade. Além disso, o próprio Plano busca priorizar práticas voltadas para necessidades sociais emergentes, como saúde, educação, habitação e geração de renda, e incentivar atividades interdisciplinares para abordar problemas complexos de forma holística.

A pesquisa realizada e a análise dos dados permitiram perceber como a UFT utiliza tecnologias para expandir o acesso ao conhecimento, ao mesmo tempo em que busca aprimorar a qualidade da educação oferecida. Através dessas tecnologias, a universidade consegue garantir que suas ações extensionistas sejam mais eficazes e estejam alinhadas com as reais necessidades da comunidade, promovendo uma maior integração entre o ensino superior e as demandas sociais (Gomes, 2002).

Esse processo demonstra o compromisso da UFT em utilizar ferramentas tecnológicas para otimizar a gestão e a implementação de suas práticas extensionistas. A utilização dessas tecnologias não só facilita o acesso à informação, mas também fortalece a relação entre a universidade e a sociedade, assegurando que as ações sejam pertinentes e contribuam para o desenvolvimento da comunidade (Gomes, 2002).

Por conseguinte, para alcançar os objetivos propostos, o Plano estabelece metas claras, como a consolidação de um sistema de informações sobre extensão universitária, a inclusão das universidades públicas na Rede Nacional de Extensão (RENEX). Esse processo se

fortalece com a implementação de programas de avaliação da extensão e a criação de escritórios de desenvolvimento e inovação tecnológica são metas fundamentais para fortalecer a institucionalização da extensão na UFT. Ou seja, iniciativas que visam garantir a integração da extensão com o ensino e a pesquisa, promovendo uma articulação eficaz com a sociedade.

De acordo com a resolução estabelecida pelo Brasil (2020), a inserção da extensão nos currículos de graduação é uma diretriz importante, que exige que as atividades extensionistas componham no mínimo 10% da carga horária dos cursos. Esse posicionamento reflete a necessidade de alinhamento com as metas do Plano Nacional de Educação, buscando garantir que os cursos de graduação promovam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) assume um papel central, coordenando a implementação dessas diretrizes e criando espaços para debates, com o objetivo de fortalecer a presença da extensão no currículo universitário (Melo Neto, 2002).

A responsabilidade da Proex, junto a outros parceiros, é não apenas coordenar a inserção da extensão nos currículos, mas também elaborar documentos orientadores que garantam a efetiva integração dessa prática nos cursos de graduação. Essa articulação visa tornar a extensão um componente indissociável do processo formativo, contribuindo para a formação de profissionais mais críticos e preparados para lidar com as realidades e desafios da sociedade. Assim, a extensão universitária se configura como um elemento essencial para uma educação integral e comprometida com as necessidades da comunidade (Melo Neto, 2002).

Além disso, os documentos apresentam cinco dimensões (Quadro 6) em que a Proex será a responsável pela inclusão das ações de extensão também nos cursos de pós-graduação, assegurando uma abordagem integrada e multidimensional na formação acadêmica.

As cinco dimensões são:

Quadro 6: Dimensões da avaliação da extensão na UFT

Dimensão	Descrição
I - Política de Gestão	Importância estratégica, estrutura organizacional, valorização na carreira, institucionalização de programas, formação e capacitação, garantia da qualidade, aprovação em editais, orçamento e captação de recursos.
II - Infraestrutura	Espaço físico, estrutura de pessoal, equipamentos para eventos, espaços esportivos, apoio ao empreendedorismo, logística de transporte, acesso

	e transparência, sistemas informatizados.
III - Relação Universidade-Sociedade	Representação da sociedade, parcerias interinstitucionais, envolvimento de profissionais externos, meios de comunicação, prestação de contas, público alcançado, ações dirigidas a escolas e população vulnerável.
IV - Plano Acadêmico	Inclusão da extensão nos currículos, articulação com ensino e pesquisa, contribuição para ensino e pesquisa, participação de estudantes e docentes.
V - Produção Acadêmica	Modalidades de extensão, produção de materiais, livros e capítulos, artigos, comunicações em eventos, produções audiovisuais e artísticas, empreendimentos graduados e cooperativas.

Fonte: Brasil (2020). Quadro construído pela autora (2024).

Nesse contexto, é crucial que a avaliação da extensão universitária considere as cinco dimensões essenciais propostas, cada uma com seus critérios específicos. Isso inclui a importância estratégica da extensão, com ênfase na necessidade de uma estrutura organizacional adequada, na valorização dessa prática na carreira acadêmica e na institucionalização de programas, além da atenção a aspectos financeiros e de capacitação. Essas dimensões são fundamentais para garantir que a extensão tenha um impacto significativo e duradouro nas universidades (FORPROEX, 2012).

A partir dessa perspectiva, deve-se garantir que a avaliação da extensão abranja esses diversos aspectos, permitindo uma análise mais abrangente e eficaz das práticas extensionistas. As questões estruturais, financeiras e de formação contínua das equipes são fundamentais para que as atividades extensionistas se integrem de forma sustentável e produtiva à missão da universidade (Felippe, 2013).

É fundamental que a avaliação das atividades extensionistas leve em conta a disponibilidade de espaços adequados, equipamentos e recursos necessários para o seu pleno desenvolvimento, além de sistemas de apoio que assegurem a qualidade e eficácia das ações. Nesse sentido, é preciso também considerar como a universidade se relaciona com a sociedade, destacando as parcerias estabelecidas, a comunicação entre as partes envolvidas e, principalmente, o impacto real das ações extensionistas na comunidade (Diehl; Terra, 2013).

Ao realizar uma análise mais abrangente da extensão universitária, é fundamental que a avaliação não se restrinja apenas aos aspectos estruturais e organizacionais, mas que também inclua a dinâmica das interações entre a universidade e a sociedade. A consideração

das parcerias estabelecidas, o fortalecimento da comunicação e a análise do impacto das ações são elementos essenciais para garantir que a extensão cumpra efetivamente seu papel transformador. Como ressaltado por Demo (2001), esses componentes são fundamentais para uma avaliação eficaz da extensão universitária, pois refletem sua capacidade de promover mudanças sociais significativas.

É importante ressaltar que, para a efetiva integração da extensão nos currículos, deve-se considerar a articulação dessa prática com o ensino e a pesquisa, além da participação ativa de estudantes e docentes. A análise das atividades extensionistas deve ser realizada por meio de dados quantitativos e qualitativos que avaliem a produção e disseminação de conhecimento, incluindo materiais, publicações e projetos graduados. Como destacado por Leonidio (2017), cada uma dessas dimensões é fundamental para assegurar a eficácia e o impacto das ações de extensão, especialmente no contexto da UFT, promovendo resultados significativos para a comunidade universitária e sociedade em geral.

3 AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

3.1 Conceito de Avaliação da Extensão Universitária

A extensão universitária é uma prática fundamental para o fortalecimento da relação entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de saberes e a construção conjunta de soluções para os desafios sociais. No Brasil, e particularmente na Universidade Federal do Tocantins (UFT), essa prática tem sido valorizada como um caminho para a democratização do conhecimento, buscando responder às demandas da comunidade e integrar ensino e pesquisa com as necessidades locais. De acordo com o FORPROEX (2001), a avaliação da extensão universitária se configura como um instrumento crucial para monitorar a efetividade dessas ações e garantir que as atividades extensionistas atendam de forma adequada aos objetivos sociais propostos.

A avaliação da extensão universitária, conforme proposta pelo FORPROEX (2001), é um processo contínuo que visa não apenas mensurar os resultados, mas também aprimorar as práticas extensionistas, alinhando-as progressivamente às realidades e necessidades das comunidades atendidas. Nesse sentido, a Universidade Federal do Tocantins tem se dedicado a implementar mecanismos de avaliação capazes de analisar o impacto de suas ações, promovendo uma maior integração entre a universidade e a sociedade. De acordo com Gomes

(2002), essa abordagem contribui significativamente para o desenvolvimento social e educacional da região, favorecendo o fortalecimento do papel da universidade como agente transformador.

Gomes (2002) aborda a política de avaliação da educação superior, destacando a importância de um processo que vá além do simples controle e massificação do ensino. Ele argumenta que a avaliação deve ser um instrumento estratégico para o aprimoramento contínuo, permitindo uma análise crítica das práticas educacionais. Nesse contexto, o autor enfatiza a necessidade de que a avaliação se concentre em aspectos qualitativos, promovendo não apenas a quantificação dos resultados, mas também a reflexão sobre o impacto das ações educacionais, especialmente no que diz respeito à sua relevância e eficácia no atendimento às necessidades da sociedade.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), alinhada com as diretrizes da Lei 10.861 de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), reconhece a extensão universitária como um instrumento essencial para estreitar a relação entre a academia e a sociedade. A Lei sublinha a importância de a extensão ser uma ferramenta estratégica na promoção de uma educação que vai além da sala de aula, engajando-se diretamente com as necessidades sociais e fomentando a transformação social. Segundo Nogueira (2013), a avaliação da extensão universitária deve ser vista como um processo contínuo de aperfeiçoamento, visando medir o impacto das ações extensionistas e contribuir para a formação cidadã dos participantes.

Além disso, a aplicação da Lei 10.861 na UFT reforça a necessidade de uma avaliação estruturada das atividades de extensão, garantindo que as ações da universidade estejam de fato alinhadas com as demandas sociais. A avaliação proposta visa assegurar que a extensão não só cumpra seu papel educativo, mas também contribua para a transformação social e o desenvolvimento comunitário. Nesse sentido, Nogueira (2013) destaca a relevância de se discutir e refletir sobre as práticas extensionistas, a fim de maximizar seu impacto e fortalecer sua atuação como um vetor de mudança social.

Ao longo da história, a extensão no Brasil foi influenciada tanto pelo modelo europeu, centrado na educação popular e continuada, quanto pelo americano, focado na transferência de tecnologia (Neves, 2019). Em nossa pesquisa, encontramos que, apesar de sua inclusão na legislação desde 1931, a plena institucionalização da extensão universitária no Brasil continua sendo um desafio (Sousa, 2016). Ao passo que nesta parte do trabalho exploraremos o

desenvolvimento do conceito da extensão, a partir de pontos históricos que envolvem a extensão universitária no país, suas influências, os obstáculos à sua consolidação e sua relevância para a transformação social.

A extensão universitária no Brasil é resultado de duas grandes influências. O modelo europeu, que surgiu na Inglaterra no século XIX, se concentrava em oferecer educação continuada às classes populares, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade social. Esse enfoque valorizava o compromisso social da universidade em democratizar o saber, atendendo principalmente às camadas mais marginalizadas da sociedade (Menezes, 2015).

Na UFT, essas influências internacionais também são perceptíveis na estrutura e nas práticas de extensão universitária. Em Brasil (2021), constatamos que a UFT segue o modelo europeu de educação continuada e compromisso social, pois promove ações que visam a inclusão das camadas populares e a democratização do conhecimento. Ao mesmo tempo em que suas práticas extensionistas envolvem atividades ligadas às demandas sociais locais, quando aproxima a academia da realidade social, especialmente das comunidades mais vulneráveis. Esse compromisso com a transformação social é uma marca das práticas extensionistas da UFT que reflete o papel da universidade na promoção de equidade e justiça social.

Por outro lado, a UFT também possui em seus documentos norteadores, princípios do modelo norte-americano de extensão universitária, mais técnico, ao focar na transferência de tecnologia e na integração entre as universidades e o setor produtivo, e, neste diálogo com as camadas sociais, fortalecer o desenvolvimento econômico (Silva, 2017). Acreditamos que, assim como aponta Fernandes (2020) esse tipo de abordagem é estratégica e consegue promover o progresso tecnológico e a inovação empresarial, pois coloca a extensão como ferramenta de crescimento econômico ao fomentar parcerias entre universidades e o setor produtivo, ao mesmo tempo em que desenvolve soluções tecnológicas que atendam às demandas da indústria e impulsionam o desenvolvimento econômico regional e nacional.

Encontramos nos referenciais que a extensão universitária brasileira começou a se consolidar nos anos 1930, quando o Estatuto das Universidades (1931) incluiu a extensão como uma das funções das instituições de ensino superior (Brasil, 1931). Contudo, foi a partir das décadas de 1960 e 1970, em meio às pressões por reformas e à mobilização dos movimentos sociais, que a extensão passou a ganhar espaço efetivo nas universidades brasileiras (Cunha, 2001).

Nesse contexto, Poerner (1968) evidencia o papel de movimentos que impulsionam transformações sociais em um país, e no Brasil, ambas as influências foram adaptadas às realidades locais. O Brasil é marcado por desigualdades sociais e pela necessidade de democratização do ensino, de modo que ao incorporar um enfoque mais social, a UFT consegue aproximar-se da vertente europeia (Fernandes, 2020).

A extensão universitária foi formalmente reconhecida pela legislação brasileira em 1931, por meio do Estatuto das Universidades, que estabelecia a extensão como uma função das universidades (Brasil, 1931). Entretanto, essa previsão legal inicial não foi suficiente para garantir sua implementação de forma ampla e consolidada. O verdadeiro marco legal que impulsionou a extensão no Brasil ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que definiu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988). Esse avanço obrigou as universidades públicas a desenvolver programas extensionistas que se relacionassem com as demandas da sociedade.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reforçou a necessidade de integração da universidade com a sociedade por meio da extensão, conferindo-lhe ainda mais relevância no ensino superior (Brasil, 1996). Apesar desses avanços, a plena institucionalização da extensão universitária como uma atividade central nas universidades brasileiras ainda enfrenta dificuldades, sendo vista em muitos casos como uma atividade complementar, e não essencial, dentro das instituições (Souza, 2016).

Mesmo com o seu potencial transformador, a extensão universitária no Brasil enfrenta desafios consideráveis. Um dos principais obstáculos é a dificuldade de integrar a extensão de forma plena ao cotidiano universitário. Embora as universidades reconheçam a importância da extensão, muitas ainda priorizam o ensino e a pesquisa, relegando a extensão a um papel secundário (Neves, 2019).

Outro grande desafio é a falta de financiamento adequado. Projetos de extensão, em muitos casos, dependem de recursos limitados, o que dificulta sua expansão e a garantia de qualidade. A burocratização dos processos internos nas universidades e a ausência de políticas públicas consistentes para a extensão também são entraves que limitam seu potencial (Silva, 2017).

Há, ainda, a necessidade de valorizar os projetos de extensão de forma equivalente à pesquisa científica. Em muitas universidades, as iniciativas extensionistas não recebem o

mesmo reconhecimento acadêmico, o que desestimula docentes e estudantes a se engajarem nessas atividades. Esse cenário revela a urgência de uma mudança na cultura institucional para que a extensão seja tratada como parte indissociável do ensino e da pesquisa (Menezes, 2015).

A extensão universitária desempenha um papel essencial na promoção da transformação social, uma vez que possibilita à universidade dialogar diretamente com as demandas da sociedade. Ao integrar a comunidade acadêmica com as comunidades externas, a extensão oferece soluções concretas para problemas sociais, promovendo a inclusão social e o acesso a tecnologias e informações que podem melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis (Fernandes, 2020).

Além disso, a extensão contribui para a formação integral dos estudantes, oferecendo-lhes experiências práticas e contato direto com as realidades sociais, culturais e econômicas do país (Cunha, 2001). Essas vivências ampliam a formação ética, cidadã e crítica dos estudantes, preparando-os para atuar como profissionais comprometidos com a justiça social e com a transformação de suas comunidades (Silva, 2017).

No Brasil, a extensão universitária é especialmente importante devido às enormes desigualdades sociais e econômicas. Através de programas extensionistas, as universidades têm a oportunidade de atuar como agentes de mudança, promovendo a cidadania e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Menezes, 2015).

A extensão universitária no Brasil é uma prática que, ao longo de sua história, foi moldada por influências europeias e americanas, adaptando-se ao contexto nacional e assumindo um papel essencial na integração entre universidade e sociedade. Embora prevista na legislação desde 1931, a plena institucionalização da extensão universitária nas universidades brasileiras ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de financiamento, a burocratização e a valorização inadequada dos projetos de extensão (Brasil, 1988; Neves, 2019).

No entanto, a importância da extensão universitária é inegável. Ao promover a troca de conhecimentos entre academia e sociedade, ela contribui para a solução de problemas sociais e para a democratização do saber, além de desempenhar um papel crucial na formação de cidadãos críticos e engajados (Fernandes, 2020). Para que a extensão universitária alcance todo o seu potencial transformador, é fundamental que as universidades brasileiras

implementem políticas mais robustas que garantam o financiamento, a integração com o ensino e a pesquisa, e a valorização das atividades extensionistas (Sousa, 2016).

A tabela a seguir apresenta uma síntese das informações relevantes sobre a extensão universitária da UFT. Notamos que há uma conexão entre a universidade e a sociedade, e observamos que a UFT adota um modelo de extensão inspirado no norte-americano, que enfatiza a transferência de tecnologia e a integração com o setor produtivo. O quadro resume essas informações, com destaque para os aspectos principais da extensão universitária na UFT, suas influências históricas, desafios e a importância dessa prática na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Aspecto	Descrição	Referência
Modelo de Extensão	A UFT adota um modelo de extensão inspirado no norte-americano, focando na transferência de tecnologia e na integração com o setor produtivo para fortalecer o desenvolvimento econômico.	Silva (2017)
Abordagem Estratégica	Essa abordagem é estratégica, promovendo o progresso tecnológico e a inovação empresarial, e fomentando parcerias entre universidades e o setor produtivo.	Fernandes (2020)
Consolidação Histórica	A extensão universitária brasileira começou a se consolidar nos anos 1930, com o Estatuto das Universidades, que a incluiu como função das instituições de ensino superior.	Brasil (1931)
Desenvolvimento na Década de 60-70	A partir das décadas de 1960 e 1970, a extensão ganhou espaço efetivo nas universidades brasileiras, impulsionada por pressões por reformas e mobilização dos movimentos sociais.	Cunha (2001)
Influências Sociais	O Brasil adaptou as influências europeias e americanas às suas realidades locais, focando em um enfoque social para atender às desigualdades sociais e à democratização do ensino.	Poerner (1968); Fernandes (2020)
Reconhecimento Legal	O reconhecimento formal da extensão universitária ocorreu em 1931, mas a verdadeira integração se deu com a Constituição de 1988, que definiu a	Brasil (1988)

	indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	
Reforço da LDB	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reforçou a necessidade de integração da universidade com a sociedade, conferindo ainda mais relevância à extensão.	Brasil (1996)
Necessidade de Políticas Robusta	Para maximizar seu potencial transformador, é necessário que as universidades implementem políticas que garantam financiamento, integração com o ensino e a pesquisa e a valorização das atividades extensionistas.	Sousa (2016)

Quadro construído pela autora (2024)

O quadro apresentado destaca a relevância da extensão universitária da UFT, evidenciando suas influências históricas, as abordagens adotadas e os desafios enfrentados. Em síntese, a extensão se configura como uma ferramenta essencial para promover a transformação social, integrando conhecimento acadêmico às necessidades da sociedade.

Apesar dos obstáculos, como a falta de financiamento e a necessidade de valorização das atividades extensionistas, a UFT demonstra um compromisso em avançar nessa área, promovendo parcerias com o setor produtivo e desenvolvendo soluções que atendam às demandas locais. A continuidade desse trabalho é fundamental para que a universidade cumpra seu papel social e contribua efetivamente para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

3.2 Avaliação de Programas e Projetos de Extensão

A extensão universitária estabelece uma interação dinâmica entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos e contribuindo para o desenvolvimento social (Brasil, 2004). Historicamente, a extensão tem assumido diferentes formas e desempenhado funções variadas, dependendo do contexto em que se desenvolveu. No Brasil e na América Latina, esse processo foi marcado por tensões e transformações, buscando um modelo que articulasse a função social da universidade com as demandas por justiça social, especialmente após a Reforma Universitária de 1918 (Poerner, 1968).

De acordo com Bordenave (2005), a extensão universitária desempenha um papel fundamental ao proporcionar ao estudante a possibilidade de se formar sem se desconectar da

realidade social, incentivando o desenvolvimento de uma consciência crítica. Neste contexto, a extensão não apenas complementa a formação acadêmica, mas também permite que o estudante se envolva ativamente com as questões sociais, promovendo a transformação de sua visão de mundo. O artigo de Vaitsmann, Rodrigues e Paes-Sousa (2006) analisa a evolução da extensão universitária, destacando suas origens e o impacto que teve no contexto latino-americano e brasileiro, refletindo sobre suas implicações e desafios para o presente e futuro.

Essa perspectiva histórica e evolutiva da extensão universitária é importante para entender seu papel central na formação de profissionais mais conscientes e preparados para lidar com as necessidades da sociedade. A análise de Vaitsmann, Rodrigues e Paes-Sousa (2006) permite perceber como as políticas públicas de extensão têm se adaptado ao longo do tempo, especialmente no Brasil, a fim de atender às demandas sociais, educacionais e econômicas, sempre com um olhar voltado para o futuro.

A extensão universitária surgiu no século XIX, na Inglaterra, durante um período de grandes mudanças sociais e econômicas, desafiando as universidades a se aproximarem das necessidades sociais emergentes. O modelo europeu focava na democratização do acesso ao conhecimento, especialmente por meio da educação continuada, promovendo a inclusão das classes populares (Menezes, 2015). Esse modelo enfatizava o papel social da universidade ao tentar atenuar as desigualdades de acesso ao saber acadêmico (Fernandes, 2020). Nos Estados Unidos, a extensão universitária tomou um caminho diferente, focado na transferência de tecnologia e no fortalecimento das relações entre as universidades e o setor empresarial, integrando o conhecimento científico às demandas produtivas para promover o desenvolvimento econômico e tecnológico do país (Cunha, 2001).

Na América Latina, a extensão universitária se desenvolveu em um contexto de profundas desigualdades sociais e dependência econômica. A Reforma Universitária de 1918, iniciada em Córdoba, Argentina, tornou-se um marco histórico no desenvolvimento da extensão universitária, ao propor a autonomia universitária e a função social da universidade (Poerner, 1968). A partir desse movimento, a extensão passou a ser vista como um instrumento de integração social, buscando envolver a universidade nos processos de transformação social, com um compromisso explícito com a realidade social e política das nações latino-americanas (Brasil, 1931).

No Brasil, a extensão universitária começou a se consolidar a partir da década de 1960, influenciada por movimentos sociais e reformas universitárias latino-americanas. Inicialmente, as universidades brasileiras seguiam um modelo elitista, distante das demandas sociais. No entanto, com a redemocratização na década de 1980 e a promulgação da Constituição de 1988, a extensão foi formalmente integrada como um dos pilares das universidades públicas, ao lado do ensino e da pesquisa, promovendo a cidadania e o desenvolvimento social (Brasil, 1988). O Plano Nacional de Extensão Universitária reafirma a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, destacando a extensão como um vetor central de transformação social (Forproex, 2012).

Nos últimos anos, a extensão no Brasil tem se expandido e diversificado, abordando questões sociais urgentes, como desigualdade de renda, acesso à educação e saúde de qualidade, e sustentabilidade ambiental (Ribeiro, 1996). Novas tecnologias e métodos participativos têm sido incorporados, promovendo uma troca de saberes mais efetiva entre a universidade e as comunidades (Jara, 1998). Como afirma Bordenave (2005), a extensão universitária evita a alienação dos estudantes, capacitando-os a atuar de forma crítica e transformadora em seus campos de atuação. Esse conceito pode ser melhor compreendido no Quadro 7 que sintetiza nossa análise de dados quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos, focando no envolvimento dos estudantes, professores e comunidade, além de garantir que as atividades extensionistas promovam transformações sociais concretas.

Portanto, ao seguirmos uma abordagem dialética defendida no Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), a avaliação da extensão deve alcançar critérios como:

Aspectos da Avaliação da Extensão na UFT	Descrição
Relevância Social	Analizar a capacidade das ações extensionistas de atender às demandas sociais, especialmente em relação à redução das desigualdades sociais e melhoria das condições de vida da população.
Impacto Educacional	Avaliar como as atividades extensionistas contribuem para a formação cidadã e profissional dos estudantes, desenvolvendo habilidades como pensamento crítico e responsabilidade social.
Integração com o Ensino e a Pesquisa	Examinar como as atividades de extensão se articulam com o ensino e a pesquisa, promovendo a pesquisa aplicada para resolver problemas sociais.

Sustentabilidade e Continuidade	Verificar se as ações extensionistas são projetadas para garantir continuidade e sustentabilidade a longo prazo, incluindo captação de recursos e formação de parcerias.
Participação da Comunidade	Assegurar que a avaliação seja participativa, envolvendo a comunidade nos processos de planejamento, execução e análise dos resultados.
Inovação e Transferência de Tecnologia	Considerar o potencial inovador das atividades extensionistas e sua capacidade de desenvolver soluções replicáveis em outros contextos.

Fonte: Brasil (2004) e Brasil (2021). Quadro elaborado pela autora (2024).

A tabela apresentada organiza os principais aspectos da avaliação da extensão universitária na UFT, evidenciando a importância de uma abordagem sistemática e reflexiva para garantir a qualidade e a relevância das ações extensionistas. Em sua parte de relevância social, analisamos a capacidade das ações de extensão de atender às necessidades da sociedade, especialmente no que diz respeito à redução das desigualdades sociais (Michelotto, 1999). Afinal, as iniciativas extensionistas devem abordar questões pertinentes à comunidade, buscando soluções que promovam melhorias nas condições de vida e bem-estar das populações atendidas.

Constatamos que o impacto educacional deve considerar como as atividades de extensão contribuem para a formação cidadã e profissional dos estudantes. Isso envolve o desenvolvimento de competências como pensamento crítico, empatia e responsabilidade social. A experiência prática proporcionada pela extensão permite que os alunos se tornem mais conscientes de sua função na sociedade e dos desafios que ela enfrenta. Assim como afirma Maciel (2010), ao mesmo tempo, a integração com o ensino e a pesquisa deve ser vista como uma extensão natural do ensino e da pesquisa. A avaliação deve examinar como as atividades extensionistas se articulam com essas outras dimensões acadêmicas, promovendo a pesquisa aplicada como meio de resolver problemas sociais reais. Essa integração é essencial para garantir que a produção de conhecimento não permaneça isolada dentro dos muros da universidade.

Encontramos neste caminhar a preocupação com a sustentabilidade e continuidade, pois ao avaliar a sustentabilidade das ações de extensão envolve verificar se as iniciativas são planejadas de forma a garantir sua continuidade a longo prazo (Athayde e Barbosa, 2019). Isso inclui aspectos como a captação de recursos, a formação de parcerias e a mobilização da comunidade. A sustentabilidade é crucial para que as ações extensionistas tenham um impacto

duradouro (Michelotto, 1999). O que vai facilitar a participação da comunidade nos estágios de planejamento, execução e análise dos resultados. A participação ativa dos beneficiários nas ações extensionistas assegura que as iniciativas sejam relevantes e ajustadas às suas necessidades, além de fortalecer a relação entre a universidade e a sociedade.

Os resultados alcançados por meio das atividades de extensão universitária são significativos, e sua medição pode ser realizada através de ferramentas e produtos que fomentam a inovação e a transferência de tecnologia. A capacidade inovadora dessas atividades permite o desenvolvimento de soluções que podem ser replicadas em diversos contextos, contribuindo para a transformação social e econômica. Como destaca Maciel (2010), a transferência de tecnologia e o compartilhamento de boas práticas são essenciais para maximizar o impacto das ações extensionistas, promovendo o desenvolvimento regional.

As avaliações que acontecem envolvem encontros como o IX Seminário de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - PROEX/ UFT e desempenham um papel crucial nesse processo, oferecendo uma visão clara e organizada dos aspectos que devem ser considerados na avaliação da extensão universitária na UFT, conforme afirmam Athayde e Barbosa (2019). Por meio de avaliações sistemáticas, a universidade não apenas assegura a qualidade de suas ações, mas também reafirma seu compromisso com a função social que desempenha, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Sob o lema "UFT sem Muros: Existe uma Universidade para Além da Sala de Aula", a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários lançou, neste recorte, em 2020, uma série de cards que promovem as atividades do IX Seminário de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, que ocorreu do dia 28 a 30 de outubro, em formato 100% online. Esta 9^a edição do Seminário, a primeira a ser realizada remotamente, contou com 11 palestras, 13 mesas-redondas e 15 minicursos, oferecendo um espaço rico para discussões e troca de experiências.

Figura 5: Logo do IX Seminário de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - PROEX/ UFT



Fonte: Proex/UFT (2020), Disponível em:

<https://www.uft.edu.br/noticias/proex-divulga-cards-de-palestras-mesas-redondas-e-minicursos-do-ix-seminario-de-extensao-cultura-e-assuntos-comunitarios>

A extensão universitária no Brasil, ao integrar a universidade e a sociedade, reflete diferentes perspectivas sobre o papel da universidade no mundo contemporâneo. Ela continua a ser fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, enfrentando desafios como a desvalorização da educação pública e cortes de verbas, exigindo que as universidades fortaleçam suas parcerias com a sociedade (Ribeiro, 1996). Como sugere Jara (1998), a sistematização e avaliação das experiências extensionistas são essenciais para garantir que o impacto dessas iniciativas seja duradouro e relevante, promovendo transformações concretas. Assim, a extensão universitária continua a ser uma ferramenta vital para a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável no Brasil (Athayde e Barbosa, 2019).

4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

4.1 Conceito e Historicidade

A curricularização da extensão universitária representa um avanço significativo na integração entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como um princípio essencial das instituições de ensino superior no Brasil. Fundamentada na Constituição Federal de 1988, que estabelece a indissociabilidade dessas três dimensões, a extensão universitária tem

evoluído para se tornar parte integrante dos currículos acadêmicos, promovendo a formação cidadã e o compromisso social dos estudantes. Essa perspectiva alinha-se às diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária, que busca fortalecer a atuação das universidades junto às comunidades, garantindo que a produção do conhecimento esteja diretamente relacionada às demandas da sociedade.

Ao longo das últimas décadas, diversas iniciativas têm contribuído para a institucionalização da extensão, destacando-se esforços voltados para sua integralização aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. No contexto latino-americano, essa abordagem tem sido debatida como uma estratégia de fortalecimento da universidade pública, conforme apontado por Tommasino (2015), ao enfatizar o papel da extensão na construção de práticas acadêmicas mais democráticas e socialmente comprometidas. Entretanto, a efetivação desse processo enfrenta desafios, como a necessidade de investimentos, estruturação e avaliação sistemática das atividades extensionistas. Dessa forma, a curricularização da extensão não apenas amplia as possibilidades de formação dos estudantes, mas também reforça a relevância social das universidades, tornando-as agentes ativos no desenvolvimento comunitário e na transformação da realidade.

Os resultados da pesquisa sobre a curricularização da extensão universitária na Universidade Federal do Tocantins (UFT) evidenciam que a avaliação dos projetos extensionistas desempenha um papel fundamental na identificação de impactos e desafios dessas iniciativas. A análise realizada permitiu constatar que os projetos de extensão vêm se consolidando como estratégias eficazes para integrar a formação acadêmica à realidade social, promovendo o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas comunitárias. Essa abordagem está em consonância com a concepção de currículo estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reforça a necessidade de uma formação acadêmica ampla, pautada na articulação da práxis pedagógica. A pesquisa apontou que, ao avaliarem os projetos de extensão, docentes e discentes identificam oportunidades de aprimoramento, garantindo que essas atividades sejam mais efetivas na transformação social.

Além disso, a curricularização da extensão na UFT tem possibilitado uma maior democratização do acesso ao conhecimento e fortalecido ações afirmativas no ensino superior. Conforme discutido por Barbosa, Brunetto e Vitorini (2017), políticas educacionais que promovem a equidade e a inclusão são essenciais para a formação cidadã e a redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, os dados coletados indicam que os projetos

extensionistas não apenas beneficiam a comunidade acadêmica, mas também contribuem para a inserção de grupos historicamente marginalizados em atividades universitárias. No entanto, para que esse impacto seja ampliado, é necessário um investimento contínuo na estruturação e no aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação da extensão, garantindo que os projetos atendam, de maneira qualificada, às necessidades sociais e educacionais.

A pesquisa realizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), por meio da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE), revelou que a implementação de processos avaliativos estruturados tem sido um fator determinante para o avanço da curricularização da extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES).

O quadro 8 apresenta uma síntese dessa análise, a partir da capacitação de equipes extensionistas em diferentes regiões do país, tendo em vista ser mecanismo que possibilita aprimorar os mecanismos internos de avaliação e alinhá-los às diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, que reforça a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a Meta 23 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 já apontava a necessidade de consolidar a extensão como parte integrante do currículo universitário, o que evidencia a relevância da avaliação contínua para garantir a efetividade e a sustentabilidade dessas ações.

Quadro 8: Informações sobre a curricularização da extensão universitária

Aspecto	Descrição	Referência
Fundamento Legal	Constituição Federal de 1988, que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Constituição Federal (1988)
Objetivo da Curricularização	Integrar a extensão ao currículo acadêmico, promovendo a formação cidadã e o compromisso social dos estudantes.	Política Nacional de Extensão Universitária
Desafios	Necessidade de investimentos, estruturação e avaliação sistemática das atividades extensionistas.	Tommasino (2015)
Políticas Educacionais	Políticas educacionais que promovem equidade e inclusão, essenciais para a formação cidadã e a redução das desigualdades sociais.	Barbosa, Brunetto e Vitorini (2017)

Processo Avaliativo	Avaliação dos projetos extensionistas como estratégia para identificar impactos, desafios e oportunidades de aprimoramento.	FORPROEX, CPAE
Capacitação das Equipes Extensionistas	Capacitação das equipes extensionistas para aprimorar os mecanismos internos de avaliação e alinhá-los às diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária.	FORPROEX
Meta 23 do PNE	A Meta 23 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 aponta a necessidade de consolidar a extensão como parte integrante do currículo universitário.	PNE (2001-2010)
Integração no Ensino Superior (UFT)	A UFT oferece cursos presenciais e a distância em diferentes áreas do conhecimento, alinhando ensino, pesquisa e extensão às demandas sociais e regionais.	Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Estruturação e Avaliação	A UFT busca estruturar cursos que integrem a extensão no currículo, com metodologias avaliativas que garantam a qualidade e continuidade das ações.	Nogueira (2001)
Relevância Social e Acadêmica	A curricularização reforça a relevância social das universidades, tornando-as agentes ativos no desenvolvimento comunitário e na transformação da realidade.	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Quadro elaborado pela autora (2024).

Além disso, o diagnóstico da extensão universitária nas IES, conduzido pelo FORPROEX, utilizou questionários aplicados aos gestores das Pró-Reitorias de Extensão e outras metodologias para mapear os desafios e potencialidades desse processo. Os dados coletados indicaram que, apesar dos avanços, ainda há dificuldades na sistematização da curricularização da extensão, especialmente no que se refere à sua integração plena aos currículos dos cursos de graduação. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a curricularização deve ser vista como um componente essencial da formação acadêmica, exigindo diretrizes claras e estratégias institucionais para sua consolidação. Essa necessidade também encontra respaldo na

Constituição Federal de 1988, que estabelece a extensão como parte indissociável da missão das universidades. Dessa forma, a implementação de um sistema nacional de avaliação da extensão, baseado em parâmetros unificados e em um monitoramento contínuo, pode contribuir significativamente para o aprimoramento das práticas extensionistas, garantindo sua relevância acadêmica e social.

A análise dos cursos oferecidos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) demonstra uma preocupação institucional com a integração entre ensino, pesquisa e extensão, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária de 2012. A oferta de cursos presenciais e a distância em diferentes áreas do conhecimento reflete a busca por um ensino superior que atenda às demandas sociais e regionais, promovendo uma formação acadêmica que dialogue com a realidade local. Essa preocupação se alinha aos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que estabelece a necessidade de uma avaliação global das instituições de ensino, considerando seu compromisso social e a relevância de suas atividades extensionistas. Dessa forma, a UFT tem procurado estruturar seus cursos de forma a fortalecer a curricularização da extensão, assegurando que os estudantes possam vivenciar experiências práticas que contribuam para a sua formação integral e para a transformação social.

Essa perspectiva está em consonância com a visão de Nogueira (2001), que destaca a extensão universitária como um campo estratégico para aproximar a universidade da sociedade, possibilitando a construção de saberes e práticas acadêmicas socialmente referenciadas. A estruturação da extensão como parte do currículo dos cursos de graduação da UFT demonstra um esforço para consolidar um modelo de ensino superior que vá além da formação técnica e conte com a participação ativa dos estudantes em atividades extensionistas. No entanto, a efetivação desse processo ainda exige aprimoramentos, especialmente no que se refere à institucionalização de metodologias avaliativas que garantam a qualidade e a continuidade das ações de extensão. Assim, a curricularização da extensão se apresenta como um desafio constante, mas também como uma oportunidade de reforçar o papel social da universidade e sua capacidade de gerar impactos positivos para a comunidade.

4.2 A institucionalização da curricularização da extensão na UFT

A institucionalização da curricularização da extensão na Universidade Federal do Tocantins (UFT) representa um avanço significativo na implementação das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que estabelece a necessidade de articular ensino, pesquisa e extensão como dimensões indissociáveis da formação acadêmica. A inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação atende à exigência de que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos seja destinada a atividades extensionistas, permitindo uma formação mais conectada às demandas sociais e promovendo uma educação transformadora.

Na UFT, esse processo se consolidou a partir da aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs) no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em 2022, garantindo que, a partir do semestre letivo de 2023-2, diversas Ações Curriculares de Extensão (ACEs) fossem ofertadas e creditadas em cursos como Arquitetura, Engenharia Elétrica, Jornalismo, Pedagogia e Direito, entre outros. Além disso, a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) realizou um intenso trabalho de assessoramento aos colegiados, incluindo reuniões de orientação, análise de PPCs e a criação de mecanismos de monitoramento das ações extensionistas.

Destaca-se, ainda, a "Campanha de Creditação da Extensão", lançada para engajar estudantes e docentes na compreensão e valorização da extensão como parte da formação acadêmica. Entretanto, desafios persistem, como a necessidade de integração entre os sistemas de gestão acadêmica (SIE) e de registro das ações de extensão (GPU/EXTENSÃO), dificultando a operacionalização plena da curricularização. Diante desse cenário, a PROEX segue promovendo ajustes no processo, fortalecendo a inserção da extensão na UFT e garantindo sua efetivação como parte indissociável da formação universitária.

Ao integrar a extensão ao currículo, busca-se romper com a fragmentação do conhecimento e fortalecer práticas pedagógicas que possibilitem uma formação crítica e contextualizada. De acordo com Sacristán e Gómez (1998), a aprendizagem deve ser compreendida como um processo dinâmico, no qual o estudante se envolve ativamente na construção do conhecimento, superando a mera transmissão de conteúdos. A curricularização da extensão, nesse sentido, amplia as possibilidades de ensino ao incentivar experiências formativas em interação direta com a sociedade. No entanto, conforme apontam Bezerra, Sousa e Colares (2022), esse processo também apresenta desafios, como a necessidade de redefinir concepções tradicionais de ensino e superar contradições institucionais que possam dificultar sua efetivação. Dessa forma, torna-se imprescindível não apenas capacitar os

docentes e gestores universitários, mas também desenvolver metodologias avaliativas que permitam aferir os impactos da extensão na formação discente e na sociedade.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a institucionalização da curricularização da extensão na UFT tem potencial para ampliar a formação acadêmica, desde que estruturada de forma interdisciplinar e alinhada às diretrizes nacionais. A Resolução MEC/CNE/CES nº 007/2018 reforça essa necessidade ao estabelecer que a extensão deve estar integrada ao ensino e à pesquisa, contribuindo para a formação cidadã e a transformação social. No entanto, o estudo identificou desafios relacionados à adaptação curricular e à resistência de alguns setores acadêmicos diante das mudanças exigidas. A experiência de outras instituições, como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), demonstra que a curricularização da extensão pode fortalecer a relação entre universidade e sociedade, desde que acompanhada por políticas institucionais de apoio e mecanismos eficazes de avaliação (Pereira; De Souza, 2015). Dessa forma, a UFT precisa investir na capacitação docente e na estruturação de metodologias que garantam a qualidade das atividades extensionistas e sua efetiva inserção nos currículos.

Além disso, a pesquisa indica que a curricularização da extensão pode contribuir para o enfrentamento de desafios sociais e econômicos ao conectar os estudantes com realidades diversas e promover experiências formativas contextualizadas. Contudo, é necessário considerar os impactos da precarização do trabalho acadêmico nesse processo, conforme discutido por Alves (2013), que aponta para o risco de sobrecarga docente e de falta de incentivos institucionais para a implementação da extensão de forma estruturada. Para evitar tais dificuldades, a UFT deve estabelecer diretrizes claras de execução e avaliação, garantindo que a extensão seja valorizada tanto na progressão da carreira docente quanto no percurso formativo dos estudantes. Assim, a curricularização da extensão pode cumprir seu papel de agente transformador na universidade e na sociedade, promovendo uma formação que dialogue com as demandas contemporâneas de maneira integrada e interdisciplinar.

Os resultados da pesquisa demonstram que a institucionalização da curricularização da extensão na UFT reforça a universidade como um espaço essencial de formação cidadã e de transformação social. A extensão, ao se articular com o ensino e a pesquisa, amplia o caráter formativo da educação ao conectar o conhecimento acadêmico com as demandas reais da sociedade, promovendo uma aprendizagem que vai além da sala de aula. Nesse sentido, a perspectiva de Brandão (2007) se torna fundamental, pois a educação não ocorre apenas em

ambientes formais, mas também nos processos de socialização e troca de saberes que a extensão universitária possibilita. Contudo, a pesquisa identificou que a implementação da curricularização ainda enfrenta desafios estruturais, como a necessidade de revisão dos currículos para garantir que as atividades extensionistas sejam inseridas de forma coerente e eficaz, sem sobrecarregar os docentes e discentes.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) tem desempenhado um papel fundamental na curricularização da extensão na UFT, fornecendo diretrizes para a inserção das Ações Curriculares de Extensão (ACEs) nos cursos de graduação e monitorando sua implementação. Esse processo foi desenvolvido de forma progressiva, com a oferta de ACEs em diversos cursos da universidade a partir do segundo semestre de 2023, incluindo Arquitetura, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Jornalismo, Pedagogia e Teatro, entre outros.

Entre os cursos com Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) aprovados e ACEs a serem ofertadas a partir de 2024-1, destacam-se Enfermagem, Engenharia Civil, Medicina Veterinária, Nutrição, Relações Internacionais, Ciências Econômicas, Licenciatura em Educação Física, Educação Bilíngue de Surdos, Educação Escolar Quilombola e Administração.

Constatamos que a PROEX orientou os cursos sobre a obrigatoriedade do registro das ACEs no sistema GPU/EXTENSÃO, seguindo as diretrizes aprovadas no CONSEPE. No entanto, apesar dos avanços, a UFT ainda enfrenta desafios técnicos e operacionais para consolidar a curricularização da extensão. Um dos principais entraves é a falta de integração entre o sistema GPU/EXTENSÃO, responsável pelo gerenciamento das ações extensionistas, e o sistema acadêmico da UFT (SIE), o que dificulta o registro e a creditação das atividades. Além disso, o controle das ACEs ainda é feito manualmente por meio de planilhas, tornando o processo mais demorado e suscetível a erros. Também há a necessidade de maior engajamento dos docentes na inserção da extensão nos currículos, assim como a conscientização dos estudantes sobre a importância dessas atividades. Outro desafio significativo é a reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), uma vez que alguns ainda não concluíram as adaptações necessárias, o que compromete a universalização da curricularização da extensão na UFT.

Para enfrentar os desafios da curricularização da extensão, a UFT tem adotado diversas estratégias. A Campanha de Creditação da Extensão, conduzida pela PROEX, busca conscientizar os estudantes sobre a importância da extensão por meio de redes sociais e encontros presenciais. Além disso, são realizadas oficinas e reuniões de orientação com os coordenadores dos cursos para esclarecer dúvidas e alinhar procedimentos. Outro esforço importante é o diálogo com a PROTIC (Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação), com o objetivo de aprimorar e integrar o sistema GPU/EXTENSÃO ao sistema acadêmico SIE, facilitando a gestão das ACEs. Por fim, a criação de normativas internas visa padronizar o processo de creditação da extensão, garantindo sua efetiva institucionalização na universidade.

Além disso, a curricularização da extensão precisa ser compreendida como parte essencial do sistema universitário, promovendo uma educação crítica e emancipatória. Conforme argumenta Demo (2001), a universidade deve garantir a liberdade de pensamento e a formação para a cidadania, princípios que a extensão fortalece ao fomentar o engajamento dos estudantes em ações concretas voltadas para a realidade social. Entretanto, os resultados apontam para a necessidade de estratégias institucionais que assegurem que a extensão seja devidamente valorizada nos processos de avaliação acadêmica e de progressão docente, evitando que se torne uma atividade marginalizada. Assim, a UFT deve seguir investindo na capacitação de professores e alunos para consolidar a curricularização da extensão como um instrumento de inovação pedagógica e de fortalecimento do compromisso social da universidade.

A pesquisa revela que a institucionalização da curricularização da extensão na UFT pode ser compreendida dentro do contexto histórico da educação, que passou por transformações significativas ao longo dos séculos. A educação, que inicialmente estava intrinsecamente ligada à vida produtiva das comunidades, passou a ser um privilégio das classes dominantes com o surgimento da divisão de classes no modo de produção escravista, conforme apontado por Saviani (1994). Nesse sentido, a extensão universitária resgata a perspectiva de uma educação voltada para a coletividade, promovendo uma aprendizagem ativa e comprometida com a realidade social. No entanto, os resultados da pesquisa indicam que ainda há barreiras a serem superadas para que essa integração entre ensino, pesquisa e extensão ocorra de maneira efetiva, como a necessidade de maior apoio institucional e metodologias que garantam o envolvimento contínuo dos estudantes.

Além disso, a pesquisa demonstra que a curricularização da extensão pode contribuir para uma democratização do conhecimento, rompendo com modelos tradicionais de ensino que ainda carregam resquícios de uma estrutura elitista, como aquela identificada por Saviani (1994), em que a escola era destinada às classes ociosas. Ao inserir a extensão nos currículos, a universidade fortalece sua função social e possibilita que os estudantes tenham uma formação voltada para a prática e para a transformação social. No entanto, para que essa mudança seja consolidada, é necessário que a UFT implemente políticas institucionais mais sólidas, garantindo que a extensão seja valorizada tanto na formação discente quanto na carreira docente. Dessa forma, a curricularização da extensão não apenas amplia a atuação da universidade na sociedade, mas também contribui para a construção de um ensino superior mais inclusivo e socialmente comprometido.

A formação do trabalhador-cidadão requer outras habilidades como autonomia e iniciativa no desenvolvimento das tarefas, autogestão de sua força de trabalho, flexibilidade para se adequar às variações do trabalho, criatividade na resolução dos problemas e, principalmente, a busca de aperfeiçoamento contínuo (Machado, 1998). Trata-se de um cenário de aumento por formação geral que requer a redefinição da função social da educação escolar.

A educação superior, assim como a educação básica, são integrantes da forma escolar de educação. Atualmente essas instituições estão desafiadas a reconfigurar sua função social frente às novas determinações do capital que convertem o conhecimento como base das relações sociais e produtivas. A função social da educação superior está definida na Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela preconiza que a educação superior deve:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares

O inciso VII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca a importância da promoção da extensão universitária como uma ferramenta de integração entre a universidade e a sociedade. A proposta de promover a extensão aberta à participação da população tem como objetivo fundamental disseminar os resultados das produções acadêmicas e científicas, ampliando o impacto social do conhecimento gerado nas instituições de ensino superior.

Como aponta Almeida Filho (2007), a extensão universitária deve ser entendida como um processo de intercâmbio entre a universidade e a sociedade, onde o conhecimento gerado academicamente se torna acessível à comunidade, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social e para a melhoria das condições de vida da população.

A criação cultural, a pesquisa científica e tecnológica realizadas dentro do ambiente universitário não devem ser limitadas ao âmbito da instituição; ao contrário, precisam ser compartilhadas com a comunidade, gerando benefícios e impulsionando o desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade de maneira ampla. Nesse sentido, a extensão universitária se apresenta como um instrumento essencial para fortalecer a relação da universidade com diversos públicos, promovendo a democratização do conhecimento e incentivando a colaboração mútua entre ensino e comunidade.

Como foi estabelecido no Decreto-lei nº 19.851, de 1931, a extensão universitária tem a função de aproximar a universidade da sociedade, garantindo que as produções acadêmicas contribuam efetivamente para o desenvolvimento social e para a melhoria das condições de vida das pessoas (Brasil, 1931).

A educação superior, à semelhança da educação básica, está imersa em um processo de transformação, sendo constantemente desafiada a redefinir sua função social frente a um cenário de mudanças profundas nas dinâmicas econômicas e sociais. Com as novas demandas do capital, que fazem do conhecimento um dos principais elementos de poder e transformação, as instituições de ensino superior são chamadas a repensar sua responsabilidade social.

A Lei n.º 9.394/96, ao definir a educação superior como uma educação voltada para a formação crítica, ética e científica, ressalta a necessidade de as universidades não apenas atenderem às exigências do mercado, mas também cumprirem um papel social significativo. Nesse sentido, a educação superior não deve ser vista apenas como uma preparação para o mercado de trabalho, mas como um espaço de produção de conhecimento que contribui para a formação cidadã e para o avanço da sociedade em diversos aspectos, como na inovação tecnológica, na inclusão social e na promoção da sustentabilidade.

A curricularização da extensão na UFT representa um avanço significativo na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar dos desafios operacionais, a PROEX tem desenvolvido estratégias para fortalecer esse processo, garantindo que a extensão universitária se torne um eixo essencial da formação acadêmica. Sua consolidação depende do engajamento contínuo de docentes e discentes, da integração dos sistemas de gestão acadêmica e da adaptação de todos os cursos ao novo modelo.

4.3 O Guia de Creditação da Extensão na UFT

A pesquisa bibliográfica realizada com foco na análise de documentos que tratam da integração da extensão universitária como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação. Um dos documentos analisados foi o "Guia de Creditação da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins - UFT", elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). O guia teve como objetivo orientar docentes, coordenadores de cursos e membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) na implementação da creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFT, em conformidade com as diretrizes nacionais e institucionais.

A análise desse documento permitiu compreender como a UFT havia organizado a inserção da extensão universitária em sua estrutura curricular, destacando-se a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, o guia ofereceu um panorama detalhado das modalidades de extensão, os passos para a operacionalização da creditação e as diretrizes para a avaliação e frequência nas Ações Curriculares de Extensão (ACEs).

Neste texto, descrevemos o conteúdo do documento, destacando suas principais contribuições para a discussão sobre a curricularização da extensão no ensino superior. Em seguida, apresentamos as análises da pesquisadora, que buscaram refletir sobre os desafios e as potencialidades dessa integração, considerando o contexto atual da educação superior no Brasil e as demandas por uma formação mais integral e comprometida com a transformação social. A partir dessa análise, esperou-se contribuir para o debate acadêmico sobre a importância da extensão universitária na formação dos estudantes e no fortalecimento do papel social das universidades.

A extensão universitária, conforme definida no texto de referência, configura-se como um processo essencial para a construção de uma educação mais integral e comprometida com a sociedade. Observou-se que as diretrizes que orientam as ações de extensão destacam a importância da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como elementos que garantem uma abordagem mais holística na formação dos estudantes. Foi possível perceber que essas diretrizes, ao priorizarem a interação dialógica, propõem uma relação não apenas de transferência de conhecimento, mas de troca mútua entre a universidade e a comunidade, o que contribui para a transformação social e o fortalecimento do compromisso universitário com a realidade local.

Constatou-se, ainda, o impacto potencial dessas ações na formação dos estudantes, que ao se envolverem diretamente com problemas sociais, ampliam suas competências e desenvolvem uma visão crítica da sua atuação profissional. Contudo, a análise evidenciou a necessidade de uma implementação mais sistemática dessas diretrizes nas práticas curriculares das instituições de ensino superior, considerando os desafios logísticos e a resistência que, por vezes, surgem em um ambiente predominantemente acadêmico.

A creditação da extensão no Brasil tem raízes históricas importantes, com a inclusão da extensão nos currículos sendo estabelecida pela Constituição Federal de 1988, com reforço nas diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano Nacional de

Educação (PNE). Observou-se que a obrigatoriedade de dedicar 10% da carga horária dos cursos de graduação a atividades de extensão, conforme estipulado pelo PNE, constitui um marco significativo na tentativa de consolidar a extensão como componente curricular obrigatório e indissociável do processo educativo.

Foi possível perceber que, apesar do avanço nas normativas, a implementação dessa carga horária de forma efetiva nas instituições de ensino superior tem enfrentado desafios, tanto no âmbito institucional quanto nas práticas pedagógicas cotidianas. A análise indicou que, embora as políticas públicas tenham consolidado a importância da extensão no contexto acadêmico, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essa diretriz seja plenamente atendida nas diversas universidades brasileiras, com ênfase na sua efetiva integração nos currículos e no reconhecimento do impacto transformador da extensão na formação dos estudantes.

A história da creditação da extensão na Universidade Federal do Tocantins (UFT) revela um caminho de construção coletiva e comprometimento com a transformação do ensino superior. Desde 2017, a UFT iniciou um processo de integração da extensão aos currículos de graduação, marcado por encontros, palestras e uma ativa participação da universidade em fóruns nacionais e regionais. Esse movimento ganhou maior força em 2020, quando foi aprovada a Resolução nº 14, que regulamentou formalmente a creditação da extensão na UFT, estabelecendo diretrizes claras para sua implementação. O processo não se deu apenas por meio da criação de normas, mas também por meio da criação de um ambiente de diálogo e reflexão sobre o papel social da universidade, o que ajudou a consolidar a extensão como um elemento fundamental na formação acadêmica dos estudantes da UFT.

A UFT, desde 2017, tem se dedicado a criar um modelo de creditação da extensão que reflita a sua missão de aproximar o ensino superior das demandas da sociedade. Com o apoio de encontros, palestras e fóruns, a universidade tem consolidado sua trajetória na curricularização da extensão. A Resolução nº 14, aprovada em 2020, representa um marco regulatório nesse processo, estabelecendo as bases para que a extensão universitária se tornasse, de fato, um componente curricular integrado. Este percurso não apenas marca o esforço da UFT para institucionalizar a extensão, mas também reafirma a importância de se reconhecer a extensão como um espaço legítimo de aprendizado, desenvolvimento e troca de saberes entre a universidade e a sociedade.

A extensão universitária na UFT se configura por meio de uma diversidade de modalidades, que refletem a pluralidade de ações que a universidade desenvolve para estreitar

os laços com a comunidade e promover a troca de conhecimentos. As ações de extensão são classificadas em programas, projetos, cursos/oficinas, eventos e prestação de serviços, proporcionando diferentes formas de engajamento dos estudantes e da comunidade. Contudo, para fins de creditação nos currículos dos cursos de graduação, destacam-se principalmente as modalidades de programas e projetos, que oferecem um espaço estruturado e contínuo para a inserção da extensão no processo formativo dos alunos. Essa divisão permite que as atividades extensionistas sejam organizadas de maneira a garantir um impacto significativo na formação acadêmica, ao mesmo tempo em que atendem às necessidades e demandas sociais de forma concreta.

A UFT tem se empenhado em oferecer diversas modalidades de ações extensionistas, como programas, projetos, cursos/oficinas, eventos e serviços, que ampliam a participação dos estudantes no processo de transformação social. Para a creditação da extensão, porém, são priorizadas as modalidades de programas e projetos, uma vez que essas representam ações mais abrangentes e sistemáticas, com objetivos e resultados claramente definidos. A escolha dessas modalidades para creditação reflete a busca da universidade por ações extensionistas de maior impacto e continuidade, que garantam a efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos estudantes uma formação mais completa e alinhada às demandas da sociedade.

A operacionalização da creditação da extensão na UFT, conforme detalhado no guia, representa uma etapa crucial para consolidar a integração efetiva da extensão no currículo acadêmico. O guia traça os passos necessários para a inclusão da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), estabelecendo um processo estruturado e acessível para docentes e coordenadores. Entre as principais ações está a definição da carga horária destinada à extensão, que precisa ser adequadamente distribuída no currículo, além do mapeamento das ações de extensão já realizadas, garantindo a sistematização e o reconhecimento das experiências anteriores. Um dos aspectos centrais desse processo é a inserção das Ações Curriculares de Extensão (ACEs) na grade curricular, promovendo a integração das atividades extensionistas como um componente formativo e indissociável, alinhado às diretrizes pedagógicas dos cursos de graduação.

A proposta de operacionalização da creditação da extensão busca garantir que as atividades extensionistas sejam incorporadas de forma organizada e eficaz nos PPCs, permitindo uma integração mais fluida e significativa entre ensino, pesquisa e extensão. O guia orienta sobre o mapeamento das ações já realizadas, promovendo o reconhecimento de

práticas extensionistas anteriores que contribuem para a formação dos alunos. A definição da carga horária destinada às ACEs é uma etapa fundamental, pois assegura que as ações extensionistas tenham o peso devido na formação acadêmica, refletindo o compromisso da universidade com a educação integral. Dessa forma, a operacionalização da creditação se apresenta como um caminho importante para legitimar a extensão como um componente essencial no currículo da UFT, visando uma formação mais completa e comprometida com as demandas da sociedade.

O fluxograma de adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) é uma ferramenta estratégica para garantir que os cursos da UFT atendam às normativas de creditação da extensão de forma clara e organizada. De acordo com o guia, o fluxograma orienta os cursos sobre os procedimentos necessários para a atualização de seus PPCs, promovendo uma integração eficiente das Ações Curriculares de Extensão (ACEs) no currículo acadêmico. Esse processo de adequação envolve a colaboração estreita entre as equipes da PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação) e da PROEX (Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários), que fornecem o apoio necessário para que as modificações nos PPCs atendam às diretrizes estabelecidas pela universidade e pelas legislações nacionais.

O fluxograma orienta as etapas de revisão e atualização dos PPCs, desde a identificação das necessidades de adequação até a implementação das mudanças, assegurando que as Ações Curriculares de Extensão sejam adequadamente incorporadas ao currículo. Com o suporte das equipes da PROGRAD e da PROEX, esse processo torna-se mais eficiente, garantindo que os cursos da UFT possam cumprir as exigências da creditação de extensão sem comprometer a qualidade da formação oferecida. Através dessa orientação sistemática, o fluxograma contribui para uma transição suave e organizada, facilitando a implementação da curricularização da extensão e reforçando o compromisso da universidade com uma educação mais integral e conectada com as necessidades da sociedade.

A avaliação e a frequência nas Ações Curriculares de Extensão (ACEs) são elementos essenciais para garantir a qualidade e a efetividade da creditação da extensão nos cursos de graduação da UFT. De acordo com o guia, a participação dos estudantes nas ACEs deve ser cuidadosamente acompanhada e avaliada utilizando instrumentos como diários de bordo, relatórios e checklists, que permitem registrar o envolvimento e o aprendizado do aluno ao longo das atividades. Esses instrumentos não apenas asseguram a transparência e a organização do processo, mas também oferecem uma forma estruturada de avaliar a

profundidade da experiência extensionista vivida pelos estudantes, refletindo sobre os conhecimentos adquiridos e as contribuições para a comunidade.

Além da avaliação qualitativa, a frequência mínima exigida para a validação das ACEs é de 75%, um requisito que visa garantir o comprometimento dos alunos com as atividades extensionistas e a efetiva carga horária necessária para sua inclusão no currículo. A exigência de presença mínima busca assegurar que os estudantes realmente se envolvam nas propostas extensionistas, permitindo uma vivência mais rica e transformadora, tanto para o aprendizado acadêmico quanto para a comunidade atendida. Assim, a avaliação e a frequência nas ACEs não apenas validam a participação dos estudantes, mas também asseguram que as ações extensionistas cumpram seu papel de transformar a formação acadêmica em um processo de troca e de impacto social real.

A seção de “Perguntas Recorrentes” do guia desempenha um papel fundamental ao esclarecer dúvidas frequentes sobre o processo de creditação da extensão na UFT, proporcionando uma orientação prática e acessível para docentes, coordenadores de cursos e estudantes. Entre as questões abordadas, destacam-se as relacionadas ao cálculo da carga horária das Ações Curriculares de Extensão (ACEs), à criação e estruturação dessas atividades, à participação dos estudantes e aos métodos de avaliação. O guia oferece diretrizes claras sobre como determinar a carga horária adequada para cada ACE, considerando a complexidade e o tempo necessário para a realização das atividades, garantindo que os cursos cumpram a exigência de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, as dúvidas sobre como criar e organizar as ACEs são esclarecidas, detalhando os passos necessários para que as ações extensionistas sejam implementadas de forma eficaz e alinhada às exigências da universidade. A participação dos estudantes também é abordada, explicando como deve ser monitorada e registrada ao longo das atividades, assegurando que todos os alunos cumpram a carga mínima exigida de frequência. A avaliação das ACEs, um aspecto essencial para a creditação, é igualmente detalhada, com sugestões de ferramentas e instrumentos para um acompanhamento contínuo e preciso do desempenho dos alunos. Com essas respostas, o guia se torna um instrumento crucial para a implementação da creditação da extensão de maneira sistemática e compreensível, facilitando o processo para todos os envolvidos.

O guia se revela como um instrumento essencial para a implementação bem-sucedida da creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFT. Ao fornecer diretrizes claras e práticas, ele assegura que as ações extensionistas sejam integradas de

maneira eficiente e estruturada no processo formativo dos alunos, promovendo uma educação que articula ensino, pesquisa e extensão. Essa integração, alinhada às diretrizes nacionais e institucionais, contribui para uma formação mais completa e voltada para as demandas sociais, proporcionando aos estudantes uma vivência acadêmica enriquecedora e comprometida com a transformação da realidade. Assim, o guia não só orienta a operacionalização da creditação, mas também fortalece o papel da universidade como agente de mudança e de impacto social, reafirmando a importância da extensão como um componente fundamental na formação do cidadão.

4.4 A Resolução Consepe nº 14/2020

Nesta parte divulga-se o resultado das análises da Resolução nº 14, de 08 de dezembro de 2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que regulamenta as ações de extensão como componente curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da instituição. A resolução estabelece diretrizes específicas para a implementação da extensão universitária nos cursos de graduação da UFT, visando à integração das atividades extensionistas ao processo formativo dos estudantes.

Divulga-se uma descrição detalhada do conteúdo da resolução e, em seguida, apresenta uma análise crítica da pesquisadora sobre os aspectos abordados, com foco nas implicações dessa regulamentação para a curricularização da extensão e os desafios que surgem na sua aplicação prática. As análises buscam refletir sobre a efetividade da resolução na implementação da extensão como componente curricular, levando em consideração o contexto atual da educação superior e as políticas institucionais relacionadas.

A fundamentação legal da Resolução nº 14, de 08 de dezembro de 2020, repousa no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que reconhece a extensão universitária como um dos pilares do processo educativo. Além disso, a resolução está alinhada com a Política Nacional de Extensão Universitária e com a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que busca ampliar a presença da extensão nos currículos dos cursos de graduação como forma de garantir uma formação mais integral aos estudantes. A resolução também segue as diretrizes da Resolução CNE/CES/MEC nº 7/2018, que determina que as atividades de extensão devem

representar, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação, reforçando o compromisso com a curricularização da extensão e a efetiva integração das ações extensionistas à formação acadêmica.

Os objetivos da extensão, conforme estabelecido pela Resolução nº 14, visam promover uma interação transformadora entre a universidade e a sociedade, estabelecendo uma troca contínua de saberes que contribua para o desenvolvimento comunitário. Ao integrar conhecimentos científicos e populares, busca-se uma abordagem mais democrática e inclusiva, valorizando as práticas locais e comunitárias no processo de aprendizagem. Além disso, a extensão tem o objetivo de estimular a formação cidadã e profissional dos estudantes, proporcionando experiências que ampliem suas competências e o compromisso com questões sociais. Por fim, a resolução reforça a importância de fortalecer a política de responsabilidade social da UFT, alinhando as ações extensionistas com a missão institucional de contribuir para o bem-estar coletivo e a transformação social.

É estabelecida a obrigatoriedade de que todas as ações de extensão sejam previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), sendo imprescindível que componham, no mínimo, 10% da carga horária total de cada curso de graduação da UFT. Essa exigência assegura que a extensão seja integrada de forma efetiva ao processo formativo dos estudantes, tanto na modalidade presencial quanto na distância. Dessa forma, a extensão deixa de ser uma atividade complementar e se torna um componente curricular essencial, garantindo que todos os estudantes, independentemente do formato de seu curso, tenham acesso a experiências extensionistas que ampliem suas competências e seu compromisso social.

As ações de extensão podem ser organizadas de diferentes formas, sendo contempladas como Programas e Projetos ou ainda como componentes curriculares específicos, de acordo com a natureza e os objetivos das atividades propostas. Para garantir a efetividade dessa organização, todas as ações extensionistas devem ser devidamente cadastradas no Sistema de Gestão de Projetos da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), o que permite um acompanhamento sistemático e transparente de cada atividade. Esse processo de cadastramento assegura que as ações extensionistas estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas, permitindo a sua validação e a posterior creditação no currículo dos cursos de graduação.

As ações de extensão devem ser devidamente registradas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), garantindo sua formalização e alinhamento com as diretrizes

institucionais. Além disso, é fundamental que essas atividades sejam avaliadas e monitoradas com base em indicadores de desempenho que permitam medir a eficácia e o impacto das ações realizadas. Para que os estudantes obtenham os créditos correspondentes, é exigida uma frequência mínima de 75% nas atividades de extensão, assegurando o comprometimento dos participantes e a qualidade do processo formativo.

As orientações são realizadas por docentes, que assumem o papel de facilitadores e guias, enquanto os estudantes são os protagonistas, responsáveis pela execução e desenvolvimento das atividades. A Universidade Federal do Tocantins (UFT) compromete-se a garantir a creditação curricular da extensão em todos os cursos de graduação até dezembro de 2021, cumprindo assim as diretrizes estabelecidas pela resolução. A resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições anteriores que sejam contrárias aos seus termos, reforçando o compromisso da instituição com a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e com a formação integral dos alunos.

A seguir, apresenta-se uma tabela que resume os principais pontos da Resolução nº 14, de 08 de dezembro de 2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com foco na regulamentação das ações de extensão como componente curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. A tabela organiza as informações de forma clara e objetiva, dividindo os aspectos da resolução em três colunas: uma descrição detalhada do conteúdo de cada ponto abordado, seguida de uma análise crítica sobre os desafios e as implicações dessa regulamentação para a implementação da extensão na universidade.

Quadro 09 - Principais pontos da Resolução nº 14 CONSEPE/UFT

Aspectos da Resolução	Descrição	Análise Crítica
Fundamentação Legal	A resolução se baseia na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme a Constituição de 1988, e a Política Nacional de Extensão Universitária.	Alinha-se às políticas nacionais e regulamentações que garantem uma educação integral, porém, sua aplicação prática demanda ajustes contínuos.
Objetivos da Extensão	Promover a interação transformadora entre universidade e sociedade, integrando conhecimentos científicos e populares, e estimulando a formação cidadã e profissional.	A resolução atende às demandas sociais por uma educação mais democrática, mas os objetivos podem enfrentar desafios na sua execução e mensuração.

Obrigatoriedade e Creditação	A extensão deve ser prevista nos PPCs e compor no mínimo 10% da carga horária de cada curso, com participação obrigatória de todos os estudantes.	A obrigatoriedade e a creditação curricular da extensão fortalecem seu papel, mas pode haver resistência e dificuldades na implementação em diferentes cursos.
Formas de Creditação	Ações de extensão organizadas como Programas e Projetos ou componentes curriculares específicos, cadastrados na PROEX.	O cadastro na PROEX garante transparência, mas o processo de gestão pode demandar mais recursos e um sistema eficiente de acompanhamento.
Registro e Avaliação	Ações de extensão devem ser registradas nos PPCs, avaliadas com indicadores de desempenho, e exigir frequência mínima de 75% para créditos.	O registro formal e a avaliação são cruciais, mas a implementação de indicadores eficazes é um desafio contínuo para garantir qualidade.
Disposições Finais	Ações orientadas por docentes com estudantes como protagonistas, e a UFT compromete-se a garantir a creditação curricular até 2021.	A orientação docente e a protagonismo estudantil são fundamentais, porém, a transição para a implementação total da resolução exige planejamento e recursos.

Fonte: Resolução 14/2020. Tabela da autora.

A resolução tem como objetivo integrar a extensão universitária de forma mais robusta no currículo dos cursos de graduação, promovendo uma formação mais interdisciplinar e alinhada às necessidades sociais. Ao estabelecer diretrizes claras para a implementação de atividades extensionistas como componentes curriculares obrigatórios, ela fortalece o compromisso da UFT com a formação cidadã e profissional dos estudantes. Além disso, ao garantir a acreditação da extensão e estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação, a resolução assegura que as ações extensionistas cumpram seu papel transformador, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral. Dessa forma, a resolução contribui para a consolidação de uma universidade mais integrada e responsável socialmente.

5 INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO NA UFT

5.1. Iniciativas de uma política de avaliação da curricularização da extensão na UFT

A curricularização da extensão nas universidades tem sido um tema recorrente nas discussões sobre a relação entre ensino, pesquisa e sociedade. A Universidade Federal do

Tocantins (UFT) tem investido em políticas que buscam integrar as práticas extensionistas ao currículo acadêmico, com o intuito de ampliar a formação dos estudantes e fortalecer sua relação com as demandas sociais. Essas iniciativas visam promover a construção de uma formação que articule o conhecimento acadêmico com as necessidades da comunidade, permitindo aos estudantes uma atuação mais crítica e participativa no processo de transformação social. No entanto, essa integração também exige reflexões sobre a autonomia do trabalhador e a sua apropriação do saber, que, embora viabilize maior controle sobre o processo produtivo, pode não superar as estruturas de dominação impostas pelo sistema capitalista, conforme argumenta Serafim (2023).

Ao considerar a formação para a cidadania, a curricularização da extensão pode ser vista como uma oportunidade para a educação se conectar de forma mais efetiva com as exigências da sociedade moderna, principalmente no que tange à vida urbana e industrial. Saviani (2008) aponta que a educação deve preparar os indivíduos para serem sujeitos de direitos e deveres, em uma sociedade que se organiza cada vez mais nas grandes cidades. Dentro desse contexto, as práticas extensionistas têm o potencial de fortalecer a participação dos trabalhadores na tomada de decisões que impactam a comunidade e, ao mesmo tempo, promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e comprometido com a transformação social. No entanto, é fundamental que as políticas de avaliação da curricularização da extensão na UFT sejam cuidadosamente planejadas, para que não se restrinjam a uma mera adaptação ao sistema produtivo, mas sim favoreçam a emancipação e a ampliação da autonomia crítica dos envolvidos.

A transição da educação enquanto prática sociocultural para a educação escolar reflete uma mudança no modo como a sociedade entende a função da educação e suas relações com o trabalho e a cultura. Historicamente, a educação não se limitava ao espaço da escola, mas se espalhava pelas diversas esferas da sociedade, sendo responsável pela transmissão de saberes e valores que moldavam os indivíduos e suas comunidades (Barreto e Pinto, 2001). No contexto universitário, a curricularização da extensão surge como uma tentativa de resgatar essa prática sociocultural, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aplicar o conhecimento acadêmico em situações reais e de impacto social. Na UFT, as políticas de avaliação que integram a extensão ao currículo buscam exatamente essa articulação entre saber acadêmico e práticas sociais, reforçando a formação do estudante para além dos limites da sala de aula, mas também como agente transformador na comunidade. Contudo, é necessário um cuidado contínuo para que essas iniciativas não sejam apropriadas de maneira

superficial pelo mercado de trabalho, mantendo a crítica e a reflexão sobre a sociedade como principais motores da extensão universitária.

A avaliação da curricularização da extensão, portanto, deve ser entendida como um processo contínuo que não apenas verifica a eficácia das ações, mas também reflete sobre a função social da universidade na atualidade. A universidade pública, como destaca Chauí (2003), não deve ser vista apenas como um espaço de produção de conhecimento para o mercado, mas como um local de produção de saberes voltados para a transformação social. A UFT, ao adotar práticas de avaliação que envolvem a extensão, tem a oportunidade de reconfigurar sua atuação acadêmica, permitindo que os estudantes se tornem sujeitos ativos no processo de construção da sociedade. Isso implica não apenas em medir resultados, mas também em avaliar os impactos dessas práticas no desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e no fortalecimento da cidadania, alinhando a formação universitária à realidade social e política local e regional. A proposta de uma política de avaliação robusta pode, assim, contribuir para uma educação mais integrada e com maior potencial de transformação social.

A formalização do ensino nas instituições educacionais tem como objetivo garantir o acesso à educação de maneira mais sistemática e inclusiva, respondendo às exigências de uma sociedade em constante transformação. A educação escolar, nesse contexto, é definida como um direito fundamental, e a busca pela universalização desse direito visa garantir a formação de cidadãos capazes de enfrentar os desafios de uma realidade cada vez mais complexa, como destaca Kirkpatrick (1993). Ao integrar a extensão ao currículo, a UFT propõe uma aproximação entre a teoria acadêmica e as necessidades sociais, colocando a universidade como protagonista na formação de indivíduos críticos e preparados para atuar de forma transformadora na sociedade. Nesse processo, a política de avaliação da curricularização da extensão deve avaliar não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também o impacto das práticas extensionistas na sociedade, garantindo que a formação universitária seja mais do que um simples repasse de conteúdos teóricos, mas um meio efetivo de engajamento com as questões sociais e culturais locais.

Dentro desse movimento histórico de institucionalização da educação, a extensão universitária se apresenta como uma ferramenta que potencializa a construção de uma educação crítica e transformadora, como parte da missão da universidade pública. A UFT, ao adotar iniciativas que avaliem a curricularização da extensão, está alinhada à ideia de que a universidade deve ser mais do que um espaço de ensino técnico e acadêmico; ela deve ser um local de formação cidadã e engajamento com as demandas sociais, conforme Fernandes

(1979). Assim, a avaliação dessas práticas extensionistas é fundamental para medir a efetividade da integração entre o conhecimento acadêmico e as necessidades da comunidade, além de proporcionar uma reflexão contínua sobre a atuação da universidade na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. O processo avaliativo, portanto, deve ser construído de maneira a não apenas mensurar os resultados tangíveis, mas também a compreender como essas práticas contribuem para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

A extensão universitária, em sua trajetória de evolução no Brasil, consolidou-se como um componente essencial da educação superior, com a missão de promover uma troca contínua entre o saber acadêmico e as demandas da sociedade. Como destaca Silva (2023), essa prática visa estreitar os laços entre a universidade e as comunidades externas, buscando a transformação social por meio da aplicação prática do conhecimento. Ao integrar a extensão ao currículo, a UFT busca não apenas ampliar a formação acadêmica dos estudantes, mas também promover a democratização do conhecimento, levando as práticas universitárias para além dos muros da instituição. Nesse sentido, a curricularização da extensão se configura como um passo importante para a universalização desse modelo, permitindo que o conhecimento acadêmico seja acessível e tenha impacto direto nas comunidades, particularmente nas regiões em que a universidade está inserida.

A avaliação da curricularização da extensão na UFT, nesse contexto, torna-se uma ferramenta fundamental para medir não apenas a efetividade das ações extensionistas, mas também o impacto dessas iniciativas na formação dos estudantes e na transformação social das comunidades envolvidas. A política de avaliação deve considerar tanto os aspectos acadêmicos quanto os sociais dessas práticas, garantindo que as ações de extensão não se limitem a um mero exercício de transferência de saberes, mas que também envolvam uma reflexão crítica e construtiva sobre o papel da universidade na sociedade. De acordo com Fontenele (2023), a extensão universitária tem o potencial de combater as desigualdades sociais e de promover uma maior participação das comunidades na construção do conhecimento, refletindo diretamente em uma educação mais inclusiva e transformadora. A implementação de uma política de avaliação eficiente e coerente, portanto, é essencial para garantir que as práticas extensionistas na UFT alcancem seu pleno potencial de impacto social e educacional.

A extensão universitária no Brasil reflete a transformação da universidade em um agente ativo de desenvolvimento social, com o objetivo de romper com a ideia de que as instituições de ensino superior devem ser espaços isolados e distantes da realidade das

comunidades. Como destaca Freire (2021), a universidade tem um papel fundamental não apenas na formação acadêmica, mas também no fomento à inclusão social, por meio de ações que envolvam as comunidades externas. A curricularização da extensão na UFT busca consolidar essa ideia, incorporando práticas extensionistas diretamente no currículo acadêmico, permitindo que os estudantes vivenciem a realidade social e participem ativamente na solução de problemas locais. Esse movimento busca expandir o papel da universidade, entendendo que sua missão vai além da produção de conhecimento técnico, sendo também um pilar fundamental para a transformação das condições sociais, culturais e econômicas das comunidades em que está inserida.

Nesse cenário, a avaliação da curricularização da extensão assume uma importância central, pois deve garantir que as práticas extensionistas não sejam apenas atividades complementares, mas parte integrante do processo formativo dos estudantes. A política de avaliação precisa ser construída de forma a medir a efetividade dessas práticas no desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e transformadora, como defendido por Freire (2021). Isso implica que a avaliação deve abordar tanto os resultados acadêmicos, como o impacto direto dessas ações nas comunidades atendidas. Assim, uma política de avaliação bem estruturada permitirá à UFT monitorar e aprimorar suas iniciativas extensionistas, promovendo uma educação que não se limite às fronteiras da sala de aula, mas que seja profundamente comprometida com as questões sociais e com a construção de um futuro mais justo e igualitário.

A extensão universitária, como prática integrante da missão das universidades, não se limita à transmissão de conhecimentos, mas busca estreitar os laços entre a academia e a sociedade, contribuindo diretamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Conforme Sousa (2005), a função da universidade é, antes de tudo, impulsionar a transformação social, utilizando o saber acadêmico para atender às necessidades das comunidades e influenciar positivamente os contextos locais. Ao integrar a extensão ao currículo, a UFT amplia essa perspectiva, permitindo que os estudantes se envolvam ativamente com as questões sociais enquanto adquirem uma formação prática e crítica. Nesse processo, a extensão não só se traduz como uma aplicação do conhecimento acadêmico, mas também como uma resposta concreta às demandas sociais, promovendo o fortalecimento do vínculo da universidade com a comunidade, o que é essencial para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação social.

No entanto, para garantir a efetividade dessa integração, é essencial que a avaliação da curricularização da extensão seja realizada de forma contínua e reflexiva. A política de avaliação deve, portanto, ser capaz de medir tanto os resultados acadêmicos quanto o impacto das ações extensionistas nas comunidades atendidas. Como afirma Saviani (1986), as universidades não podem se contentar apenas com o ensino técnico e acadêmico, mas devem expandir sua responsabilidade social, se envolvendo ativamente na resolução dos problemas da sociedade. A avaliação da curricularização da extensão na UFT deve ser projetada para monitorar a eficácia dessas ações no cumprimento dessa missão social, assegurando que os estudantes, ao se engajarem com as comunidades, também se tornem agentes de mudança social. Esse processo de avaliação será um indicador fundamental para o aprimoramento contínuo da integração entre ensino, pesquisa e extensão, refletindo o compromisso da UFT com uma educação mais inclusiva e transformadora.

Em conclusão, a curricularização da extensão na UFT representa um avanço significativo no processo de integração entre ensino, pesquisa e sociedade, consolidando a universidade como um agente ativo na transformação social. Como observado por Menezes (2015), a extensão não deve ser vista apenas como uma atividade complementar ao ensino, mas como uma prática acadêmica essencial que visa a aplicação do conhecimento acadêmico em soluções concretas para problemas sociais. Ao implementar iniciativas que avaliem essas práticas, a UFT assegura que sua missão de formação cidadã e de contribuição para o desenvolvimento da sociedade seja cumprida de maneira eficaz. A avaliação da curricularização da extensão, portanto, é fundamental não apenas para mensurar os resultados acadêmicos, mas também para refletir sobre o impacto social das ações realizadas pela universidade em suas comunidades.

Além disso, ao adotar uma política de avaliação robusta, a UFT pode garantir que as ações extensionistas estejam alinhadas com as necessidades reais da sociedade e que os estudantes, ao participarem dessas atividades, desenvolvam habilidades críticas e práticas essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Como destaca Jimenez et al. (2023), a curricularização da extensão no Brasil é um passo importante para transformar a universidade em um espaço de produção de conhecimento que não se limite aos muros da instituição, mas que se expanda para além dela, beneficiando diretamente as comunidades ao seu redor. Assim, a avaliação das iniciativas de extensão não só contribui para o aprimoramento das práticas acadêmicas, mas também para a reafirmação do compromisso da

universidade com a transformação social e com a formação de cidadãos plenamente conscientes de seu papel na sociedade.

5.2. Indicativos para uma avaliação das ações curriculares da extensão

A avaliação das ações curriculares da extensão universitária se configura como um campo de estudo relevante, especialmente quando observamos a crescente institucionalização da curricularização da extensão em diversas universidades. No contexto da UFT, os resultados da pesquisa indicam que a inserção da extensão no currículo institucional fortalece a ideia de que a universidade deve ser vista como um agente ativo na produção e transferência de conhecimento. A extensão, nesse sentido, amplia seu impacto além das fronteiras do ambiente acadêmico, proporcionando um diálogo mais direto com a sociedade. Como destaca Paula, citado por Nogueira (2005), a extensão universitária deve ultrapassar os limites da instituição, tornando-se um instrumento de desenvolvimento econômico, político, social e cultural, visando à transformação da realidade local e regional.

Para que essa transformação se concretize, é fundamental que a avaliação das ações de extensão seja feita de maneira sistemática, considerando não apenas os resultados acadêmicos, mas também os impactos sociais e comunitários gerados. Segundo Melo Neto (2002), a extensão universitária deve estar alicerçada em bases ontológicas que a conectem com as necessidades reais da sociedade, respeitando as diversidades culturais e promovendo a inclusão social. Ao realizar essa avaliação, é possível compreender de que maneira as ações de extensão contribuem para o desenvolvimento de uma educação mais cidadã e participativa, alinhada aos princípios da educação popular e ao compromisso da universidade com a sociedade.

A pesquisa demonstrou que a curricularização da extensão proporciona aos estudantes uma oportunidade ímpar de se envolverem diretamente com projetos que mobilizem políticas públicas e buscam soluções para problemas reais, utilizando as competências e conhecimentos adquiridos na universidade. Essa dinâmica favorece o fortalecimento da relação entre a academia e a sociedade, permitindo que a universidade contribua de maneira mais efetiva para o desenvolvimento local e regional. No entanto, apesar dos avanços, ainda persistem desafios importantes. A inserção da extensão no currículo universitário precisa de um incentivo institucional mais robusto, que não apenas reconheça a extensão como parte integrante da

formação, mas também assegure os recursos necessários para sua execução de forma eficaz. A implementação desse modelo exige uma estrutura de apoio institucional que favoreça a articulação entre as diversas esferas acadêmicas e as demandas sociais.

Conforme apontado por Gomes (2002), a avaliação das ações de extensão deve ser encarada não apenas como um mecanismo de controle, mas também como uma oportunidade de reflexão sobre a eficácia dos processos formativos da universidade. A avaliação das ações curriculares da extensão requer um olhar crítico que considere tanto a qualidade das atividades desenvolvidas quanto o impacto real delas na comunidade. É necessário, portanto, que a universidade assuma um compromisso institucional contínuo com a extensão, viabilizando os meios necessários para garantir a efetividade dessas ações no currículo acadêmico. Isso implica em uma reestruturação da forma como a extensão é concebida dentro das políticas de ensino, com foco em sua integração plena à formação dos estudantes e ao desenvolvimento de soluções concretas para os desafios sociais.

A pesquisa evidenciou que a curricularização da extensão universitária está profundamente conectada à concepção de educação como um processo cultural e coletivo, alinhando-se à visão de Saviani (1994), que defende a aprendizagem como algo integrado à vida social. Ao incorporar a extensão no currículo, a universidade rompe com a ideia de um ensino puramente teórico, permitindo que os estudantes se envolvam ativamente com as realidades sociais e culturais da comunidade. Assim como no modo de produção comunal, no qual ensino e trabalho se entrelaçam, a extensão universitária promove um aprendizado experencial, no qual os estudantes não apenas adquirem conhecimento acadêmico, mas também se tornam agentes transformadores no contexto social em que atuam. Esse modelo reforça a noção de que a educação deve ser vivenciada de maneira prática, conectada às demandas reais da sociedade.

No entanto, para que a curricularização da extensão se concretize de maneira efetiva, é fundamental que a avaliação dessas ações considere não apenas os resultados acadêmicos, mas também os impactos sociais gerados nas comunidades. A FORPROEX (2001) aponta que a avaliação da extensão deve ser realizada de maneira abrangente, considerando o processo de construção do conhecimento de forma compartilhada e a contribuição das ações extensionistas para o desenvolvimento social. Nesse sentido, a avaliação deve ser pensada como uma ferramenta de aprimoramento contínuo, que possibilite o reconhecimento das ações que têm impacto direto na comunidade, bem como identifique as áreas que necessitam de ajustes para

potencializar os benefícios da extensão, criando um ciclo constante de aprendizado e transformação para todos os envolvidos.

A curricularização da extensão, ao resgatar a ideia de uma educação integrada à vida social e ao proporcionar um aprendizado prático, promove uma formação crítica e emancipatória. Esse modelo educativo se distanciou da transmissão passiva de conteúdos, característica do ensino tradicional, e estabelece uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade. Ao envolver os estudantes em ações extensionistas que dialogam diretamente com as necessidades da comunidade, a universidade não apenas transmite conhecimento, mas também aprende com as experiências e as demandas sociais, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seu papel na transformação social. Essa interação da práxis pedagógica fortalece a capacidade dos alunos de refletir sobre as questões sociais e de propor soluções mais contextuais e eficazes.

Como destaca Zoccoli (2009), a educação superior no Brasil passa por um processo de reestruturação que valoriza a formação crítica e reflexiva, e a extensão universitária desempenha um papel crucial nesse movimento. A avaliação das ações curriculares da extensão deve, portanto, ser orientada para a compreensão do impacto que essas atividades geram na formação dos estudantes e na comunidade. Para que essa avaliação seja eficaz, é necessário que ela considere a capacidade da extensão de promover o engajamento dos alunos em ações que envolvem transformação social, desenvolvimento comunitário e produção de conhecimento relevante para a realidade local. Dessa forma, a extensão se torna não apenas uma atividade complementar, mas um pilar fundamental na construção de uma educação superior mais comprometida com a cidadania e com a formação integral dos estudantes.

Em conclusão, a curricularização da extensão na UFT representa um passo importante para o fortalecimento da relação entre a universidade e a sociedade, permitindo que os estudantes participemativamente de projetos que atendem às demandas sociais e ampliem sua formação crítica e emancipatória. Contudo, para que essa proposta seja plenamente concretizada, a universidade precisa aprimorar suas políticas institucionais, garantindo que a extensão seja inserida de maneira consistente nos currículos e que os recursos necessários para sua implementação sejam adequadamente alocados. Como apontam Carneiro e Bin (2019), a avaliação continuada dos programas de educação superior é essencial para verificar o progresso das ações e ajustá-las conforme as necessidades emergentes da sociedade e do próprio processo formativo dos estudantes.

Portanto, a avaliação das ações curriculares da extensão deve ser pensada de forma estratégica, não apenas como um instrumento de controle, mas como uma ferramenta de aprimoramento contínuo. É necessário que a UFT crie condições para que a extensão seja plenamente reconhecida e incorporada ao processo educativo, garantindo que seu impacto seja tanto na formação acadêmica quanto no desenvolvimento social. Essa abordagem permitirá à universidade fortalecer seu papel como agente transformador e contribuir de maneira significativa para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, alinhada aos princípios da educação inclusiva e da responsabilidade social.

5.3 Proposição de indicadores

A proposta de indicadores para a avaliação das ações curriculares da extensão na Universidade Federal do Tocantins (UFT) emerge como uma resposta à crescente necessidade de integrar a extensão no currículo acadêmico de maneira estruturada e eficiente. Este processo de curricularização da extensão está alinhado com as exigências contemporâneas de repensar o papel das universidades frente às transformações do mundo do trabalho e às mudanças nas relações sociais. Assim como a educação formal, impulsionada pela ascensão da burguesia e pela demanda de sistematizar o conhecimento para a produção industrial (Saviani, 1994), se moldou ao longo do tempo, a universidade atual se vê desafiada a incorporar a extensão como um componente central na formação acadêmica, de modo a contribuir para a formação integral dos estudantes e sua inserção no contexto social mais amplo.

A institucionalização da curricularização da extensão na UFT reflete a compreensão de que a universidade deve transcender seus muros e dialogar de maneira mais próxima com a sociedade. Segundo DEMO (2001), a extensão desempenha um papel crucial na construção de uma formação acadêmica mais conectada com as demandas sociais e as realidades do cotidiano, oferecendo aos alunos a oportunidade de se envolver com a comunidade de forma prática e transformadora. Portanto, conforme apontado no Quadro 10, a avaliação das ações extensionistas, por meio da criação de indicadores específicos, surge como uma ferramenta imprescindível para medir a efetividade dessa integração e garantir que a extensão cumpra seu papel educativo, social e transformador.

Quadro 10: Proposição de Indicadores para a avaliação das ações curriculares da extensão

Indicador	Descrição	Objetivo
Engajamento dos Estudantes	Avaliar a participação ativa dos estudantes nas ações extensionistas, incluindo frequência, comprometimento e envolvimento em atividades práticas.	Medir a integração dos discentes nas práticas extensionistas e o impacto na formação cidadã e crítica.
Relevância das Ações para a Comunidade	Analizar se as ações extensionistas atendem às reais necessidades da comunidade, por meio de diagnósticos e feedbacks contínuos.	Garantir que as ações extensionistas sejam adequadas e transformadoras para a sociedade, promovendo o desenvolvimento social.
Impacto Social e Transformador	Avaliar os resultados das ações em termos de melhoria nas condições sociais e econômicas das comunidades atendidas.	Medir a efetividade da extensão no processo de transformação social, alinhando-se aos objetivos da função social da universidade.
Promoção da Interdisciplinaridade	Medir a capacidade da extensão de promover a integração de diferentes áreas do conhecimento, estimulando a inovação e a resolução de problemas complexos.	Avaliar a efetividade das práticas extensionistas em criar um ambiente de aprendizado dinâmico e inovador.
Valorização da Extensão na Formação Docente	Acompanhar a inserção da extensão nos processos formativos dos docentes, incluindo sua participação e sua contribuição na integração curricular.	Garantir que a extensão seja um eixo central também para a formação docente, promovendo a interdisciplinaridade e a inovação.

Quadro elaborado pela autora (2024).

Esses indicadores buscam garantir que as ações extensionistas da UFT não apenas cumpram um papel formativo, mas também cumpram seu papel social e transformador, refletindo as demandas da sociedade e preparando os estudantes para atuar de maneira crítica e consciente no contexto social e profissional.

A proposta de indicadores para avaliação das ações curriculares da extensão não pode ser dissociada das implicações sociais e políticas que envolvem o papel da universidade na

formação dos indivíduos. A extensão, como prática educativa, deve transcender o mero cumprimento de exigências curriculares e ser vista como um instrumento de transformação social. Nesse sentido, a contribuição da extensão vai além do simples aumento da produção acadêmica ou do trabalho, pois, conforme aponta Chauí (2001), o trabalho, enquanto prática funcional aos interesses da burguesia, molda os indivíduos tanto para o trabalho quanto para a cidadania. A extensão, ao integrar-se ao currículo acadêmico, precisa ser uma oportunidade para que os estudantes possam refletir criticamente sobre seu papel no processo social e, mais importante ainda, se tornem sujeitos ativos na luta pela emancipação social.

A avaliação das ações extensionistas, ao ser realizada por meio de indicadores específicos, deve levar em conta o caráter formador e transformador da extensão, que, como destaca FELIPPE (2013), deve ser baseada em um entendimento profundo das necessidades da comunidade e da sociedade. Dessa forma, os indicadores precisam medir a efetividade dessas ações em relação à sua capacidade de proporcionar aos estudantes uma experiência que vá além do ensino tradicional, permitindo-lhes desenvolver competências e habilidades que contribuam para a sua formação enquanto cidadãos e agentes de mudança social. A curricularização da extensão, ao ser integrada de maneira consistente ao currículo da UFT, torna-se, assim, um caminho para a construção de uma educação que, ao mesmo tempo, prepara os indivíduos para o mercado de trabalho e os desafia a atuar de maneira consciente e crítica no cenário social mais amplo.

A curricularização da extensão, ao integrar ações que conectam a universidade às demandas sociais, torna-se uma resposta imprescindível à necessidade de uma educação que não se limite à mera transmissão de conteúdos. No entanto, conforme apontado pela pesquisa, essa integração ainda enfrenta desafios significativos, como a necessidade de reestruturar os currículos para que a extensão seja efetivamente reconhecida como um componente essencial na formação acadêmica. Fernandes (2020) destaca que a universidade possui uma função social que deve ser orientada para a formação de indivíduos críticos e comprometidos com a transformação da sociedade. A extensão, ao ser incorporada de forma mais profunda ao currículo, precisa superar a visão de ser apenas um complemento periférico, exigindo um novo olhar sobre a forma como os currículos são organizados e como os docentes e discentes se envolvem com as práticas extensionistas.

Nesse contexto, a proposição de indicadores para avaliação das ações curriculares da extensão deve considerar não apenas o alcance quantitativo das atividades realizadas, mas

também a qualidade do impacto gerado nas comunidades envolvidas e na formação dos estudantes. Para que a extensão se torne um componente central da formação acadêmica, é essencial que os indicadores reflitam a transformação tanto nos estudantes quanto nas comunidades, evidenciando a contribuição da universidade para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida. Esses indicadores devem ser capazes de medir a profundidade do engajamento dos alunos, a relevância das ações para as necessidades da comunidade e a contribuição da universidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, alinhada à função social da instituição, como destacado por Fernandes (2020).

A institucionalização da curricularização da extensão na UFT, como parte de um movimento mais amplo de transformação nas universidades, reflete as mudanças no padrão produtivo e nas relações entre conhecimento, trabalho e cidadania. A partir da segunda metade do século XX, o reordenamento do capitalismo e a crescente valorização da inovação e interdisciplinaridade exigiram que as universidades não se limitassem a formar profissionais tecnicamente qualificados, mas também preparassem cidadãos críticos e engajados socialmente. Nesse cenário, a universidade se vê desafiada a articular suas práticas acadêmicas com as demandas sociais, contribuindo não apenas para a formação profissional, mas também para o desenvolvimento de uma consciência social que promova a justiça e a cidadania. A curricularização da extensão, portanto, não deve ser encarada como um adicional às práticas pedagógicas, mas como uma estratégia essencial para que a formação acadêmica esteja em sintonia com os desafios contemporâneos da sociedade e do mercado de trabalho (FORPROEX, 2006).

Dessa forma, a proposição de indicadores para avaliar as ações curriculares da extensão deve levar em consideração a relevância e a profundidade dos impactos dessas ações, tanto na formação dos estudantes quanto nas comunidades com as quais a universidade interage. Tais indicadores devem medir o envolvimento dos discentes em práticas que favoreçam sua formação cidadã, e que estimulem a reflexão crítica sobre o mundo em que vivem. Além disso, os indicadores devem avaliar a capacidade da extensão de promover a interdisciplinaridade, criando um ambiente de aprendizado mais dinâmico e inovador, que possibilite a integração de saberes e a busca de soluções para problemas sociais reais. Nesse contexto, como destacado pela FORPROEX (2006), a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão torna-se crucial para a construção de uma educação mais inclusiva e conectada com a realidade social, o que reforça a necessidade de avaliação constante das práticas extensionistas.

A proposição de indicadores para a avaliação das ações curriculares da extensão é fundamental para garantir que a universidade, como a UFT, cumpra seu papel social de formar indivíduos não apenas capacitados tecnicamente, mas também críticos e engajados com as questões sociais. Como demonstrado ao longo da discussão, a extensão se configura como um espaço privilegiado de articulação entre o conhecimento acadêmico e as realidades sociais, oferecendo aos alunos a oportunidade de se conectar com a sociedade e de aplicar os saberes adquiridos em contextos práticos e transformadores. Contudo, para consolidar essa perspectiva, é imprescindível que a universidade avance em políticas institucionais que assegurem a valorização da extensão, tanto na formação discente quanto na progressão docente. A extensão precisa ser entendida como um eixo estruturante da educação superior, sendo reconhecida como um componente fundamental para a formação integral dos estudantes e o fortalecimento do compromisso social da universidade.

Portanto, a avaliação das ações extensionistas deve ser vista não apenas como uma ferramenta de mensuração de resultados, mas também como um meio de aprimorar as práticas e garantir sua efetividade. De acordo com Athayde e Barbosa (2019), a avaliação de programas educacionais deve ser contínua e estratégica, com foco na identificação de melhorias que possam potencializar o impacto social das ações extensionistas. Ao implementar indicadores claros e bem definidos, a UFT poderá monitorar e ajustar suas práticas, garantindo que a extensão se mantenha como um elemento central em sua missão acadêmica e social. A consolidação de uma política institucional de valorização da extensão permitirá que essa prática não se torne apenas uma atividade acessória, mas sim um componente indissociável do processo educativo, alinhando a universidade aos desafios sociais e às necessidades do mundo contemporâneo.

6. GUIA DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Anexo a este trabalho compartilha-se um guia que tem como objetivo orientar os cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) quanto ao processo de curricularização da extensão e à avaliação das ações extensionistas. Visa garantir a integração eficaz entre as atividades acadêmicas e as demandas sociais da comunidade, promovendo uma formação mais ampla e completa para os estudantes. Assim, este documento fornece diretrizes para docentes e coordenadores implementarem as ações extensionistas alinhadas aos objetivos acadêmicos e sociais da UFT.

A extensão universitária, que antes era considerada uma atividade complementar, passou a ser obrigatória na formação dos estudantes, fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o artigo 207 da Constituição Federal. Essa mudança visa proporcionar uma formação mais integral, com foco na prática social e no compromisso com a resolução de problemas reais, preparando os alunos para uma cidadania ativa.

A curricularização da extensão estabelece que, no mínimo, 10% da carga horária total do curso seja destinada a atividades extensionistas, criando uma base sólida para que os alunos desenvolvam projetos de impacto social. Esse percentual assegura que os estudantes possam aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula em contextos práticos, promovendo a troca de experiências entre a universidade e a sociedade.

A extensão universitária é a articulação entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos e a construção de soluções para questões sociais, econômicas e ambientais. Este processo interdisciplinar abrange áreas educacionais, culturais, científicas, tecnológicas e políticas, permitindo que a universidade contribua para a sociedade ao mesmo tempo em que amplia a formação dos estudantes.

Na UFT, a extensão segue diretrizes fundamentais, como a interação dialógica entre universidade e sociedade, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas diretrizes garantem que as ações extensionistas sejam elementos centrais no desenvolvimento crítico dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios sociais e contribuir para o avanço da sociedade.

A curricularização da extensão envolve a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, tornando obrigatória a participação dos estudantes a partir de 2023. O objetivo é integrar o aprendizado acadêmico à realidade social, proporcionando aos alunos a oportunidade de vivenciar experiências práticas que conectam a práxis pedagógica, além de contribuir para sua formação técnico-científica, pessoal e social. A inclusão da extensão no currículo visa impactar positivamente as comunidades e promover a transformação social, tornando a extensão uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das comunidades atendidas.

A curricularização da extensão na UFT está respaldada por documentos legais, como a Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), que exige a integração da extensão à formação acadêmica, assegurando que as universidades desempenhem um papel ativo no desenvolvimento social. A Resolução CES/CNE nº 07/2018 também reforça a importância de integrar a extensão ao ensino e à pesquisa, visando à formação integral dos estudantes.

A UFT segue as Resoluções 003/2019 e 006/2019, que regulamentam a inserção de ações extensionistas nos currículos dos cursos de graduação, criando mecanismos para sua efetiva implementação. Essas resoluções destacam a importância da avaliação contínua das atividades extensionistas, garantindo que atendam às necessidades sociais e promovam uma educação transformadora.

As modalidades de inclusão da extensão na UFT incluem as Ações Complementares de Extensão (ACEEx), que consistem em atividades como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, aproximando a universidade da sociedade e oferecendo soluções para necessidades locais. Além disso, há os Componentes Curriculares do Núcleo Rígido, que são disciplinas obrigatórias ou eletivas com carga horária prática destinada à extensão, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades práticas enquanto colaboram com a comunidade em projetos e ações extensionistas. Também existem os Componentes Curriculares do Núcleo Flexível, que são disciplinas complementares com carga horária teórica e prática vinculada a programas e projetos de extensão, promovendo a integração entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais.

As ações de extensão incluem programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, abrangendo diversas áreas do conhecimento e promovendo a integração com a sociedade. As ações de extensão podem ser coordenadas por docentes ou técnicos-administrativos, não sendo necessário que o professor da disciplina seja o responsável direto. Estudantes matriculados em disciplinas extensionistas têm cobertura de seguro, e o transporte para atividades externas deve ser organizado pela disciplina e pelo projeto ou programa correspondente. Estágios não obrigatórios também podem ser contabilizados como extensão, desde que possuam caráter extensionista e atendam à Política de Extensão da UFT.

A avaliação das ações de extensão tem como objetivos a verificação de alinhamento curricular, garantindo que as atividades estejam de acordo com os princípios da curricularização e com os objetivos do currículo acadêmico; a medição do impacto social,

avaliando como as ações contribuem para a melhoria das condições de vida das comunidades e o desenvolvimento sustentável; o engajamento e a interdisciplinaridade, considerando o nível de envolvimento de estudantes e docentes e a integração de diferentes áreas do conhecimento; e a identificação de potencialidades e desafios, para ajustar continuamente as ações de extensão e atender melhor às necessidades da comunidade e da universidade.

Para a avaliação das ações, são utilizados indicadores como o engajamento dos estudantes, que é medido pela participação ativa e frequência nas ações de extensão; a relevância para a comunidade, considerando o impacto direto das ações nas necessidades locais e sua contribuição para a transformação social; o impacto social, avaliado por meio de resultados práticos, como a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas; a promoção da interdisciplinaridade, que favorece a inovação e a criação de soluções para problemas sociais; e a valorização da extensão na formação docente, evidenciada pela participação dos docentes nas ações extensionistas, enriquecendo a prática educativa e promovendo a integração da práxis pedagógica.

As metodologias de avaliação incluem pesquisas de satisfação e percepção realizadas com estudantes, docentes e membros da comunidade para avaliar a qualidade das ações de extensão e identificar áreas de melhoria; análises qualitativas e quantitativas, que combinam dados objetivos e subjetivos para avaliar os impactos sociais e acadêmicos; relatórios de acompanhamento, que documentam os processos, resultados e lições aprendidas, servindo para o controle e melhoria contínua; e feedback contínuo, que ajusta as ações extensionistas às necessidades da comunidade e dos estudantes, garantindo sua relevância e eficácia.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é responsável pela implementação e coordenação das ações de extensão na UFT, oferecendo suporte para a integração da extensão aos currículos dos cursos de graduação. Além disso, a PROEX apoia os docentes, promove capacitações e realiza a avaliação das ações extensionistas, assegurando que elas atendam às necessidades sociais e proporcionem uma formação completa para os estudantes. O setor responsável também mantém canais de comunicação para suporte contínuo aos envolvidos no processo de curricularização da extensão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária, conforme apresentado ao longo deste estudo, é um dos pilares essenciais do ensino superior, fundamental para a concretização do compromisso social das universidades. No contexto brasileiro, essa prática adquire relevância não apenas por sua contribuição para a formação acadêmica, mas também pelo impacto que pode gerar no desenvolvimento social, cultural e humano das comunidades com as quais a universidade se relaciona.

Ao se tornar obrigatória a curricularização da extensão, emerge a necessidade de estabelecer critérios e indicadores claros que garantam a qualidade e a eficácia das ações extensionistas. O presente estudo buscou compreender como a Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem enfrentado esses desafios, principalmente no que se refere à avaliação e à integração da extensão com o ensino e a pesquisa, com o objetivo de fortalecer a institucionalização da extensão como um processo sistemático e transformador.

A pesquisa revelou que, embora a UFT tenha avançado na implementação de programas de extensão relevantes, a avaliação dessas ações ainda carece de um sistema estruturado que permita mensurar de forma consistente o impacto das ações extensionistas. A falta de um modelo de avaliação robusto, que contemple indicadores claros e metodologias apropriadas, dificulta a articulação eficaz da extensão com o ensino e a pesquisa, além de comprometer a qualidade da formação cidadã dos estudantes.

A inexistência de diretrizes sistematizadas e a escassez de ferramentas para a medição dos resultados das ações extensionistas revelam uma lacuna que precisa ser preenchida, com o intuito de fortalecer o papel da extensão universitária enquanto prática pedagógica e política pública de transformação social.

Durante a pesquisa, foi possível perceber que a UFT tem avançado na curricularização da extensão, processo que visa integrar as atividades de extensão no currículo acadêmico, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, a implementação de um modelo de avaliação eficaz para essas ações curriculares de extensão ainda é um grande desafio.

A necessidade de construir um sistema de avaliação que permita identificar os resultados e impactos sociais e acadêmicos das ações é essencial para que a extensão cumpra seu papel social de forma plena. A avaliação da extensão, que deve ser feita de maneira

contínua e participativa, não apenas entre os envolvidos diretamente, mas também com a comunidade externa, deve possibilitar ajustes e melhorias nos programas e projetos em andamento.

A relevância dessa avaliação vai além do simples acompanhamento de resultados, pois ela é fundamental para garantir a efetividade das políticas de extensão e seu alinhamento com as necessidades da sociedade e da própria instituição. A pesquisa identificou que a UFT, embora desenvolva algumas práticas de avaliação, ainda precisa consolidar uma sistemática de indicadores que abranja aspectos qualitativos e quantitativos, proporcionando uma visão mais ampla dos impactos das ações de extensão.

A avaliação não deve se limitar à mensuração de resultados imediatos, mas deve considerar também os efeitos a longo prazo, como o impacto na formação crítica dos estudantes e na melhoria das condições de vida das comunidades atendidas.

Uma das questões centrais do estudo foi a busca por indicadores que permitam a avaliação das ações curriculares de extensão. A identificação de indicadores claros é essencial não apenas para monitorar a execução das ações, mas também para garantir que elas estejam efetivamente contribuindo para a formação cidadã dos estudantes e para o desenvolvimento social das comunidades envolvidas. Além disso, a pesquisa apontou a necessidade de que esses indicadores estejam alinhados com as diretrizes e políticas nacionais de extensão universitária, garantindo que a universidade atenda às demandas da sociedade de forma integrada e eficaz.

A proposta de diretrizes para a implementação de um modelo de avaliação mais eficiente e alinhado com as necessidades da UFT e da sociedade tocantinense, apresentada ao longo do estudo, busca preencher a lacuna existente na avaliação das ações de extensão. Tais diretrizes consideram a importância da participação ativa da comunidade acadêmica e externa na avaliação das ações, assim como a necessidade de uma metodologia que contemple tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos.

A utilização de indicadores que envolvem a participação dos estudantes, o impacto social das ações, a inovação nas metodologias e a sustentabilidade dos projetos permitirá não apenas a avaliação de resultados, mas também a promoção de um ciclo de melhoria contínua.

Ademais, a construção de um sistema de avaliação robusto também implica na capacitação das equipes envolvidas nos projetos de extensão, garantindo que elas possuam as

competências necessárias para implementar as diretrizes propostas e utilizar os indicadores de forma eficaz. A formação dos gestores, docentes e discentes envolvidos com a extensão universitária é um ponto-chave para o sucesso desse processo.

A promoção de um ambiente colaborativo e participativo na gestão e avaliação das ações extensionistas, como sugerido nas diretrizes do estudo, é essencial para que a extensão universitária se consolide como uma prática integral no currículo acadêmico e como um vetor de transformação social.

A análise do "Guia de Creditação da Extensão na UFT" evidencia o compromisso da universidade em consolidar a extensão universitária como um pilar fundamental na formação acadêmica dos seus estudantes. Ao fornecer diretrizes claras para a integração da extensão nos currículos dos cursos de graduação, o guia não apenas facilita a operacionalização desse processo, mas também reforça a importância da educação integral, que articula ensino, pesquisa e extensão.

A UFT, ao implementar a creditação da extensão, dá um passo significativo na construção de uma formação mais alinhada às demandas sociais e ao desenvolvimento humano, consolidando seu papel como agente de transformação social e educacional. Assim, a extensão deixa de ser um componente isolado, tornando-se parte integrante e indissociável do processo educativo, proporcionando aos alunos uma vivência acadêmica rica e comprometida com a realidade da comunidade.

A Resolução nº 14/2020 do CONSEPE da UFT representa um avanço significativo na integração da extensão universitária aos cursos de graduação, reafirmando seu papel fundamental na formação cidadã e profissional dos estudantes. A regulamentação da extensão como componente curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) promove uma abordagem mais interdisciplinar e alinhada às demandas sociais, fortalecendo o compromisso da universidade com a transformação social. No entanto, sua implementação prática ainda enfrenta desafios, como a adaptação dos cursos e a necessidade de um sistema eficiente para o acompanhamento e avaliação das atividades extensionistas.

No entanto, o processo de institucionalização da extensão universitária na UFT ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à integração entre a extensão, o ensino e a pesquisa. A avaliação da extensão deve ser entendida como um processo contínuo e dinâmico, que deve considerar as mudanças nas necessidades da sociedade e as transformações internas

da própria universidade. Nesse sentido, o fortalecimento da avaliação da extensão universitária na UFT está intimamente relacionado com a construção de uma cultura institucional que valorize a integração entre essas três dimensões acadêmicas.

A criação de um sistema estruturado de avaliação da extensão é fundamental para que a universidade cumpra seu papel social de promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a formação integral dos estudantes.

Este estudo, ao analisar os desafios enfrentados pela UFT na avaliação da extensão universitária e propor diretrizes para aprimorar esse processo, contribui para o debate acadêmico sobre a curricularização da extensão e a construção de indicadores que possibilitem medir de forma eficaz o impacto das ações extensionistas.

O Guia de Avaliação das Ações Curriculares de Extensão destaca a importância de integrar a extensão universitária ao currículo acadêmico, promovendo uma formação mais ampla e conectada com as demandas sociais. A obrigatoriedade de atividades extensionistas, que representam pelo menos 10% da carga horária dos cursos, reflete um compromisso da UFT com a transformação social e o desenvolvimento das comunidades atendidas. A avaliação contínua dessas ações é essencial para garantir sua qualidade, alinhamento com os objetivos acadêmicos e impacto positivo nas comunidades. A atuação da PROEX como coordenadora do processo é fundamental para assegurar que as ações extensionistas sejam eficazes, contribuam para a formação integral dos estudantes e atendam às necessidades reais da sociedade, promovendo uma educação mais conectada e comprometida com a realidade social.

Acredita-se que a implementação dessas diretrizes e a melhoria contínua do processo de avaliação contribuirão para que a UFT avance na integração entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como uma universidade comprometida com a transformação social e com a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Em suma, a extensão universitária desempenha um papel essencial no ensino superior, e sua avaliação deve ser encarada como um processo estratégico para garantir a qualidade e a efetividade das ações realizadas. A implementação de um sistema de avaliação claro e eficiente, com indicadores bem definidos, é essencial para a consolidação da extensão como uma prática pedagógica integrada ao currículo acadêmico, que não apenas beneficia a

formação dos estudantes, mas também contribui de forma significativa para o desenvolvimento social das comunidades atendidas.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Acerca da Curricularização da Extensão. Brasília, DF: Comissão Temporária de Trabalho, 2021.** Disponível em: https://www.abepss.org.br/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao.pdf Acesso em: 06 jan. 2025.
- ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade nova: textos críticos e esperançosos.** Brasília: UnB, 2007.
- ALVES, G. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo. Partes I, II, III, 2013. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil/> Acesso em: 18 dez. 2024.
- ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; ROCHA, Maria Silvia Pinto De Moura Librandi Da. **Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 15, n. 02, p. 135-161, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KTgP6wrJ6QDbJZyBNpsxYJd/?lang=pt> Acesso em: 16 jan 2024.
- ATHAYDE, André L. M.; BARBOSA, Telma Regina C. G. **Avaliação de programas governamentais: Ciência sem Fronteiras em foco.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 30, n. 73, p. 224-252, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v30i73.5724>
- BALL, Stephen John. **Education reform: a critical and post-structural approach.** Buckingham: Open University, 1994.
- BARBOSA, F. C. M.; BRUNETTO, F. S.; VITORINI, R. A. S. **Direito à Educação: Ações Afirmativas como política pública para ingresso no Ensino Superior.** In: Cadernos de Direito, v. 17, n. 33, p. 81-100, 2017. ISSN 2238-1228. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/3534>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011
- BARICELLO, Eugênia. **A autoria na elaboração de uma tese.** In: MOURA, C.P; LOPES, M.I.V. Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2016. p. 129-150
- BARRETO, Elba S. de S.; PINTO, Regina P. **Avaliação de programas educacionais: indagações metodológicas e disseminação de resultados.** In: BARREIRA, Maria Cecília R. N.; CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001b. p. 101-126.
- BARTNIK, Fabiana Marques Pereira; SILVA, Itamar Mendes da. **Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 14, p. 453-469, 2009. Disponível em:
- BAUER, Adriana. **Avaliação de impacto de formação docente em serviço: tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** Programa Letra e Vida. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BAUER, Adriana. **“Quão ‘bom’ é suficiente?”.** **Definição de critérios avaliativos de valor e mérito.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 30, n. 73, p. 14-43, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v30i73.5879> 28 Estud. Aval. Educ., São Paulo, v. 33, e08673, 2022

BEZERRA, A. N. S; SOUSA, F. M. L; COLARES, A. A. **A curricularização da extensão na formação docente: aproximações e contradições para uma práxis transformadora.** Revista Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-22, dez. 2022, Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20879> Acesso em: 25 jan. 2025.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é extensão universitária?** Brasília: MEC/SESu, 2005.

BOSQUETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFSS, 2009. p. 1-16.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Constituição (1988).** **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 191, 5 out. de 1988. Seção I, p. 1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Brasília, DF, 14 abr. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Decreto-lei nº 19.851, 11 abr. 1931.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/84291-extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** UFT/2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1ikIp_eqtOvgw Acesso em: 06 maio 2024.

BRASIL. Universidade Federal do Tocantins. **Resolução No 05, de 02 de setembro de 2020. Dispõe sobre a aprovação da Política de Extensão da Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências.** Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/YTfl1bAgRQSeEBZjkRWr0g/content/05-2020%20-%20Pol%C3%ADtica%20de%20Extens%C3%A3o%20da%20Universidade%20Federal%20do%20Tocantins.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CALDERÓN, A. I. et al. **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares.** São Paulo: Xamã, 2007.

CARNEIRO, Ana Maria; BIN, Adriana. **Avaliação continuada de programas de educação superior.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 30, n. 73, p. 170-200, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v30i73.5739>

CARVALHO, Gisele F. da S.; MACEDO, Maria do S. A. N. **Avaliação oficial: o que dizem os mediadores da política pública sobre o impacto na prática docente.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 253-270, maio/ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae214620102012>

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores.** Anais da ANPED, 27. Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/rbedu/download\(36\).pdf](https://www.scielo.br/rbedu/download(36).pdf) Acesso em: 27 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

COSTA, Márcio da. **Avaliando impactos sociais de uma política educacional democrática.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 19, p. 25-56, jan./jun. 1999. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae01919992243> 29 Estud. Aval. Educ., São Paulo, v. 33, e08673, 2022

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporânea: o ensino superior da colônia à era Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DE SOUZA ZOCCOLI, Marilise Monteiro. **Educação superior brasileira: política e legislação.** Editora Ibpex, 2009.

DEMO, Pedro. **Lugar da extensão.** In: FARIA, Dores Santos de. (Org.). Construção conceitual da extensão na América Latina. Brasília: 2001, p. 141-158.

DEPRESBITERIS, Léa. **Avaliação da aprendizagem como ponto de partida para a avaliação de programas.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 15, p. 55-80, jan./jun. 1997. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae01519972274>

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. (Orgs.). **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã.** Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil.** In: FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002. p. 13-62.

DIEHL, Bianca Tams; TERRA, Elisa Lubeck. **A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real.** Revista Humanidades, Fortaleza, v. 28, n. 2, p. 166-185, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/6488>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FARIA, Carlos A. P. de. **A política da avaliação de políticas públicas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FEHLBERG, Jamily; SILVA, M. C.; VALLE, P. C. **Eu, meus filhos e nossa escola: pensando a extensão universitária na escola regular.** Psicologia em Foco, v. 4, n. 1, p. 1-7, 2014.

FELIPPE, Wanderley Chieppe. **Extensão nas instituições comunitárias de ensino superior: referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES.** In: ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO DAS COMUNITÁRIAS DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS, 20., 2013, Itajaí: UNIVALI/Forext, 2013.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A função social da universidade no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Domínio Editora/EDUSP, 2020.

FONTENELE, I. C. **A privatização da proteção social no Brasil: alguns apontamentos sobre a problemática.** Teresina, PI: UFPI, 2023.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Indissociabilidade Ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre: UFRGS, Brasília: MEC/SESu, 2006.

FORPROEX. **Avaliação nacional da extensão universitária.** Brasília: MEC/Sesu, Paraná: UFPR, Ilhéus: UESC, 2001. (Coleção Universitária, v. 3).

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. (Coleção Extensão Universitária). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-eFlexibilizacao.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2024.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária: Diretrizes para a Política Nacional de Extensão Universitária.** Brasília: Ministério da Educação, 2012.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** 2012. Manaus: AM. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacionalde-Extensao.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, R. **Ética e Política Contemporâneas** Cuiabá, MT: UFMT EM REDE/SETEC, 2021. Disponível em: https://setec.ufmt.br/Etica_Politica_Contemporanea.pdf Acesso em: 12 jan. 2025.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê.** Instituto Paulo Freire, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

GATTI, Bernardete A. **Avaliação educacional no Brasil: experiências, problemas, recomendações.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 10, p. 67-80, jul./dez. 1994.

GATTI, Bernardete A.; VIANNA, Heraldo M.; DAVIS, Cláudia. **Problemas e impasses da avaliação de projetos e sistemas educacionais: dois casos brasileiros.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 4, p. 7-26, jul./dez. 1991. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae00419912374>

GOLDBERG, Maria Amélia A. **Avaliação e planejamento educacional: problemas conceituais e metodológicos.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 7, p. 61-72, jan./jun. 1973.

GOMES, Alfredo Macedo. **Política de avaliação da educação superior: controle e massificação.** Revista Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 275-298.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências.** São Paulo: Editora Cortez, 1998.

JARA, Oscar. **Sistematização de Experiências:: Uma proposta enraizada na história Latino Americana.** Revista Estudos do Sul Global, v. 1, n. 2, 2021.

JIMENEZ, M. O; et al **A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão.** Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, v. 33, n. 66, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15304/12646> Acesso em: 27 jan. 2025.

KIRKPATRICK, D. **Evaluating training programs: four levels.** San Francisco: Berrett-Koehler: 1993.

LEONIDIO, Luciano Flavio da Silva. **História do Fórum de pró-reitores de extensão das instituições públicas de educação superior brasileiras–Forproex (1987-2012).** Tese de doutorado – Educação. Universidade Federal de Pernambuco, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25316>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LUCAS, Angela Christina et al. **Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 28, p. e88038, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/8KSd5DNk3Mg7SHSrcRGcGyD/?lang=pt> Acesso em: 14 jan 2024.

MACIEL, Lucas Ramalho. **Política nacional de extensão: perspectivas para a universidade brasileira.** Participação, Brasília, n.18, p. 17-27, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/22735>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MACIEL, Lucas Ramalho. **Política Nacional de Extensão: perspectivas para a universidade brasileira.** Revista Participação, Brasília: Universidade de Brasília, Ano 10, n. 18, dez. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINO, Luís. **Métodos de Pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas.** Petrópolis, Vozes, 2018.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária: bases ontológicas.** In: MELO NETO, José Francisco de. Extensão Universitária: diálogos populares. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Extens%C3%A3oUniversit%C3%A1ria-di%C3%A1logos-populares-Jos%C3%A9-Francisco-de-MeloNeto.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MENEZES, Maria Cândida Moraes. **Educação e extensão universitária: perspectivas teóricas e metodológicas.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 5^a. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

MICHELOTTO, Regina M. **Universidade Pública Brasileira: democratização pela extensão?** Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Conceito de avaliação por triangulação de métodos.** In: MINAYO, Maria Cecília de S.; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Ramos de (org.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 19-51.

MORIN, Edgar. **O método IV As ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização.** Publicações Europa – América, Portugal, 1991.

NASCIMENTO, Elvia Lane Araújo do; VIEIRA, Sarita Brazão; ARAÚJO, Anísio José da Silva. **Desafios da gestão coletiva da atividade na docência universitária.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 32, p. 840-855, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7LZ54rypbQWxm79crSTNXSz/?lang=pt> Acesso em: 20 jan 2024.

NETO, José Alves de Freitas. **A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana.** Revista Ensino Superior, Ed.03, junho/2011. Disponível em: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual.** In: FARIA, D. S. (Org.). Construção Conceitual da Extensão na América Latina. Brasília: UNB, 2001.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. **Avaliação da extensão universitária práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão.** Belo Horizonte: UFMG, 2013, p. 28-50.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual.** In. FARIA, Doris Santos de. (Org). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UnB, 2001.p. 57-72.

OBSERVATÓRIO do PNE. **Disponibiliza indicadores de monitoramento das 20 metas e 254 estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e um extenso acervo de estudos, vídeos e informações sobre políticas públicas educacionais.** [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.observatoriopnne.org.br/indicadores/metas/12-ensino-superior/indicadores/porcentagem-de-matriculas-da-populacao-de-18-a-24-anos-na-educacao-superior>. Acesso em: 20 dez. 2024.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. **Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções.** Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015. Disponível em: <https://caco.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/Fases%20e%20faces%20da%20Extensao%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. **Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções.** Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015. Disponível em: <https://caco.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/Fases%20e%20faces%20da%20Extensao%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2024.

PAULA, João Antônio de. **A extensão universitária: história, conceito e propostas.** Interfaces-Revista de Extensão da UFMG, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930/15904>. Acesso em: 29 mai. 2024.

PEREIRA, N. F. F.; DE SOUZA, Â. M. **Escrevendo os Caminhos da Extensão Universitária na UNILA.** In: Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 6, n. 2, p. 77-85, dez. 2015. ISSN 2358-0399. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/2062>. Acesso em: 4 jan. 2025.

POERNER, Artur José. **O poder jovem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS – PROEX. **Relatório das atividades de creditação da extensão na Universidade Federal do Tocantins – UFT no semestre 2023-2 e 2024-1.** Palmas, 2023. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/extensao/arquivos>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RIOS, David Ramos da Silva; SOUSA, Daniel Andrade Barreto de; CAPUTO, Maria Constantina. **Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e180080, 2019.

RIOS, David Ramos da Silva; SOUSA, Daniel Andrade Barreto de; CAPUTO, Maria Constantina. **Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e180080, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Y5JFvLzLD3H8sWGLHgc9ZJz/?lang=pt> Acesso em: 12 jan 2024.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **A construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina.** In. FARIA, Doris Santos de. (Org). Construção conceitual da Extensão na América Latina. Brasília UNB. 2001.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. P. **Compreender e Transformar o Ensino.** 4. ed. Artmed, 1998. p. 121-123.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Da ideia da universidade à universidade de ideias.** 1989.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública.** In: SARAVIA, Enrique; FERRREZI, Elisabete (org.). Coletâneas de políticas públicas. Brasília: Enap, 2006. p. 21-42.

SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre Universidade São Paulo.** SP: Cortez/Autores Associados, 1986. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, n. 10).

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento.** Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/schwartzman-9788599662502.pdf> Acesso em: 10 jan. 2025.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça. Tradução: Nuno Castello-Branco Bastos.** Coimbra: Almedina, 2010.

SERAFIM, A. B. **A curricularização da extensão e o neoliberalismo: a governabilidade na resolução e nos discursos de docentes.** 2023. 111f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco (USF), Programa de Pós-Graduação em Educação, Itatiba, SP, 2023. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/3130579654274102.pdf> Acesso em: 12 jan. 2025.

SERVA, Fernanda Mesquita. **A extensão universitária e sua curricularização.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. 186 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Alessandra Maria da et al. **Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 58, p. e187845, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/C3DL9PMvDwhThdGSfH7kzDz/?lang=pt> Acesso em: 21 dez 2023.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária.** 2ª ed. Campinas: Alínea, 2010.

SOUSA, Sandra Maria Zábia Lian. **40 anos de contribuição à avaliação educacional.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 7-36, jan./jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.18222/ eae163120052140>

SOUZA, Celso R. de; GOUVEIA, Andréa B.; SCHENEIDER, Gabriela. **Índice de condições de qualidade educacional: metodologia e indícios.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 115-135, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae224820111999>

SOUZA, Celina. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

TOMMASINO, H. Extensión e Integralidad: Potencialidades y Desafíos para las Universidades Públicas. In: Escuela de Verano De Extensión Universitaria: Extensión e Integralidade. Metodologías y prácticas integrales en territorio. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 2015.

TOUCHARD, Jean. **Historia de las Ideas Políticas.** 5.ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1972.

TREVISAN, Andrei P.; BELLEN, Hans M. van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.

TÜNNERMANN, Carlos Bernheim. Noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba: 1918-2008. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/reforTun/reforTunn.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Guia de Creditação da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Palmas, TO: UFT, 2021. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/df5SrVh4RpWOcSF38trUQg/content>. Acesso em: 14 fev. 2025.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto Wagner S; PAES-SOUZA, Rômulo. O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Brasília, DF: Unesco, 2006

VARGAS, Ana Carolina; PERES, Tereza; DIAZ, Patrícia. Avaliação de projetos e desenvolvimento do pensar avaliativo: relato de um percurso. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 30, n. 73, p. 138-168, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v30i73.5821>

VIEIRA, Oscar Vilhena. Do Compromisso Maximizador ao Constitucionalismo Resiliente. in DIMOULIS, Dimitri et alli (org.). Resiliência Constitucional. Compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual. São Paulo: FGV, 2013

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos, Sociais e Políticos. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.3,n.25, 1980.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

ANEXO**Guia da Curricularização e Avaliação da Extensão na UFT**

1. Apresentação

O guia foi criado para orientar os cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) sobre o processo de curricularização da extensão e a avaliação das ações extensionistas, visando garantir a integração eficaz entre as atividades acadêmicas e as necessidades sociais da comunidade. Dessa forma, o guia proporciona um instrumento para os docentes e coordenadores de cursos implementarem essas ações de maneira alinhada aos objetivos acadêmicos e sociais da universidade.

A extensão universitária, que antes era vista como atividade complementar, passou a ser obrigatória na formação dos estudantes, conforme o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 207 da Constituição Federal. Esse movimento reflete a busca por uma formação mais integral, que valoriza a prática social e o compromisso com a resolução de problemas reais, preparando os alunos para o exercício de uma cidadania ativa e responsável.

A curricularização da extensão deve abranger, no mínimo, 10% da carga horária total do curso, estabelecendo uma base sólida para que os estudantes possam desenvolver atividades práticas e projetos de impacto social. Este percentual garante que os alunos tenham a oportunidade de aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula em contextos que envolvem desafios reais, promovendo a troca de experiências entre a universidade e a sociedade.

2. O que é Extensão Universitária?

A extensão universitária é a articulação entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos e saberes. É entendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, artístico, social, científico, tecnológico e político, que visa não só a disseminação de conhecimento, mas também a construção de soluções para questões sociais, econômicas e ambientais. Essa abordagem permite que tanto a universidade quanto a sociedade se beneficiem do processo de aprendizagem e inovação conjunta.

Na UFT, a extensão deve seguir seis diretrizes, incluindo a interação dialógica entre universidade e sociedade, a interdisciplinaridade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e o impacto na formação do estudante e na transformação social. Essas diretrizes buscam garantir que as atividades extensionistas não sejam apenas complementares à formação acadêmica, mas elementos centrais para o desenvolvimento crítico e socialmente responsável dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo real e contribuir para o avanço da sociedade.

3. O que é Curricularização da Extensão?

A curricularização da extensão prevê a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, tornando obrigatória a participação dos estudantes em ações de extensão a partir de 2023. Essa medida busca integrar o aprendizado acadêmico à realidade social, proporcionando aos alunos a oportunidade de vivenciar experiências práticas que conectam a práxis pedagógica.

A inserção das ações de extensão como componente curricular visa contribuir para a formação técnico-científica, pessoal e social do estudante. Ao participar dessas atividades, os alunos ampliam sua visão sobre as questões sociais e culturais, aplicando os conhecimentos adquiridos e se tornando mais conscientes do seu papel na sociedade.

O grande objetivo é promover o impacto e a transformação social. A curricularização da extensão permite que as universidades contribuam para a resolução de problemas sociais, tornando a extensão uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida nas comunidades.

4. Fundamentos Legais

A curricularização da extensão na UFT baseia-se em documentos legais como a Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), que estabelece a obrigatoriedade de integrar a extensão à formação acadêmica, garantindo que as universidades desempenhem um papel ativo no desenvolvimento social. Essa legislação reforça a importância de políticas públicas que incentivem a interação da educação superior com a sociedade, promovendo uma formação mais ampla e contextualizada para os estudantes, além de contribuir para a resolução de problemas sociais e regionais.

A Resolução CES/CNE nº 07/2018 (Diretrizes para Extensão na Educação Superior) orienta as instituições de ensino superior a incorporarem a extensão de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, visando uma formação integral do estudante. Com base nesses princípios, as Resoluções 003/2019 e 006/2019 da UFT regulamentam a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação, criando mecanismos que garantem a efetiva implementação dessas atividades.

Essas resoluções também destacam a importância da avaliação contínua das ações extensionistas, assegurando que elas atendam às necessidades sociais e promovam o aprendizado prático e transformador para os estudantes.

5. Modalidades de Inclusão da Extensão

1. Ações complementares de extensão (ACEs):

São atividades como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, que visam aproximar a universidade da sociedade, oferecendo soluções para necessidades locais e proporcionando uma formação mais completa aos estudantes.

2. Componentes curriculares do núcleo rígido:

São disciplinas obrigatórias ou eletivas com carga horária prática destinada à extensão, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades práticas enquanto colaboram com a comunidade em diferentes projetos e ações extensionistas.

3. Componentes curriculares do núcleo flexível:

São disciplinas complementares com carga horária teórica e prática vinculada a programas e projetos de extensão, proporcionando uma integração entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais e culturais.

6. Organização e Funcionamento

1. **Tipos de ações de extensão:**

As ações de extensão podem incluir programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, abrangendo diversas áreas do conhecimento e promovendo a integração com a sociedade.

2. **Coordenação das ações:**

A coordenação das ações de extensão pode ser realizada por servidores da UFT, como docentes ou técnicos-administrativos, não sendo necessário que o professor da disciplina seja o responsável direto.

3. **Seguro e transporte:**

Estudantes matriculados em disciplinas extensionistas têm cobertura de seguro, e o transporte para atividades externas deve ser organizado pela disciplina e pelo projeto ou programa correspondente.

4. **Estágios não obrigatórios:**

Estágios não obrigatórios podem ser contabilizados como extensão, desde que possuam um caráter extensionista e atendam à Política de Extensão da UFT, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

7. **Objetivos da Avaliação das Ações**

1. **Verificação de Alinhamento Curricular:**

A avaliação das ações extensionistas visa verificar a adequação das ações aos princípios da curricularização, garantindo que as atividades estejam alinhadas com os objetivos e diretrizes do currículo acadêmico.

2. **Medição do Impacto Social:**

A avaliação mede o impacto social das ações, analisando como elas contribuem para a melhoria das condições de vida das comunidades e para o desenvolvimento sustentável, promovendo mudanças concretas e duradouras.

3. **Engajamento e Interdisciplinaridade:**

Apreciar o engajamento dos estudantes e docentes é essencial, avaliando a profundidade do envolvimento e a interdisciplinaridade das práticas, o que fortalece o aprendizado e a conexão entre diferentes áreas do conhecimento.

4. **Identificação de Potencialidades e Desafios:**

A avaliação também busca identificar potencialidades e desafios nas ações, propondo melhorias contínuas para otimizar os resultados e garantir que as práticas extensionistas evoluam conforme as necessidades da comunidade e da universidade.

8. **Indicadores para Avaliação das Ações**

1.  Engajamento dos Estudantes:

A participação ativa dos estudantes nas ações de extensão, além da frequência, reflete o desenvolvimento de competências importantes, como habilidades práticas e a capacidade de resolver problemas.

2.  Relevância para a Comunidade:

As ações de extensão devem atender às necessidades reais da comunidade e promover mudanças significativas.

3.  Impacto Social:

O impacto social é medido pelos resultados práticos, como a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas e a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

4.  Promoção da Interdisciplinaridade:

A integração de diferentes áreas do conhecimento nas ações de extensão favorece a inovação e soluções criativas para problemas sociais.

5.  Valorização da Extensão na Formação Docente:

A participação dos docentes nas ações de extensão enriquece a prática educativa, promovendo a integração da práxis pedagógica.

9. Metodologias de Avaliação

1. Pesquisas de satisfação e percepção:

Realizadas com estudantes, docentes e membros da comunidade para avaliar a qualidade das ações de extensão e identificar áreas de melhoria. Ajudam a ajustar práticas e garantir que as atividades atendam às expectativas de todos os envolvidos.

2. Análises qualitativas e quantitativas:

A combinação de análises qualitativas e quantitativas permite avaliar os impactos sociais e acadêmicos das ações extensionistas. Indicadores objetivos, como a participação e o alcance das atividades, são analisados junto às percepções dos envolvidos.

3. Relatórios de acompanhamento:

Os relatórios documentam os processos, resultados e lições aprendidas das ações de extensão, servindo para o controle interno e para a melhoria contínua. Eles ajudam a identificar boas práticas, corrigir falhas e garantir a transparência na execução das atividades.

4. Feedback contínuo:

O feedback contínuo permite ajustar as ações extensionistas às necessidades da comunidade e dos estudantes, garantindo que as atividades se mantenham relevantes e eficazes.

10. Competência das Instâncias

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é a instância responsável pela implementação da curricularização da extensão na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Sua função inclui a coordenação, acompanhamento e apoio às atividades extensionistas em todos os cursos de graduação, garantindo que a extensão seja integrada de forma eficaz aos currículos acadêmicos.

A PROEX também desempenha um papel fundamental na elaboração de estratégias, na capacitação de docentes e na avaliação das ações extensionistas, visando o impacto positivo tanto na formação dos estudantes quanto na sociedade. Além disso, a Pró-Reitoria busca promover a troca de conhecimentos e saberes, estreitando os laços entre a universidade e a comunidade.

Para facilitar a comunicação e a execução das atividades, os contatos do setor responsável estão disponíveis no final deste documento, oferecendo suporte contínuo aos envolvidos no processo de curricularização.